

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ – UESC
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA – UFBA**

WILKER RICARDO DE MENDONÇA NÓBREGA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO
NA AMAZÔNIA: O PROECOTUR NO DISTRITO DE
MOSQUEIRO, BELÉM - PA.**

**Ilhéus - BA
2006**

WILKER RICARDO DE MENDONÇA NÓBREGA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO
NA AMAZÔNIA: O PROECOTUR NO DISTRITO DE
MOSQUEIRO, BELÉM - PA.**

Dissertação apresentada para
obtenção do título de mestre em
cultura & turismo, à Universidade
Estadual de Santa Cruz.

Área de concentração: Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Odaléia
Telles Marcondes Machado Queiroz.

**Ilhéus - BA
2006**

N754 Nóbrega, Wilker Ricardo de Mendonça

Participação popular e as políticas públicas de turismo na Amazônia: o Proecotur no distrito de Mosqueiro, Belém – Pa/Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega. – Ilhéus, BA: Universidade Estadual de Santa Cruz–UESC; Universidade Federal da Bahia–UFBA, 2006.

157fl.

Dissertação (Mestrado em Cultura & Turismo) – Universidade Estadual de Santa Cruz, 2006.

1. AMAZÔNIA 2. ECOTURISMO 3. PARTICIPAÇÃO POPULAR 4. POLÍTICA PÚBLICA 5. PROECOTUR 6. TURISMO I. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC II. Universidade Federal da Bahia – UFBA III. Título.

CDD: 338.4791098115

WILKER RICARDO DE MENDONÇA NÓBREGA

**PARTICIPAÇÃO POPULAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO
NA AMAZÔNIA: O PROECOTUR NO DISTRITO DE
MOSQUEIRO, BELÉM - PA.**

Dissertação apresentada para
obtenção do título de mestre em
cultura & turismo à Universidade
Estadual de Santa Cruz.

Área de concentração: Turismo.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Odaléia
Telles Marcondes Machado Queiroz.

Ilhéus-BA, 26 de junho de 2006

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz – Dr.^a
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC (Orientadora)

Odilon Pinto de Mesquita – Dr.
Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC

Silvio José Lima Figueiredo – Dr.
Universidade Federal do Pará - UFPA

“O rei satisfará a todos através das suas atividades práticas, e todos os seus cidadãos permanecerão satisfeitos. Por causa disso, os cidadãos sentirão grande satisfação em aceitá-lo como seu governante”.

Bhaktivedanta Swami Prabhupada.

*A todos aqueles que acreditam e
buscam um mundo igualitário.*

AGRADECIMENTOS

Antes de tudo quero agradecer a Deus.

À professora Dr.^a Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz, pelas intermináveis horas de orientação, a qual não mediu esforços para a concretização da presente dissertação.

À coordenação e aos professores do programa de pós-graduação em cultura e turismo da UESC, com quem tive contato direto no município de Ilhéus-BA, na ocasião da efetivação dos créditos, no ano letivo de 2004.

Aos professores Silvio Figueiredo, Adilson Soares, Ana Cláudia Santos Silva, Bene Martins, Marga Rothe, Frederico Neiva e Haroldo Albuquerque pela grande ajuda nas orientações e empréstimo de materiais, contribuindo com idéias que me ajudaram na concretização deste trabalho.

Aos técnicos Francisco Fonseca, Aldenir Paraguassú, Crisomar Lobato, Miriam Fernandes e Rosana Fernandes, pelos depoimentos que me proporcionaram um maior entendimento e reflexão acerca do Proecotur.

À minha família, Valdemir, Helena e Weiker, que também foram grandes aliados, entendendo esforços que me foram necessários para conclusão deste trabalho.

Aos técnicos e ex-técnicos da Coordenadoria de Turismo de Belém - BELEMTUR e da Companhia Paraense de Turismo no Estado do Pará - PARATUR, em especial, Rosa Lavour e Rita Moreira, respectivamente.

A Eduardo Brandão, pela cessão, para este trabalho, de fotos raras pertencentes à família Meira.

Aos moradores das comunidades de Caruaru e do Porto Pelé, no arquipélago de Mosqueiro, em especial Rose e Beto Araújo Fróes, os quais foram bastante receptivos e companheiros ao meu trabalho.

Ao guia mirim “Chico” Fróes, pela imensa ajuda para localizar personagens potenciais a esta pesquisa.

Aos colegas Nilberto Gonçalves e Daniel Silva, pela imensa ajuda referente aos materiais acerca do objeto de pesquisa.

A Iva Rothe, pela compreensão nos momentos em que precisei estar ausente.

Aos colegas de sala: Carol, Cassi, Gabi, Léo, Luís, Armando, Laura, Alessandro, Joana, Thaís, Sandra, Márcio e Erick, pela ótima companhia, tanto nas discussões acadêmicas, quanto nas horas de lazer.

PARTICIPAÇÃO POPULAR E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NA AMAZÔNIA: O PROECOTUR NO DISTRITO DE MOSQUEIRO, BELÉM - PA.

Autor: Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz.

RESUMO

O objetivo principal desta pesquisa científica foi o de analisar os instrumentos de participação popular no processo de concepção das políticas públicas na Amazônia, tendo como recorte o Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), no município de Belém do Pará. Para isso, investigamos as diferentes práticas de participação popular que estão sendo desenvolvidas pelo Programa, mais especificamente nas comunidades de Caruaru e do Porto Pelé, distrito de Mosqueiro. Verificamos o grau de satisfação da população local frente à implantação do Proecotur, bem como o seu nível de envolvimento com o Projeto, principalmente no que diz respeito aos valores culturais. Os resultados obtidos apontaram um baixo grau de participação popular na decisão de políticas públicas de turismo, resultado esse, relacionado, principalmente, à dificuldade ao acesso do sistema educacional. A inserção das populações locais na concepção e gerenciamento de políticas públicas não tem sido contemplada de forma transparente entre os diferentes atores responsáveis pela sua gestão. Hoje, apesar dos avanços na busca por organização coletiva pela sociedade civil, na prática, não observamos números significativos em termos de conquistas de benefícios sócio-econômicos. Como pensar no desenvolvimento ecoturístico se os atores mais importantes (população local) desconhecem o significado dessa atividade como uma possível ferramenta de desenvolvimento socioeconômico? A questão ora levantada reflete o ponto central deste trabalho. Não acreditamos no desenvolvimento local sem a participação dos moradores.

Palavras-Chave: Amazônia, Mosqueiro, Participação Popular, Políticas Públicas, PROECOTUR, Turismo.

**POPULAR PARTICIPATION AND TOURISM PUBLIC POLICIES IN THE
AMAZON: THE PROECOTUR IN THE DISTRICT OF
MOSQUEIRO, BELÉM – PARÁ.**

Author: Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega.

Advisor: Prof. Dr.^a Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz.

ABSTRACT

The main goal of this scientific research was to analyze the popular participation tools in the process of public policy elaboration in the Amazon by emphasizing the Proecotur (Program for the Development of the Ecotourism in the Legal Amazon), in the city of Belém, State of Pará. For this study, we researched the different popular participation practices which are being developed by that program, specifically, in the communities of “Porto Pelé” and “Caruaru”, District of “Mosqueiro”. We verified the satisfaction degree of the local population concerning the establishment of the Proecotur as well as the level of their involvement in that Program. Especially in relation to cultural values. The results showed a low degree of popular participation in the public policy decisions for tourism. This result is mainly related to the difficult access to the educational system. The insertion of the local population in the elaboration and management of public policies has not been accomplished within a transparent way amongst the different actors who are responsible for its management. Nowadays, in practice, we do not quantitatively observe significant conquests of socio-economical benefits despite the advances in the search for collective organization by the civil society. How can one think about ecotouristic development when the most important actors (local population) do not know the meaning of such activity as a possible socio-economical development tool? This question reflects the central issue of this work, which is: Not to believe in local development without the participation of its inhabitants.

Key-Words: Amazon, Ecotourism, Popular Participation, Public Policy, PROECOTUR, Tourism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Componentes do turismo.....	22
Figura 2: Região Metropolitana de Belém.....	50
Figura 3: 1º Ferro-Carril da Ilha de Mosqueiro.....	52
Figura 4: Chalé na praia do Murubira, Ilha de Mosqueiro.....	53
Figura 5: Construção da ponte Sebastião Oliveira.....	54
Figura 6: Ponte Sebastião Oliveira.....	55
Figura 7: Pórtico construído no ano de 2005.....	60
Figura 8: Matapis no encontro dos rios Itapiapanema e Caruaru.....	62
Figura 9: Produção de carvão na comunidade de Mari-Mari.....	68
Figura 10: Pólos prioritários de ecoturismo da Amazônia Legal.....	82
Figura 11. Estrutura administrativa do PROECOTUR.....	87
Figura 12: Áreas de desmatamento em Caruaru.....	96
Figura 13: Vista do flutuante no Porto Pelé.....	97
Figura 14: Placa da obra de reforma e ampliação do Porto Pelé com recursos do Proecotur.....	112
Figura 15: Níveis de participação.....	114
Figura 16. Arquipélago de Mosqueiro e parte da região metropolitana de Belém.....	119
Figura 17. Croqui da Área do Porto Pelé.....	120
Figura 18: Roteiro da Trilha Olhos D' Água.....	121
Figura 19: Placa informativa sobre a trilha Olhos D' Água.....	122
Figura 20: População local de Caruaru.....	122
Figura 21: Mostra da produção local de artesanato na comunidade de Caruaru.....	123
Figura 22: Croqui da comunidade de Caruaru.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística.....	33
Quadro 2: Distribuição territorial do município de Belém.....	41
Quadro 3: Ilhas do município de Belém, PA.....	43
Quadro 4: Órgãos Governamentais envolvidos com a atividade turística.....	86
Quadro 5: Consolidação do volume de recursos do Proecotur em 2000.....	99
Quadro 6: Delegados eleitos nos Congressos preliminares para o DAMOS.....	111
Quadro 7: Ocupação dos moradores da comunidade de Caruaru.....	125
Quadro 8: Sistematização de dados das principais localidades sob a área de influência do Proecotur.....	130
Quadro 9: Grau de conhecimento do Proecotur.....	132
Quadro 10: Principais demandas das localidades de Caruaru e do Porto Pelé.....	133
Quadro 11: Principal ocupação dos moradores no entorno do Parque ecológico de Mosqueiro.....	134
Quadro 12: Grau de escolaridade dos moradores de Caruaru e do Porto Pelé.....	135
Quadro 13: Renda mensal familiar dos moradores de Caruaru e do Porto Pelé.....	136

LISTA DE ABREVIATURAS

ADR - Área de Desenvolvimento Regional
APA - Área de Proteção Ambiental
BASA - Banco da Amazônia
BELEMTUR - Coordenadoria de Turismo de Belém
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEM - Centro de Estudos Municipais
CMB - Comissão Mundial de Barragens
CNTUR - Conselho Nacional de Turismo
CNPQ - Conselho Nacional de Pesquisa
DAMOS - Distrito Administrativo de Mosqueiro
EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo
FINAM - Fundo de Investimentos da Amazônia
FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste
FISSET - Fundo de Investimentos Setoriais
FLONA - Floresta Nacional
FMI - Fundo Monetário Internacional
FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
FUNGETUR - Fundo Geral do Turismo
GTC - Grupo Técnico de Coordenação
GTO - Grupo Técnico de Operação
IBRAD - Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento
IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal
IBAMA - Instituto Brasileiro de Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPA - Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
LBV - Legião da Boa Vontade
MEGAM - Mudanças Sócio-ambientais no Estuário Amazônico
MMA - Ministério do Meio Ambiente
MPEG - Museu Paraense Emílio Goeldi
MTUR - Ministério do Turismo

NAEA - Núcleo de Altos Estudos da Amazônia
OEA - Organização dos Estados Americanos
OMT - Organização Mundial do Turismo
ONG - Organização Não-Governamental
ONU - Organização das Nações Unidas
PARATUR - Companhia Paraense de Turismo do Estado do Pará
PDA - Plano de Desenvolvimento das Amazônia
PLANTUR - Plano de Turismo
PMB - Prefeitura Municipal de Belém
PND - Plano nacional de desenvolvimento
PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT - Política Nacional de Turismo
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNT - Plano Nacional de Turismo
PRT - Programa de Regionalização do Turismo
PRODETUR - Programa de Desenvolvimento do Turismo
PROECOTUR - Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal
PROGETUR - Programa de Apoio ao Turismo Convencional
PTA - Plano de Turismo da Amazônia
RADAM - Radar da Amazônia
RPPN – Reserva Particular de Patrimônio Natural
SCA - Secretaria de Coordenação da Amazônia
SEAIN - Secretaria de Assuntos Internacionais
SECTAM - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará
SEGEP - Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão
SEMMA - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
SEMEC - Secretaria Municipal de Educação
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SPVEA - Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SUVALÇE - Superintendência de Desenvolvimento do Vale do Rio São Francisco
SUDESUL - Superintendência de Desenvolvimento da Fronteira Sudoeste
SUDECO - Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste

SUDAM - Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUFRAMA - Superintendência da Zona Franca de Manaus

UHE - Usina Hidrelétrica de Tucuruí

UC - Unidade de Conservação

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

WCED - World Commission on Environment and Development

WWF - *World Wild Foundation*

SUMÁRIO

RESUMO	viii
ABSTRACT	ix
LISTA DE FIGURAS	x
LISTA DE QUADROS	xi
LISTA DE SIGLAS	xii
1. INTRODUÇÃO	1
2. DISCUSSÃO CONCEITUAL: PLANEJAMENTO, CULTURA E (ECO)TURISMO	9
2.1 A produção do espaço amazônico	14
2.2 Os “grandes projetos” e o papel da Sudam como ferramenta propulsora do desenvolvimento na Amazônia.....	17
2.3 Planejamento turístico na Amazônia.....	20
2.4 Política Nacional de turismo e a Amazônia.....	26
2.5 Ecoturismo: um segmento indissociável da cultura.....	31
3. BELÉM DO PARÁ E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO DISTRITO DE MOSQUEIRO	41
3.1 Localização e aspectos geográficos.....	41
3.2 Processo de ocupação da área do município de Belém – dos primórdios aos dias atuais.....	44
3.2.1 <i>Belle-Époque</i> em Belém e suas inferências no distrito de Mosqueiro.....	47
3.3 O distrito de Mosqueiro e as novas territorialidades do turismo.....	51
3.4 Aspectos identitários e culturais nas pequenas comunidades da Amazônia: o caso das comunidades de Caruaru e do Porto Pelé.....	60
3.4.1 Festas e credíces populares na Amazônia.....	68
4. O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR	73
4.1 O Proecotur na Amazônia: uma leitura sobre seus princípios e motivações.....	75
4.2 O Proecotur no Estado do Pará: considerações sobre o pólo Belém.....	89
5. A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA: Apresentação de resultados e discussões	101
5.1 Procedimentos metodológicos.....	101
5.2 Participação popular: bases para construção de um modelo.....	104
5.3 As comunidades de Caruaru e do Porto Pelé: suas perspectivas em relação ao PROECOTUR:.....	118
5.3.1 O artesanato como elemento diversificador da economia caruaruense.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	137
REFERÊNCIAS	145
APÊNDICES	151

1. INTRODUÇÃO

O propósito principal desta dissertação de mestrado é o de analisar os instrumentos de participação popular no processo de concepção das políticas públicas na Amazônia, tendo como recorte o Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), no município de Belém do Pará. Para isso, investigamos as diferentes práticas de participação popular que estão sendo desenvolvidas pelo Programa, mais especificamente nas comunidades do Porto Pelé e de Caruaru, distrito de Mosqueiro.

Nessa perspectiva, objetiva-se, especificamente: 1^a) investigar as diferentes práticas de participação popular que estão sendo desenvolvidas pelo Proecotur, notadamente nas comunidades do Porto Pelé e de Caruaru, distrito de Mosqueiro, município de Belém, Estado do Pará; 2^a) verificar o grau de satisfação nas comunidades do Porto Pelé e de Caruaru, distrito de Mosqueiro, junto à implantação do Proecotur; 3^a) levantar as manifestações culturais nas comunidades do Porto Pelé e de Caruaru e sua possível valorização e/ou resgate com a implementação do Proecotur; 4^a) identificar o grau de envolvimento do Proecotur junto aos valores culturais das comunidades do Porto Pelé e de Caruaru para a elaboração de políticas públicas.

Enfim, a presente pesquisa procura levantar e discutir questões relacionadas ao planejamento público na Região Amazônica, concernente ao setor turístico. E responder o seguinte questionamento: o que de real foi concretizado e como está o processo de gestão desses espaços que sofreram ação do Proecotur?

Há pelo menos três décadas, observa-se um esforço do poder público, em conjunto com os fornecedores de serviços turísticos, em fomentar esse setor no território brasileiro. As ações representaram um aumento significativo de melhorias econômicas quanto à infraestrutura que, de alguma forma, é a base para o desenvolvimento social. O turismo ocupa hoje um lugar de destaque na economia mundial. Seus benefícios, gerados a partir da utilização do espaço, acabaram despertando o interesse não só da iniciativa privada, mas também da administração pública; a atividade é capaz de modificar lugares, proporcionando um dinamismo econômico, envolvendo as questões social, cultural e ambiental.

É relevante dizer que o Governo Federal brasileiro evidencia, há décadas, uma preocupação com a Região Amazônica, seja numa perspectiva histórica de conquista, exploração e defesa do território, seja nas mais recentes tentativas de desenvolver a Região através de sua inclusão, de fato, à nação brasileira. Após a implantação das políticas públicas no Estado do Pará, contempladas a partir dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia na década de 1970, o Estado passou a ter ações de planejamento, de acordo com documentos elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1972). Houve, então, a iniciativa de se concentrarem todos os esforços na exploração dos recursos naturais da Região, na proteção e na segurança do território, promovendo assim o progresso e propiciando uma ampla discussão em toda a Amazônia sobre sua biodiversidade e o uso do espaço geográfico para implantação de Grandes Projetos.

Fica clara, assim, a importância do desenvolvimento de pesquisas como a que ora se apresenta, pois é a partir de reflexões acerca da busca de estratégias de sobrevivência para as populações amazônicas, mais especificamente aquelas do município de Belém (Ilha de Mosqueiro, Porto Pelé e Caruaru - que vivem num universo social onde os “saques” cultural, econômico e ambiental são freqüentes, principalmente pela cobiça estrangeira), bem como de análises sobre a implementação de possíveis formas de uma maior participação dessas populações em Programas governamentais (federais – como o Proecotur; estaduais - Plano Estadual de Desenvolvimento Turístico do Estado, e municipais), envolvendo também o setor privado, que se poderá ajudar, de maneira mais efetiva, para atender as aspirações da comunidade local.

Além disso, a análise apresentada pelo presente trabalho vem oferecer informações fundamentais sobre o desenvolvimento do turismo em Belém, com a implantação de uma política pública voltada ao desenvolvimento de municípios turísticos do Estado – Proecotur. Certamente, será uma contribuição significativa, já que são poucas as pesquisas realizadas nos Cursos de Turismo de Universidades amazônicas, neste sentido, ampliando-se, portanto, essa discussão que está tão em evidência. Finalmente, é interessante dizer que as futuras ações e programas de turismo, com o fortalecimento da pesquisa acadêmica sobre o assunto, poderão, realmente, aperfeiçoar suas estratégias desenvolvimentistas para o Estado, perpassando pelas questões social, cultural, econômica e ambiental, incluindo, de fato, o conhecimento do bacharel em turismo, conjuntamente com outros profissionais.

Segundo Almeida (2002), a visão compartimentada e conservadora dos Governos, quanto à questão do território, tem desvinculado o ambiente das questões sociais e econômicas. O desencadeamento de aglomerações isoladas em prol da questão ambiental acaba gerando conflitos com o desenvolvimento. As ações não só ficam condicionadas às pressões exercidas pelos setores econômicos, como também são prejudicadas pela emergência na solução de certos problemas sociais.

Como forma de mitigar as ações exercidas sobre os meios social e ambiental, prática esta muito trabalhada pelos governos tecnocratas, surge então o planejamento participativo, buscando uma nova abordagem administrativa. Há, assim, uma re-avaliação das contradições existentes no modelo anterior, o qual contemplava de forma geral as elites brasileiras. Busca-se, portanto, uma nova postura na forma de gerir, tendo na população local, sobretudo, uma nova parceira no planejamento de forma mais pontual.

“O planejamento participativo deve dispor de mecanismos eficazes para influenciar a condução da máquina pública, proporcionando acesso aos meios de comunicação e dispor de informações” (Op. Cit. p. 39). Sob este prisma de planejamento e gestão compartilhada, ou melhor, coletiva, o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro – MMA tem conduzido o processo do Proecotur, buscando atender as necessidades de todos os atores da sociedade que ora tem interesse pelo desenvolvimento da atividade do ecoturismo.

As ações do Proecotur também são voltadas aos benefícios da população local, proporcionando o bem estar social. Dessa forma, é preciso entender como foi implantado o modelo de planejamento do Proecotur na Região. A participação popular foi inserida no processo de construção das políticas públicas ? Quem são os formuladores (perfil) das políticas de turismo para a Amazônia ? Foram considerados e/ou respeitados os aspectos culturais das comunidades locais no processo de planejamento do Proecotur ? Será que as classes menos favorecidas são consideradas ou inseridas de fato nos programas, ou são apenas os grandes empresários e as empresas multinacionais os beneficiados neste processo ?. Esses são alguns questionamentos que se pretende elucidar no decorrer desta pesquisa, objetivando entender e sugerir novas relações entre o poder público, o privado, as Ong's e a sociedade civil.

O Ministério do Meio Ambiente criou 14 pólos de ecoturismo, envolvendo mais de 60 municípios, em sua fase inicial, em toda Amazônia Legal brasileira, sendo que no Estado do

Pará foram definidos três: o pólo Tapajós, o pólo Marajó e o Belém Amazônia Atlântica. Este último, segundo a Sudam (1992), desponta como um dos principais pólos para o desenvolvimento do ecoturismo em toda a Amazônia, uma vez que em seu espaço municipal é marcante a presença de ecossistemas naturais, com exuberantes fauna e flora, rios caudalosos e belas ilhas e praias, áreas propícias à pesca, além de seus atrativos históricos e culturais.

Segundo a Companhia Paraense de Turismo – Paratur, o Estado do Pará concentra cerca de 49,2% dos atrativos turísticos da região Amazônica, recebendo cerca de 40.600 turistas anualmente no Estado, os quais permanecem em média 2,5 dias. A geração de renda a partir da atividade turística, no Pará, é de 78,2 milhões de dólares ao ano e, destes, 10% estão relacionados aos turistas estrangeiros (PARATUR, 2001).

A escolha da comunidade do Porto Pelé parte integrante do Pólo Belém Amazônia Atlântica justifica-se pelo fato de estar situada na capital do Estado do Pará, Belém, a qual é o portão de entrada do Estado e da Amazônia Oriental, facilitado pela infra-estrutura existente naquela cidade. A diversidade de recursos naturais e culturais são também elementos de grande significância para atração de turistas, tanto brasileiros, quanto estrangeiros.

Acerca da metodologia, realizou-se, entre os meses de julho de 2004 a fevereiro de 2006, trabalho de campo, com visitas esporádicas às áreas do Porto Pelé e de Caruaru.

Utilizaram-se métodos de observação e diálogos informais com visitantes e a população residente nessas áreas. Os dados primários foram coletados junto aos universos das comunidades locais, *trade*¹ turístico e formuladores e/ou gestores de políticas públicas do Proecotur.

Acerca da comunidade local, foram fixados os seguintes objetivos: identificar as características da identidade cultural; investigar o grau de conhecimento que a população tem em relação ao Proecotur. A população trabalhada durante a pesquisa foi constituída por 03 famílias que residem no Porto Pelé, por todas as famílias do centro de Caruaru e comunidades do entorno, totalizando 48 famílias. Para a coleta de dados, foi considerada uma amostra probabilística simples², levando-se em consideração o número total de famílias. A amostra foi

¹ Referente aos fornecedores de produtos e serviços turísticos (empresários).

² Vale ressaltar que utilizou-se esta amostragem dada a dificuldade da realização do censo naquela localidade, como proposto inicialmente. Algumas foram as razões que nos permitiram estas mudanças: grande distância entre os domicílios, cerca de 300 a 500 metros, chegando até a 02 quilômetros. Outro agravante foi o número de domicílios que se encontravam fechados por motivo de uso em caráter de “segunda residência”, haja vista que

calculada com base em um erro máximo menor que 3%, considerando um nível de significância de 95%. Dessa maneira, a amostra obtida foi de 28 famílias, distribuídas aleatoriamente.

O processo metodológico utilizado para identificar os níveis, a partir da matriz sugerida por Diaz Bordenave, foi inicialmente aplicado na 1ª semana de julho de 2004, com término em fevereiro de 2006. Foram entrevistadas 28 famílias distribuídas entre o Porto Pelé, comunidades de Tucumandeua, Itaperinha, Castanhal do Mari Mari, Itapiapanema e Caruaru, esta última com um número de 15. Utilizaram-se entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (mista), gravadas e posteriormente transcritas. Durante a pesquisa de campo, foi utilizada a técnica de observação e a aplicação de entrevistas através de formulários estruturados (sistemáticos).

O trabalho divide-se em quatro capítulos que, gradativamente, mostram o desenrolar da presente pesquisa. Inicialmente, a revisão bibliográfica evidencia as bases teórico-metodológicas que dão fundamentação à dissertação e para darmos conta de nossa proposta, realizamos levantamentos referentes a três recortes, relacionados:

- às políticas públicas de turismo na Amazônia;
- às transformações sócio-espaciais no decorrer do tempo e àquelas decorrentes do advento da atividade turística;
- à participação popular na implementação de políticas públicas de turismo em Belém, ilha de Mosqueiro.

No primeiro capítulo são abordados conceitos gerais que nortearam as discussões acerca do planejamento, ecoturismo e cultura, procedendo-se análises nacional e regional das políticas públicas de turismo na Amazônia, a fim de entender como se configurou a ocupação da Região. Outro ponto abordado, são os “Grandes Projetos” e o papel da SUDAM como ferramenta propulsora do desenvolvimento na Amazônia. Acredita-se que a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia desenhou um cenário que possibilitou o desenvolvimento em alguns setores na Região.

grande parte dos moradores das comunidades no entorno do Parque Ecológico de Mosqueiro tem residência na Vila do DAMOS.

No segundo capítulo, são abordados as peculiaridades do espaço amazônico, suas características físico-ambientais, econômicas, sociais e culturais. Destacou-se a transformação das principais cidades amazônicas, em especial Manaus e Belém, a partir do apogeu do Ciclo da Borracha, denominado de *Belle Époque*. SARGES (2000) afirma que, nesse momento, a transformação da cidade de Belém estava:

Associada à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes e fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além da colocação em prática da idéia positivista de progresso enfatizada pelo novo regime republicano (SARGES, 2000 p. 92).

Outra questão pontuada nesse capítulo é referente ao processo de transformação do espaço geográfico no Distrito Administrativo do Mosqueiro - DAMOS, movimento esse decorrente, principalmente, da atividade turística que teve papel fundamental para as intervenções realizadas pelo Poder Público. Com a conclusão da ponte que liga Belém à ilha de Mosqueiro, em 1976, inicia-se um outro momento histórico no Distrito, desencadeando novas expectativas de especulações imobiliárias, expansão do comércio, enfim, uma nova territorialidade, cada vez mais relacionada ao turismo.

Benevides (2000) diz que a construção das territorialidades turísticas é decorrência da valorização de determinadas áreas, a partir da modernização que é desencadeada através de um processo de planejamento. Tal fato proporciona a produção e a promoção de um conjunto de atividades diferenciadas e complementares, configuradoras de uma nova organização, e destinação territoriais focadas no turismo, convertendo os recursos de Mosqueiro em produtos predominantemente destinados ao consumo turístico. Assim iniciava-se a especulação imobiliária, a população local começava a ser “desalojada” pela compra de seus terrenos por turistas. Houve uma proliferação de diversos condomínios, que na qualidade de segunda residência da população de Belém, serviam como oportunidades de emprego aos moradores locais, que mudavam seus hábitos comuns de trabalho, para desenvolverem funções de caseiros, motoristas, garçons, enquanto suas mulheres trabalhavam como domésticas e camareiras nos hotéis e pousadas da Ilha.

No terceiro momento do trabalho, analisa-se a situação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR e destaca-se como de fundamental importância o papel da Administração Pública frente à condução de políticas,

além da necessidade de intercâmbio com a população envolvida, encarando-a como a que deveria ser a principal beneficiada na aplicação dessas políticas. Levanta-se o seguinte questionamento: qual o nível de satisfação alcançado Pelo Poder público em relação à implantação do Proecotur na Amazônia Legal, principalmente no Estado do Pará, objeto de estudo desta pesquisa? Também identificam-se os princípios e motivações dos gestores públicos na criação do programa na Região. O Proecotur é um programa de planejamento e investimentos do Governo Federal que visa desenvolver o ecoturismo na Amazônia brasileira. Seu objetivo geral é promover o desenvolvimento sustentável da região Amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e meios para implementação de infra-estrutura turística básica em uma área de abrangência de nove Estados que compõem a Amazônia Legal, quais sejam: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (MMA, 2002).

Oficialmente, como já foi mencionado, há três grandes pólos ecoturísticos reconhecidos pelo Governo Federal no Estado do Pará: Tapajós, Marajó e Belém Costa Atlântica. Em âmbito estadual, a Paratur trabalha com seis: os três citados anteriormente, mais do Araguaia -Tocantins, Xingu e o Pólo Belém, (desmembrado do Costa Atlântica), renomeado para Amazônia Atlântica.

Finalmente, no quarto e último capítulo, discutem-se e apresentam-se questões acerca da participação popular como instrumento de gestão democrática no desenvolvimento turístico regional. Vale ressaltar que o foco principal é detectar como as comunidades receptoras da área de estudo, Porto Pelé e Caruaru, participaram de implantação parcial do Proecotur, pois são as que interagem diretamente com o público de turistas.

Segundo a WWF (2003), a participação é uma ação voluntária, individual ou de grupo, articulada com experiências coletivas que contribuem para a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa e culturalmente conservacionista. A parceria compreende o processo de cooperação mútua entre as duas partes, acordado e comprometido com a satisfação de interesses comuns e/ou complementares.

Há diferentes graus de participação entre a sociedade civil organizada, poder público, organismos não-governamentais e iniciativa privada. Diaz Bordenave (1994) propõe uma matriz, usada por nós, onde vários níveis de relação são possíveis de se alcançar, desde o nível

mais baixo ao mais avançado, a saber: informação; consulta facultativa; consulta obrigatória; elaboração/recomendação; co-gestão; delegação e a auto-gestão.

Acredita-se que os resultados obtidos, vistos nas suas particularidades e também nas suas inter-relações, poderão fornecer subsídios ao planejamento do uso da área de estudo, bem como de outros espaços que receberam a interferência do Poder Público, implementando políticas de gestão turística. Na Amazônia, em especial no Estado do Pará, a preocupação premente de inserir o turismo no plano de desenvolvimento local, faz com que haja a necessidade de reflexão do modelo adotado pelos organismos oficiais, pois sem a integração de todos os atores, de forma equitativa, não conseguirá promover o desenvolvimento local através de ferramentas multisetoriais. Neste caso, fala-se da força motriz da atividade turística.

2. DISCUSSÃO CONCEITUAL: PLANEJAMENTO, CULTURA E (ECO)TURISMO

Neste capítulo serão apresentadas discussões sobre a formação, a condução e a estruturação de temas que serão abordados ao longo desta dissertação de mestrado, como o planejamento. Por que a necessidade de se planejar? O que é planejar? Essas indagações se fazem necessárias dentro de um arcabouço macro, para que seja possível o entendimento no contexto turístico.

Elucidar o papel da cultura na atividade turística também é outro tema analisado. Será a cultura vista como um importante vetor para a valorização de um povo ou é encarada como um produto para a comercialização da atividade?

As grandes e recentes mudanças nos cenários político e econômico, em âmbito mundial, provocaram alterações substanciais nas formas de relacionamento entre o Estado e a sociedade em todo o mundo. No Brasil, a partir da crise fiscal e financeira do Estado nos anos 1980, decorrente do novo paradigma³ alicerçado na globalização dos mercados e na revolução técnico-científica, em que se destaca a disseminação da informação via internet, tanto o setor produtivo quanto o Estado vêm sofrendo profundas transformações estruturais, cujas conseqüências principais são a reestruturação da economia, a deterioração dos serviços públicos e o aprofundamento das desigualdades sociais e regionais do país.

A reestruturação econômica vivida nas últimas décadas foi primordial para a avaliação do planejamento em caráter público e privado. O poder público materializa e/ou concretiza sua política através de Planos (de uma forma mais ampla), Programas (intermediário) e Projetos (a menor parcela de um plano). Para Molina (2001), o sucesso dos programas em todos os âmbitos depende, fundamentalmente, dos seguintes fatores: 1º) grau de vinculação

³ Aqui deve-se considerar paradigma como realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência. Para maiores detalhes consultar Kuhn, 1998.

das ações propostas em relação às necessidades dos meios que pretendem modificar; 2º) grau de complementaridade dos projetos que o integram; 3º) disponibilidade de recursos financeiros, técnicos e humanos para a realização das etapas.

Esses elementos que compõem o planejamento convertem em políticas públicas que, em meio a crises, não só nacionais como mundiais, atravessadas durante as décadas de 1970 e 1980, foram necessárias para promover mudanças significativas na dinâmica do mercado, sendo utilizadas como um instrumento regulador do Estado. Para Castro (2001), nos anos 1980, experimentou-se, de forma mais visível, uma profunda ruptura no nível dos paradigmas da ação do Estado, não somente como regulador, mas como agente de intervenção na cena econômica e social.

O conceito de política pública é bastante complexo, está relacionado a várias questões da sociedade, podendo-se citar: a econômica, a social, a segurança, a ambiental, a tecnológica entre outras, ou seja, a intervenção do Estado na sociedade, através de estratégias de planejamento.

Para melhor compreensão do processo de construção de políticas públicas no território nacional, vamos nos remeter primeiramente ao seu conceito, segundo Prélot (1960) Schmitter (1979) (apud. Sudam, 2001):

política pública é a ação ordenada e sistematizada do Estado, caracterizada por suas instituições (agentes que formulam, tomam decisões e que por elas são afetadas); seus recursos (meios utilizados para que os objetivos sejam alcançados); seus processos (fluxo de atividades para que a ação seja estabelecida com êxito) e sua função (resultado da política e sua relevância para a sociedade). SUDAM (2001, p. 27)

Em tese, a política pública tem o objetivo maior, através das ações do governo, de promover o melhor nível de bem-estar social e econômico de toda a sociedade e seus indivíduos, já que todos são iguais perante a lei, como assegura a Constituição Federal de 1988. A política pública está sujeita ao jogo das forças sociais e políticas da sociedade, percebendo-se que se configura como um roteiro de ações. Tal roteiro define qual o problema a ser solucionado na estrutura sócio-econômica de uma determinada sociedade, indicando as ações e os instrumentos que deverão ser utilizados para se atingir tal finalidade.

Para se alcançarem resultados satisfatórios por meio de políticas públicas, faz-se necessária uma organização individual e coletiva das partes interessadas. O processo de afunilamento de discussões, bem como a criação de instrumentos de operacionalização, controle e avaliação são gerados a partir de um mecanismo indispensável para o alcance do sucesso e consolidados por meio do planejamento. Sob um prisma econômico, Lafer (1987) afirma que o planejamento consiste em assegurar o equilíbrio entre os níveis de produção e a demanda de bens, dada a oferta de fatores de produção, de forma a atingir certos objetivos básicos, como: alcançar determinadas taxas de crescimento do produto nacional bruto e do nível de emprego, manter o saldo do balanço de pagamentos e o crescimento de preços, dentro de limites fixados, alterar a distribuição de renda, entre outras variáveis.

Em suma, pode-se afirmar que o planejamento é um instrumento sistemático, complexo que tem por finalidade alcançar resultados satisfatórios, tanto para estatais quanto para empresas da iniciativa privada, além de desenvolver mecanismos e métodos quantitativos e qualitativos com fins do cumprimento do controle organizacional.

O modelo de planejamento hoje trabalhado em âmbito mundial aproxima questões de todas as naturezas, sobretudo as econômicas, como o turismo - uma atividade que tem no seu esboço relações tanto nas infra-estruturas econômicas quanto nas sociais (Dowbor, 1998). Concebemos o sentido mais abrangente no âmbito da macroeconomia e das teorias sociológicas.

Para Rattner (1977), o planejamento relacionado ao poder público define-se como uma técnica de tomada de decisões, que enfatiza a escolha de objetivos explícitos e determina os meios mais apropriados para a sua execução, a fim de que as decisões tomadas possam ser adequadas aos objetivos da população e legítimas aos programas efetivos para a sua realização.

Como essas ações são voltadas, teoricamente, para o benefício da população, proporcionando o bem estar social, há questões relevantes em que se deve pensar: Quem são os formuladores dessas políticas ? Será que as classes menos favorecidas são consideradas ou inseridas nesses planos ? Várias críticas são formuladas por pesquisadores quanto à forma como tais políticas são inseridas, ou quanto à própria ausência de interação entre planejadores e a sociedade como um todo.

Diante de várias configurações de planejamento elaboradas, sem muito sucesso, a partir de métodos tradicionais, nos Estados Unidos chegou-se ao método *advocacy-planning*, um modelo que pleiteava a inclusão das camadas mais pobres. Durante a década de 1960, na experiência norte-americana, enquanto alguns métodos centralizavam o poder nas mãos dos burocratas, outros começavam a favorecer os menos assistidos. Essa evolução se deu por um processo não político, mais sim participativo, como afirma Rattner (1977): “o problema fundamental para uma sociedade mais justa não se resume na elaboração de planos melhores e mais complexos, mas na abertura de vias de comunicação e de participação política e cultural” (Op.cit. p. 12).

Por um longo período, formuladores dos planos nacionais evitavam a participação popular. Percebe-se ultimamente, no Brasil, avanços na amplitude alcançada pela participação popular, representada por movimentos civis organizados, principalmente em meados dos anos 1980. Dowbor (1987) vislumbra a mobilização desses movimentos populares como ponto-chave para o sucesso do planejamento, em que a comunidade ao invés de protestar diante de fatos já consumados, pode integrar um plano ordenado.

Dentro dessa concepção mais participativa, de uma forma mais próxima da sociedade, Dowbor (Op.cit. 1987) propõe algumas alternativas para a sua consolidação, por meios científicos e educacionais, através de um Centro de Estudos Municipais - CEM, por exemplo, por meios da divisão geográfica. Para isso, o autor sugere a criação de uma comissão de representantes, por bairro, assegurando um espaço de reunião e debate para captação de verbas, discussão de prioridades, definição de formas próprias de participação nas decisões.

No Brasil, a primeira experiência de planejamento foi realizada em 1939, durante o governo de Getúlio Vargas, com o Plano Quinquenal Especial de Obras Públicas e o Aparentamento da Defesa Nacional, cujo escopo era um planejamento da oferta de bens tornados escassos em decorrência de um conflito bélico (Holanda, 1975, apud. Barreto, 1991).

Dessa forma, existe uma progressão do planejamento a partir do modelo de políticas públicas, desde o Governo de Vargas, perpassando do plano Quinquenal, Programa de Metas de Juscelino Kubitscheck, o Plano Trienal (como a primeira forma de planejamento global do governo), até os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's), durante o governo militar.

A concentração de esforços possibilitou a criação do Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, em 1951, antes do retorno de Getúlio Vargas à Presidência da República. A iniciativa de investimentos em pesquisas foi de fundamental importância para a nova fase que ora se iniciava no território brasileiro, com o objetivo de promover o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica em todos os domínios do conhecimento. O CNPq assumiu, então, nos anos seguintes, a formulação das políticas de ciência e tecnologia no País, bem como a coordenação dessas atividades.

O segundo governo de Vargas, a partir de 1951, foi marcado pela reimplantação da indústria de base, que incluía a expansão da siderurgia, a construção de hidrelétricas, refinarias de petróleo, de usinas de nitrogênio além da implantação de parques industriais. Para tanto, se fazia necessária a formação de recursos humanos, o incentivo à pesquisa para o desenvolvimento da indústria como forma de substituir as importações, tornando o país auto-suficiente no que tange aos produtos básicos.

A partir de 1956, Juscelino Kubitschek assume a presidência da República Federativa do Brasil, adotando uma política desenvolvimentista, com a implantação de um ambicioso projeto industrial de bens duráveis e interiorização do desenvolvimento. Nesse processo de industrialização, o capital estrangeiro teve papel importante no sentido da importação de tecnologias, sobretudo, viabilizando o processo de industrialização no País.

No início dos anos 1960, o Brasil vivenciou uma grande instabilidade política, momentos que culminaram com o golpe militar de 1964. O período entre 1964 e 1984 foi marcado por uma característica do Estado de sistematizar idéias em planos de governo, como os PND's (Planos Nacionais de Desenvolvimento) e os “Grandes Projetos” na Amazônia, numa tentativa de integrá-la, de maneira mais efetiva, ao processo de desenvolvimento de outras partes do território brasileiro.

O fim da ditadura militar no Brasil, em 1984, provocou um amplo movimento da sociedade para reordenar o Estado, sob a égide da liberdade e da democracia. Embora a economia estivesse convivendo com altas taxas de inflação e forte desequilíbrio nas contas públicas, houve grande movimento para o fortalecimento das instituições, na busca de

ocupação de espaços pelos atores sociais e de mudança nos processos autoritários de gestão dos órgãos públicos, o que mais tarde implicaria a abertura da economia nacional ao mercado internacional, este dominando grande parte da indústria, dada a incompatibilidade do mercado nacional concorrer com grandes empresas internacionais.

O Estado Nacional brasileiro, então, passa por uma série de modificações, cedendo às pressões externas que teóricos caracterizam como “Modernidade Mundo” (Ianni, 2000) e “Modernidade Tardia” (Hall, 2001), ou simplesmente como fenômeno da globalização, como a maioria prefere, quando se abordam questões sobre a aproximação dos continentes, relacionado, à questão política, à econômica, à ambiental, à cultural, entre outras.

Nesse sentido de aproximação de culturas e espaços, o Estado brasileiro começa a promover um novo processo de “integração” da Região Amazônica brasileira às demais regiões do País como dito antes, intervenção iniciada na década de 1960 com algumas ações como a criação da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e com a implantação dos Grandes Projetos na região.

A seguir, tratar-se-á do processo de construção e transformação do espaço amazônico, dada sua importância histórica e econômica, a partir do ciclo da borracha, cujo apogeu se dá entre o período de 1870 e 1912. O processo de ocupação da Região, liderada por políticas governamentais durante o governo militar, a partir da década de 1960, também é de grande importância para o desenrolar desta pesquisa.

2.1. A produção do espaço amazônico

A Amazônia Legal Brasileira é formada pelos Estados da região Norte - Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins -, além de parte do Estado do Mato Grosso

(região Centro-Oeste) e Maranhão (região Nordeste). Segundo Becker (1994), a Região corresponde a 1/20 da superfície terrestre, 2/5 da América do Sul, 3/5 do Brasil, contém 1/5 da disponibilidade mundial de água doce e 1/3 das reservas mundiais de florestas latifoliadas, mas somente 3,5 milésimos da população mundial. Trata-se da porção brasileira de uma enorme região sul-americana, que se estende também por países vizinhos: Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guianas. É o domínio da mais rica floresta pluvial que se conhece, associada a um clima equatorial (quente e úmido) e cujo território é drenado pela maior bacia hidrográfica do planeta.

O rápido movimento de apropriação desse espaço imenso e rico, um dos últimos escassamente povoados no planeta, e a maneira mais clara e brutal com que aí se desenvolvem os conflitos intrínsecos à sociedade brasileira mobilizaram o debate nacional sobre a Amazônia, envolvendo uma forte carga simbólica (Op. cit, 1994).

Para muitos cidadãos brasileiros, a Amazônia é um território que precisa ser ocupado a qualquer custo, dada a grande dimensão territorial. A ocupação poderia minimizar, de alguma forma os grandes problemas urbanos, como o aumento do processo de periferização, da violência, de desemprego, causados pela explosão demográfica a partir do período de industrialização vivido pelo Estado brasileiro, desde a década de 1950 do século XX. No entanto, a ocupação dessas áreas da forma como está sendo conduzida há algumas décadas, preocupa alguns setores da sociedade, principalmente pesquisadores, organizações não-governamentais – ONG's ligadas à luta contra a destruição dos recursos naturais.

Há algumas décadas, o governo federal utilizou-se do mito sobre a Amazônia, como “espaço vazio” entendendo a necessidade de ocupar a região através da implantação de grandes projetos como forma de controlar conflitos sociais em áreas densamente povoadas, como no caso do sudeste brasileiro, fazendo assim, investimentos em diversos setores tais como: indústrias, construção de hidrelétricas e pavimentação de rodovias; como estratégias de ocupação da área. Implantação de redes de integração espacial; Superposição de territórios federais sobre os estaduais e Subsídios ao fluxo de capital e indução dos fluxos migratórios, foram algumas das estratégias utilizadas pelo poder público federal como forma de “domar a floresta”, controlando desta forma a região por instrumentos da máquina pública.

Lúcio Flávio Pinto, em sua obra *Amazônia: no rastro do saque*, publicada em 1980, relata uma viagem de três dias, realizada por três ministros de Estado e mais vinte empresários sulistas à Região Amazônica. O resultado ? Compra de dois milhões de hectares no entroncamento das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica. Percebe-se, nesse momento, a formação de grandes consórcios estimulados, ressaltando-se que, naquela ocasião, tínhamos como representantes públicos os militares que aplicaram o golpe em 1964. Tal medida era baseada no discurso da garantia da preservação de áreas verdes e a auto-sustentação, em termos econômicos, para a região. A institucionalização de onze áreas prioritárias também compôs a missão dessa viagem. Nas palavras do assessor de recursos naturais do Projeto RADAM – Radar da Amazônia (apud. Pinto, 1980, p. 64), “Ou os empresários conquistam a floresta amazônica agora, ou ela desaparecerá por força da sua própria natureza”.

Qualquer ação antrópica sobre o meio causa impactos, ou seja, danos muito difíceis de serem quantificados. Apesar da possibilidade real do meio se transformar por sua própria ação, fenômenos naturais como maremotos, terremotos, entre outros, são causadores de transformações em alguns dos casos bastante drásticas. A fala do assessor do Projeto Radam não retrata a realidade vivida naquele momento na Região Amazônica. A destruição contínua da maior floresta tropical do mundo deve-se, em grande parte, à implantação dos Grandes Projetos na região, apoiada no discurso de desenvolvimento.

O Governo Federal Brasileiro apresenta preocupação com a estrutura do planejamento do desenvolvimento da Região Amazônica, seja numa perspectiva histórica de conquista, exploração e defesa do território, seja nas mais recentes tentativas de desenvolver a Região através de sua inclusão, de fato, à nação brasileira. Após a implantação das políticas públicas no Estado do Pará, contempladas a partir dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia na década de 1970, o Estado passou a ser planejado de acordo com documentos elaborados pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM (1972). A iniciativa de se concentrarem todos os esforços na exploração dos recursos naturais da Região, na proteção e na segurança do território, promovendo assim o progresso, acabaram propiciando uma ampla discussão em toda a Amazônia sobre sua biodiversidade e o uso do espaço geográfico para implantação dos Grandes Projetos.

Hoje se percebe, por parte do poder público, uma preocupação, ou melhor, a necessidade de inserirem populações tradicionais nas discussões inerentes à condução de políticas, visto que o modelo adotado no período anterior, o tecnocrata, não satisfaz mais esse contingente populacional. Então, através de um processo conturbado, esse segmento da sociedade garantiu, em parte, sua parcela de contribuição à condução política do Estado. Segundo Almeida (2002).

[... A visão compartimentada e conservadora dos governos, quanto à questão do território, tem desvinculado o ambiente das questões sociais e econômicas. O desencadeamento de aglomerações isoladas em prol da questão ambiental acaba gerando conflitos com o desenvolvimento...] [... Essas ações ficam condicionadas às pressões exercidas pelos setores econômicos, como também são prejudicadas pela emergência na solução de certos problemas sociais] ALMEIDA (2002 p. 38).

Como forma de mitigar as ações exercidas sobre os meios social e ambiental, prática muito utilizada pelos governos tecnocratas, surge, o planejamento participativo buscando uma nova abordagem administrativa, re-avaliando as contradições existentes no modelo

anterior. Busca-se, então, uma nova postura na forma de gerir, tendo na população local, sobretudo, uma nova parceira no planejamento, de forma mais pontual.

“O planejamento participativo deve dispor de mecanismos eficazes para influenciar a condução da máquina pública, proporcionando acesso aos meios de comunicação e dispor de informações” (Op. cit. p. 39). Sob esse prisma de planejamento e gestão compartilhada, ou melhor, coletiva, o Ministério do Meio Ambiente Brasileiro – MMA pretende conduzir o processo de implementação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, buscando atender as necessidades de todos os atores da sociedade que têm interesse pelo desenvolvimento da atividade do ecoturismo.

Discutiremos a seguir, a forma como o Estado Brasileiro conduziu o processo de ocupação agressiva da Região Amazônica para integrá-la às demais regiões do País.

2.2. Os “Grandes Projetos” e o papel da SUDAM como ferramenta propulsora do desenvolvimento na Amazônia.

A tentativa do governo brasileiro de ordenar a ocupação do território na Amazônia Legal não se deu, primeiramente, a partir da criação da SUDAM. Para Figueiredo (1995), a primeira tentativa de intervenção organizada se dá através da criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, em 1953, juntamente com a criação do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA.

A criação desses institutos se definiram como ensaios para que, em 1966, viesse a ser criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, exemplo máximo de planejamento regional.

A partir dos anos 1970, a revolução tecnológica no campo da eletrônica e da comunicação cria uma nova forma de produção e de organização social, baseada na informação e no conhecimento – a alta tecnologia, que reorganiza as bases do modelo de acumulação. Corporações transnacionais e organismos internacionais reforçam uma economia global; combinando recursos e mão-de-obra numa escala planetária, estendem a produção industrial aos países subdesenvolvidos (BECKER, 1994, p. 63).

Acompanhando esse processo, várias empresas nacionais e transnacionais se instalaram na Região com grandes perspectivas de lucro, mesmo desconhecendo a realidade que as aguardava, como o sacrifício do isolamento e o desprendimento dos serviços prestados pelas grandes cidades brasileiras.

A Região Amazônica, gerenciada naquele momento pelos militares, em face de novas transformações, foi pressionada, através de estratégias de desenvolvimento, a acompanhar tendências mundiais. Essas estratégias materializaram-se pelos “Grandes Projetos”, assim denominados porque realmente abrangiam uma vasta dimensão física / estrutural e alcançavam grandes áreas florestais adentro, um verdadeiro bolsão verde ainda muito pouco conhecido pelos “homens brancos”, embora respeitado pelos indígenas e caboclos locais.

Muitos foram os projetos implantados na Amazônia, com vistas à integração de mercados, sob uma perspectiva macro do planejamento, Exemplos são: a construção dos

grandes eixos rodoviários⁴ – Transamazônica e Perimetral Norte-, os Programas de Colonização, o Polamazônia, os grandes projetos industriais e hidroelétricos – Projeto Ferro Carajás, ALBRÁS, ALUMAR, Mineração Rio de Norte, Usinas de Tucuruí e Balbina, entre muitos outros.

São muitas as críticas acerca da forma como esses projetos foram implantados na região, principalmente quando se trata de uma área rica em biodiversidade, em minerais, sem falar nas diferentes culturas existentes.

Para fins ilustrativos, discutiremos o caso da Usina Hidrelétrica de Tucuruí – UHE, localizada no sudeste do estado do Pará, distante 385 Km da capital Belém, com a sua construção, diversos setores produtivos desenvolveram-se em Belém. Primeiramente é necessário frisar a importância de uma obra como essa. Com a sua construção, diversos setores produtivos desenvolveram-se. Não obstante, diversos foram os impactos causados por essa construção, não porque tenha havido negligência dos interessados na obra, e sim porque esses impactos não foram considerados.

Um estudo elaborado pela Comissão Mundial de Barragens - CMB⁵, em novembro de 2000, apontou os possíveis impactos reais nas escalas ambientais, culturais, sociais e econômicas, em proporções muito maiores do que se imaginava. Antes da implantação da UHE de Tucuruí, existiam poucas experiências sobre criação de lagos artificiais, e, para minimizar essa lacuna, em 1977 a Eletronorte contratou o ecólogo Robert Goodland para contribuir com sua experiência já consumada em outros países. O estudioso indicou em seu diagnóstico que a empresa deveria elaborar um plano de desmatamento, fazer um inventário sócio cultural das populações afetadas, fazer o levantamento do patrimônio histórico e arqueológico e o inventário da fauna e da infra-estrutura regional, entre outros estudos.

O Governo Federal estava ciente da necessidade de realizar estudos preliminares para a construção da barragem, o que poderia levar de um a cinco anos, ou até décadas. Mas como a obra não poderia esperar todo esse tempo, o Governo Federal “atirou no escuro”. Os estudos dos possíveis impactos sobre os ecossistemas, decorrentes da construção da barragem de Tucuruí foram contratados junto ao Instituto Nacional de Pesquisa na Amazônia – INPA, já

⁴ Adiante perceberemos que parte da estrutura construída naquele período foram necessárias e importantes para o desenvolvimento da atividade turística.

⁵ Para maiores esclarecimentos sobre o caso da UHE de Tucuruí pesquisar o Relatório Final da CMB, organizado por Emílio Lèbre La Rovere e Francisco Eduardo Mendes (2000).

no final da construção da barragem (CMB, 2000). O que a Comissão percebeu é que a maior parte dos estudos deveriam ter sido realizados, no mínimo, com uma década de antecedência, de modo a permitir que os possíveis impactos ambientais pudessem ter sido identificados e que ações corretivas ou compensatórias fossem planejadas e implementadas.

A forma inadequada da condução de ações realizadas pelo poder público ou pela iniciativa privada ocasionou diferentes impactos nas escalas citadas anteriormente, e no caráter ambiental podemos destacar: diminuição da concentração de oxigênio na água da represa, em decorrência da decomposição da matéria orgânica não retirada da área a ser inundada; desenvolvimento de plantas aquáticas, tanto flutuantes como emergentes, em algumas regiões do lago; impactos sobre a ictiofauna⁶, em consequência do rompimento das migrações de peixes e também da mudança da qualidade da água em decorrência da sedimentação e dos processos bio-geoquímicos na nova dinâmica das águas; impactos sobre a fauna terrestre nas áreas que foram inundadas; impactos sobre o micro clima regional, pela existência de uma grande área coberta por águas; e problemas de saúde humana, decorrentes de possíveis proliferações de vetores de doenças.

São diversos os impactos decorrentes de ações não planejadas, como se pode observar no caso da construção da UHE de Tucuruí, que representa um dos projetos com maior envergadura realizados na Amazônia. Tomou-se como base esse exemplo para se ter uma idéia de como outras dezenas de projetos foram implantados em toda a Região, e se refletir, assim, sobre a forma como foi e está sendo conduzido o “progresso” na Região Amazônica.

O modelo de desenvolvimento promovido pela SUDAM, entre as décadas de 1960 e 1980, são passíveis de críticas até os dias atuais, pois sequer populações tradicionais foram consultadas. A implantação dos Grandes Projetos rodoviários, minerais e industriais foram concebidos em circuitos fechados, à mercê do capital estrangeiro.

Em aproximadamente 15 anos, já se podia contabilizar uma área destruída que ultrapassa exponencialmente os espaços que sofreram impacto de mais ou menos dois séculos de colonização. Por outro lado, como resultado de tentativa de implantação de um outro ordenamento social, intensificou-se a degradação social (BRITO 2001, p. 147).

⁶ Relativo a fauna de peixes existentes no lago artificial da UHE Tucuruí.

Em suma, pode-se afirmar que um dos grandes instrumentos de destruição dos recursos não renováveis ou renováveis, em um período de milhões de anos, foram os Grandes Projetos implantados nas últimas quatro décadas. Certamente houve avanços tecnológicos, melhoria de qualidade de vida, para alguns, nesse universo verde chamado Amazônia. Entretanto, em contrapartida, testemunhou-se um agravamento das desigualdades sociais, sendo necessário um balanceamento das ações planejadas e implementadas. Afinal, como desenvolver sem depredar ? Essa indagação nos acompanha a cada nova proposta, a cada nova atitude tomada e/ou pensada por planejadores e gestores públicos e privados.

A seguir, buscaremos contextualizar a forma como Estado conduziu o processo de planejamento turístico na Região, vislumbrando-se na “descoberta” do turismo um importante instrumento propulsor de desenvolvimento local na Amazônia.

2.3. Planejamento turístico na Amazônia

A reestruturação do setor produtivo, com a falência do modelo Fordista⁷, aliada aos processos de democratização, reforma do Estado e descentralização das ações governamentais, redefiniu uma nova forma de relacionamento entre o poder público e a sociedade. Atualmente a participação popular é condição fundamental para a concepção de políticas públicas que busquem diminuir as desigualdades através da definição de estratégias adequadas, de construção do desenvolvimento local sustentável, visando à melhoria das condições de vida das populações socialmente menos favorecidas. E é nesse contexto que o turismo aparece como uma das alternativas de desenvolvimento social, cultural, econômico e ambiental dessas sociedades locais.

⁷ Criado originalmente pelo industrial norte-americano e pioneiro da indústria automobilística, Henri Ford (1863-1947). Esse método veio trazer inovações não só aos processos de produção, mas também à forma de organização do trabalho dentro da empresa e ao padrão de consumo e de vida dos assalariados. Em outras palavras, uma divisão horizontal do trabalho tendo o ser humano como uma peça de máquina, gerando um trabalho repetitivo, perdendo o sentido de atividade em grupo. Para maiores detalhes ver (ALMEIDA, 1999).

O turismo é uma atividade econômica das mais importantes no mundo. Com sua implementação ocorrem fenômenos de consumo, originam-se rendas, criam-se mercados nos quais a oferta e a procura se encontram. De acordo com a Organização Mundial do Turismo:

El turismo comprende las actividades que realizan las personas durante sus viajes y estancias en lugares distintos al de su entorno habitual, por un período de tiempo consecutivo inferior a un año con fines de ocio, por negocios y otros.(OMT, 1998, p.44)

Com base na elaboração de uma definição que contemplasse os objetivos previstos nesta pesquisa, considerou-se o conceito de turismo elaborado por Moesch (2002):

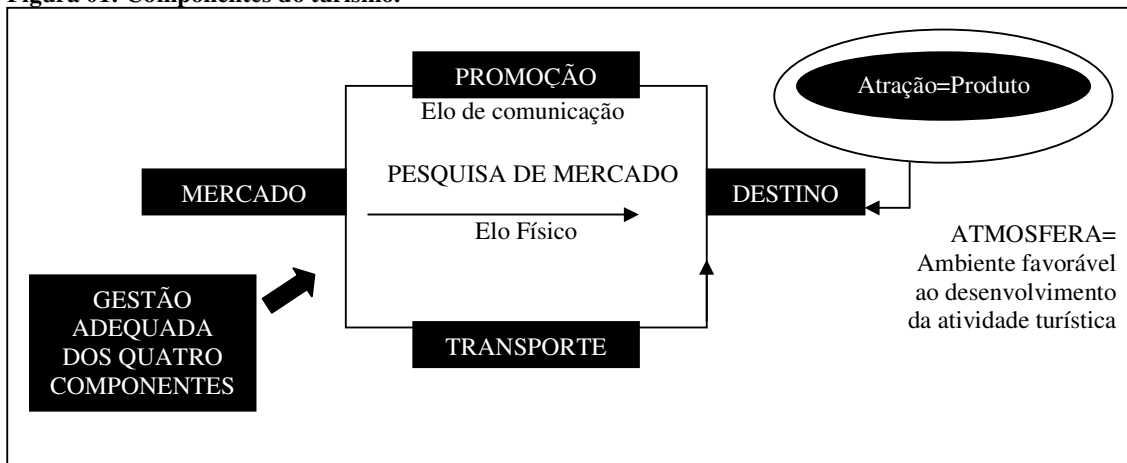
É uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição interam-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio ambiente diverso, cartografia natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais. O somatório desta dinâmica sociocultural gera um fenômeno, recheado de objetividade / subjetividade, consumido por milhões de pessoas, como síntese: o produto turístico (MOESCH, 2002, p. 9).

Percebe-se a complexidade em que a atividade turística está envolvida, perpassando às questões econômicas, embora ainda como grande foco de discussões no meio acadêmico. Não obstante, as questões sociais e culturais estão exercendo um papel de destaque nos dias atuais. Não se trabalha com turismo sem haver inter-relações culturais, ou seja, sem vivenciar o dia-a-dia de uma dada comunidade. Utiliza-se esse conceito justamente por se entender que o turismo ultrapassa a lógica econômica, sendo necessário também enxergá-lo sob a ótica da ética, da soberania, da diversidade e identidade cultural da democratização de todos os territórios, como afirma a autora (Op. cit, 2002).

“O turismo é consequência de um fenômeno social cujo ponto de partida é a existência do tempo livre e o desenvolvimento dos sistemas de transporte” (BOULLÓN, 2002, p. 37). Quando se discutiu a implantação dos grandes Projetos na Amazônia, um elemento foi

destacado como uma das estratégias de integração junto às demais regiões do país: as vias de acesso, materializadas na Amazônia através da BR-316; BR-230; BR-163, para citar as mais importantes. Diversos elementos são necessários para compor um cenário otimista para o desenvolvimento da atividade turística, como visualizado no gráfico abaixo:

Figura 01: Componentes do turismo.



Fonte: WWF, (2003). Adaptado por NÓBREGA, W.R.M. (2005).

Os componentes acima expostos retratam as variáveis macro, importantes para a implantação e o gerenciamento da atividade turística em uma determinada localidade, consolidando, conseqüentemente, um importante instrumento de melhoria de qualidade de vida, caso ele seja reavaliado constantemente. São cinco os componentes diretos no que tange ao arcabouço do cenário propício ao desenvolvimento da atividade: o Mercado, a Promoção, o Transporte, a Gestão⁸ e o Atrativo. Quanto ao destino, a leitura que se deve fazer é a representação de uma determinada localidade, em caráter macro, podendo ser um município, uma região ou até mesmo um país. Pressupõe-se que o destino seja o elo de ligação dos quatro componentes descritos no gráfico.

⁸ Deve-se considerar o caráter de gerenciamento, tanto dos órgãos públicos quanto dos privados, inclusive os relacionados diretamente com os atrativos reais existentes em uma determinada localidade.

São inegáveis os resultados financeiros decorrentes do turismo, justificando a inclusão da atividade na programação político econômica de todos os países que o adotaram como uma alternativa de desenvolvimento. Daí a medida do Governo Federal ao instituir o PROECOTUR, que pretende planejar um segmento específico da atividade turística, denominado ecoturismo e/ou turismo ecológico. A elaboração de políticas públicas de turismo começaram a tomar corpo na Amazônia ainda na década de 1970, com a elaboração do I Plano de Turismo da Amazônia – PTA, no ano de 1977.

Como já foi dito, a elaboração do I PTA orientou o desenvolvimento das primeiras políticas do turismo na Amazônia, as quais deveriam nortear o desenvolvimento turístico na região para o período de 1980 a 1985. Segundo o superintendente da SUDAM:

A dinamização do turismo na Amazônia, como setor planejado e rentável, objetiva causar um impacto sobre as atividades econômicas, com reflexos nos níveis de emprego, renda e investimentos, justificado plenamente pelo apoio especial das várias esferas governamentais e a mobilização da iniciativa privada (SUDAM, 1977, p.7).

Os objetivos que se pretendiam alcançar através do I PTA eram: contribuir para uma ocupação territorial ordenada da Amazônia; participar no desenvolvimento econômico e social da região, através da geração de renda e emprego, com os menores custos econômicos e sociais e defender ecologicamente e valorizar os recursos naturais da região e do seu patrimônio histórico-cultural. Observa-se neste discurso, já na década de 1970, a preocupação da geração de emprego e renda, hoje a principal bandeira defendida pelos formuladores das políticas de turismo, vislumbrando-se uma saída econômica para tal problema, agravada, talvez, pela crise do petróleo, ou mesmo pelo próprio modelo econômico aplicado pelos militares, durante o período em que governaram o país. Aqui

não cabe uma discussão mais ampla a respeito desse modelo ou motivos que levaram o País a essa crise. Vamos nos deter apenas a análise do Plano.

O I PTA realizou um inventário criterioso para a Região, no qual foram delineadas proporções e alternativas de investimentos indicados ao setor turístico. As áreas definidas pelo plano foram: Belém, Manaus, São Luís e Santarém para o primeiro momento, e, posteriormente, Cuiabá, Macapá, Rio Branco, Boa Vista e Porto Velho. As diretrizes que de suporte vislumbravam: proteção ao patrimônio natural; promoção e divulgação dos valores culturais; incentivo ao turismo interno; estímulo ao turismo do exterior para a região; ação promocional integrada a nível federal, regional, estadual, municipal e privado; Formação de recursos humanos; apoio à hotelaria de turismo; apoio às agências de viagens e transportadoras turísticas.

Com base nas premissas mencionadas anteriormente, podem ser definidas, em síntese, as seguintes políticas para o desenvolvimento do turismo na Amazônia, previstas no I PTA: a) preservação e valorização do patrimônio turístico regional; b) desenvolvimento e diversificação da oferta turística; c) comercialização turística; d) formação de recursos humanos.

O II Plano de Turismo na Amazônia – PTA, elaborado pela SUDAM, em 1992, conjuntamente com a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA e o Banco da Amazônia – BASA, deveria vigorar até 1995. Tinha como objetivo constituir um instrumento para coordenar as ações do Governo Federal, e da iniciativa privada, no sentido de superar as barreiras existentes para efetivação da atividade turística na Região.

O II PTA visou aprofundar as linhas prioritárias de trabalho e ações definidas no Programa de Turismo do Plano de Desenvolvimento da Amazônia.

O documento apresenta as seguintes diretrizes gerais: promover o desenvolvimento turístico de forma ecologicamente sustentada; revitalizar as ações estruturais das instituições públicas e privadas componentes do *trade* turístico regional; minimizar o aproveitamento dos recursos naturais e culturais na produção do turismo receptivo; integrar os roteiros turísticos regionais; revigorar a imagem da Amazônia com destino das correntes turísticas. Quatro eram os programas prioritários para consolidação da Amazônia como produto turístico a saber: a) Programa de Educação Turística; b) Programa de Estudos, Pesquisas e Planejamento; c) Programa de Marketing e Promoção; d) Programa de Infra-Estrutura e Equipamentos Turísticos.

Uma questão que chama bastante atenção é o fato desse documento enfatizar, claramente, somente o aspecto mercadológico do turismo, não destacando a possibilidade de ocorrerem impactos sócio-ambientais com a implementação da atividade, apesar da seguinte afirmação:

O turismo passa a ter um papel estratégico na implantação do modelo de desenvolvimento que pretende alterar a modalidade regional, representando uma alternativa que possibilite a compatibilização do crescimento econômico com a conservação ambiental, sob a ótica do desenvolvimento sustentado (SUDAM / PNUD, 1992, p. 14).

Na Amazônia, dois Planos de Desenvolvimento foram elaborados, os PDA's - 1992/95 e 1994/97, ambos elaborados pela SUDAM, sendo este último uma réplica completa do antecedente na questão da reformulação das instituições. Como há uma similaridade parcial entre os planos, para não dizer total, vamos nos prender à análise do PDA 1994/97.

O Plano está centrado em quatro políticas: ambiental, social-antropológica, espacial e institucional, respaldadas sob o binômio Ciência e Tecnologia. Existem sete linhas

prioritárias no Plano, em que o turismo, e principalmente o ecoturismo ou turismo ecológico, encontra-se em lugar de destaque.

Sobre o ecoturismo, os objetivos que se pretendiam atingir eram: expandir e desenvolver a atividade turística na região, explorando sua vocação para a geração de emprego e renda; aumentar a corrente de fluxos turísticos, para a Amazônia; e elevar a oferta na qualidade dos produtos, roteiros, equipamentos e serviços turísticos.

O PDA apresenta as seguintes diretrizes gerais: promover o crescimento econômico regional; assegurar a conservação do meio-ambiente; estimular o desenvolvimento científico e tecnológico; induzir o desenvolvimento social; garantir a diversidade sociocultural; consolidar e fortalecer a democracia; estimular a reorganização do espaço regional; reorientar a integração nacional e Panamazônica; e implantar, reestruturar e modernizar as instituições de atuação regional.

Esse apelo de se direcionar grande parte das ações do Plano ao caráter ecológico deve-se à influência mundial, sensibilizada principalmente a partir da segunda metade do século XX, quando o mundo passou a testemunhar uma grande e rápida deteriorização ambiental. O cuidado com o meio natural tomou maior proporção a partir da Conferência de Estocolmo, em 1972, ampliando sua discussão depois da Rio 92. Um dos grandes entraves encontrados nessa discussão foi justamente como encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar o meio natural e permitir a geração de fluxos econômicos com a utilização desse recurso. Outro ponto que merece destaque é como garantir o convívio das populações tradicionais nessas áreas, visto que grande parte de Projetos, concebidos na escala regional amazônica, tinha o caráter de exclusão social na efetivação prática de suas ações.

Com base nos fatos mencionados, a SUDAM transpôs para a realidade local “um modelo de ecodesenvolvimento, com alta tecnologia e elevada qualidade de vida” Sudam, (1993, p. 15). Afirmar ainda que o “novo modelo deve compatibilizar o crescimento econômico com a base ecológica e sócio-cultural regional, recorrendo aos mais importantes avanços da tecnologia” (Op. cit, 1993, p. 18).

O programa de turismo que compõe o PDA firma-se em quatro sub-programas:

- Turismo Ecológico ou Ecoturismo;
- Turismo Tradicional;
- Ampliação e a Valorização do Patrimônio Turístico (cultural e natural) e;
- Marketing Turístico.

Uma característica que perpassa todo o Plano é a idéia de que o turismo, e mais particularmente o ecoturismo, sejam a panacéia para os males sócio-econômico-ambientais, amazônicos, idéia essa presente em todos os demais documentos da SUDAM, voltados para a questão, ou que sobre ela se manifestam.

2.4. Política Nacional de Turismo e a Amazônia

A respeito da Política Nacional de Turismo, tem-se como um importante acontecimento a criação, no ano de 1966, através do Decreto-Lei n. ° 55 de 18/11, do Conselho Nacional de Turismo (CNTur), cuja função era formular as diretrizes a serem obedecidas na política nacional de turismo, e da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). A esta foi designada a função de estudar e propor ao CNTur os atos normativos necessários à promoção da política nacional de turismo e, aqueles que digam respeito ao seu funcionamento.

Uma política de turismo é um conjunto de intenções, diretrizes e estratégias estabelecidas e/ou ações deliberadas, no âmbito do poder público, em virtude do objetivo geral de alcançar e/ou dar continuidade ao pleno desenvolvimento da atividade turística num dado território. (CRUZ, 2001, p. 40).

De acordo com o artigo 1º do referido Decreto-Lei, a política nacional de turismo é a atividade decorrente de todas as iniciativas ligadas à indústria do turismo, sejam originárias do setor privado ou público, isoladas ou combinadas entre si, desde que reconhecida seu interesse para o desenvolvimento econômico do País.

É importante ressaltar que a história das políticas nacionais de turismo não iniciaram a partir da criação da Embratur. Ao longo das três décadas que antecederam sua criação, foi promulgada uma série de Decretos-Lei, relacionados à atividade. Mas foi a partir da criação da Embratur que se instituiu o PNT, criando-se ainda os organismos oficiais para levar a cabo sua efetivação (Op. cit, 2001).

Sobre as linhas de financiamento para o desenvolvimento da atividade turística, a trajetória configura-se, no início da década de 1970, com a criação do Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR, além dos Fundos de Investimentos do Nordeste - FINOR, o da Amazônia - FINAM e o Setorial - Fiset. Apesar da crise econômica por que passava o Brasil, havendo uma redução de 50% para investimentos turísticos, foi nessa década que foram implantados os “megaprojetos” turísticos do Nordeste, já dando os primeiros caminhos para o que viria a ser o Programa de Desenvolvimento Turístico do Nordeste - Prodetur.

Outro fator importante na projeção das políticas regionais do turismo acontece em 1991, quando da reestruturação da Embratur, que se faz acompanhar da implementação de objetivos e diretrizes para a formulação do que viria a ser a política nacional de turismo no período de 1996/1999. O que se percebe é que, desde a criação da Embratur até início da década de 1990, a política nacional de turismo restringiu-se “à política de incentivos fiscais

para ampliação e melhoria de infra-estrutura hoteleira”. Nesse período, a maior relevância no que se refere à política nacional de turismo sobre o (re) ordenamento de territórios para o uso turístico no País evidencia-se apenas através do Plano de Prioridade de Localização de Hotéis de Turismo, de 1968, que estabelece como prioritárias as seguintes áreas: Capital Federal e as capitais dos Estados e Territórios; estâncias hidrominerais, estações climáticas e balneárias, e cidades históricas; adjacências dos aeroportos internacionais e eixos viários de interesse turístico; parques nacionais e áreas onde haja ocorrências naturais com caráter de excepcionalidade e interesse turístico.

Após a reformulação da Embratur, em 1991, houve uma modificação das políticas, evoluindo de um aspecto desenvolvimentista para uma conotação voltada para a preservação do patrimônio natural e cultural. Assim pode-se observar no artigo 2º do Decreto 448, de 14 de fevereiro de 1992, que traça as diretrizes dessa política: a) a prática do Turismo como forma de promover a valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do País; b) a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico.

A valorização nacional do turismo reflete não somente a descoberta da relevância da atividade produtiva, mas também um (re)ordenamento espacial do turismo em escala global, em plena expansão territorial.

A Política Nacional do Turismo implantada pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, para vigorar no período de 1996-99, apresenta os seguintes objetivos: a) a ordenação das ações do Setor Público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social; b) a definição de parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos Governos Estaduais e Municipais; c) a orientação referencial para o setor privado.

As ações da nova PNT são orientadas por quatro macroestratégias. A primeira delas diz respeito ao ordenamento, desenvolvimento e promoção da atividade pela articulação entre o Governo e a iniciativa privada. A segunda macroestratégia da PNT é a qualificação do profissional dos recursos humanos envolvidos no setor. É visível a desqualificação do profissional em turismo. Nas agências de viagens, por exemplo, os funcionários são, na maioria, de outras áreas. E no Congresso Nacional continua indeferida a regulamentação do profissional em turismo.

Outra macroestratégia da PNT é a descentralização da gestão turística, por intermédio do fortalecimento dos órgãos delegados estaduais, municipalização do turismo⁹ e terceirização de atividades para o setor privado, compondo mais esta vertente para o conjunto de macroestratégias da PNT. Nesse documento observou-se a priorização de programas e de projetos voltados para a implantação de infra-estrutura básica e turística, bem como a qualificação de produtos e serviços turísticos voltados ao bom atendimento dos visitantes. Os principais programas são: Imagem do Brasil; Projeto “Visit Brazil”; “Brazil Expert”; Participação em Feiras Internacionais; Captação de Eventos Internacionais; Internet / Sistema de Informações Turísticas; Inserção Competitiva do Brasil em Fóruns Internacionais; Ampliação e Aperfeiçoamento do Programa de Estatísticas Básicas do Turismo; Defesa do Consumidor; Qualificação Profissional para o Turismo; Conscientização e Iniciação Escolar para o Turismo; Formação e Capacitação Profissional para o Ecoturismo; Programa de Ação para o Desenvolvimento Integrado do Turismo; Programa Nacional de Ecoturismo; Pesca Esportiva; Calendário Nacional dos Dias Azuis - Baixa Estação; Albergues da Juventude; Clube da Maior Idade; Bolsa de Negócios; Programa Nacional de Financiamento do Turismo; Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT; Fortalecimento dos Órgãos Delegados da Embratur e Desenvolvimento da Malha Aérea.

Dos vinte e três programas acima citados, um terço é direcionado à divulgação da imagem do Brasil, refletindo a grande preocupação do Governo Federal na captação do turista

⁹ O Programa Nacional de Municipalização do Turismo - PNMT foi extinto, ou melhor, reformulado. Hoje o principal programa turístico em nível federal é o Programa de Regionalização do Turismo – PRT.

internacional. O documento retrata ainda a imagem natural como um grande produto a ser comercializado. Será que o respeito é praticado ao nativo amazônida, caiçara, serrano quando se fala na implantação da atividade turística como um instrumento de melhoria na qualidade de vida desses povos ? Nota-se, em linhas gerais, que o turismo é encarado como um produto que se compra no supermercado, sobre uma prateleira.

Apesar de todas essas tentativas de planejamento, estamos convencidos de que esse processo, apesar de completar mais de 70 anos, vindo desde o Governo de Vargas, tem uma forma ainda incipiente, como nos mostra Barreto: “A política nacional de turismo no Brasil insere-se tardiamente na história do planejamento no país, e ainda não tem contornos muito delineados” (Barreto, 1991 p. 94).

Após a implantação das políticas públicas contempladas a partir dos Planos de Desenvolvimento da Amazônia no Estado do Pará, sobretudo as que influenciaram diretamente o município de Belém, área pesquisada nesta dissertação, o Estado passou também a ser planejado de acordo com documentos elaborados pela SUDAM. A iniciativa de se concentrarem todos os esforços na exploração dos recursos naturais da Região, na proteção e na segurança do território, como forma de “domar” a floresta, e na promoção do progresso acabou propiciando uma ampla discussão em toda a Amazônia, e em particular no Estado do Pará.

A necessidade do Estado Nacional em fomentar novas oportunidades de negócios na economia brasileira, durante as décadas de 60 e 70, faz com que o turismo apareça como uma panacéia, não somente para empregar uma parcela da população nacional urbana, mas também para direcionar uma oportunidade de novos negócios para as comunidades rurais

(no caso, no interior da Amazônia) para que estes atores possam resguardar a biodiversidade da Floresta Amazônica.

Nesse aspecto é que o turismo ecológico surge como uma das atividades que poderá contribuir, de maneira significativa, para o processo de desenvolvimento sustentável da Amazônia. Além da conservação do meio ambiente, o desenvolvimento do turismo ecológico propiciará elevação dos empregos e, conseqüentemente, da renda, através dos efeitos técnicos (serviços e outras atividades de apoio ao setor) que, necessariamente, serão gerados. Deverá se considerar, também, a entrada adicional de divisas que esse novo fluxo turístico gerará e ressaltar, ainda, a contribuição que o turismo ecológico poderá proporcionar à conservação do meio ambiente regional. (Sudam/Pnud, 1992, p.12).

Nos documentos elaborados pela SUDAM, ora encontramos a denominação turismo ecológico, ora ecoturismo.

Definições sobre as políticas de ecoturismo na Amazônia Legal ficaram mais visíveis, ou tiveram maior destaque, nas “Estratégias para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal”, documento elaborado em 1997, em parceria com a Organização dos Estados Americanos – OEA e com o MMA. Tinha como objetivo desenvolver e dinamizar os pólos de ecoturismo selecionados, no âmbito dos Estados da Amazônia Legal, bem como subsidiar a elaboração da política de ecoturismo de cada Unidade Federada.

O documento procurou desenhar um roteiro ecoturístico para a Amazônia, nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará. Aqui não cabe um aprofundamento maior acerca dos Estados vizinhos. Deter-nos-emos no Estado do Pará para analisarmos o processo de construção. As linhas de ação eram: a) implementação da infra-estrutura turística básica; b) qualificação de mão-de-obra para o ecoturismo; c) articulação das instituições públicas e privadas envolvidas com o ecoturismo; d) implantação de equipamentos e serviços privados qualificados e adequados ao mercado ecoturístico; e) conhecimento do mercado ecoturístico; f) implantação do sistema de marketing; g) conhecimento, por parte do Governo e da comunidade, das vantagens econômicas, sociais e ambientais do ecoturismo; h) definição de uma estratégia de comercialização do produto ecoturístico; i) definição de políticas estaduais de ecoturismo.

Segundo a SUDAM, para efetivação dessas linhas de ação, é necessário o envolvimento e a participação do Governo Federal, representado pelos ministérios setoriais das esferas

federal, estadual e municipal, e do setor privado, atuantes no setor de turismo da Região, de organismos nacionais e internacionais de financiamento, das organizações governamentais e da comunidade amazônica. Já as fontes de financiamento deveriam contar com o FINAM - Fundo de investimentos da Amazônia, com o FNO - Fundo Constitucional de Financiamento do Norte. No que diz respeito às linhas de financiamento específicos do turismo, o FNO possui o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo - PRODETUR e o Programa de Apoio ao Turismo Convencional - PROGETUR.

O PROECOTUR¹⁰, que é foco desta pesquisa, aparece ainda com uma promessa de mais um Programa que será implantado na Região, com parcerias financeiras de recursos dos organismos internacionais, a exemplo de bancos de desenvolvimento, como o BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento. Para implementar as ações delineadas no Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal - PROECOTUR, o BIB alocará recursos da Organização dos Estados Americanos - OEA, através de acordos de Cooperação Internacional; da Organização das Nações Unidas - ONU, por meio do PNUD; de bancos nacionais de financiamento onde se destaca o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; e, por fim, do setor privado.

Mais uma vez percebe-se a singularidade entre os documentos acima expostos, principalmente quanto ao desenvolvimento da atividade turística. O que parece uma novidade, acaba sendo uma réplica no que se refere aos objetivos, programas propostos, parceiros, ocasionando frustrações junto aos atores envolvidos, principalmente da comunidade local, visto a quantidade de documentos gerados para esse fim, com resultados ainda duvidosos em quase sua totalidade.

¹⁰ No capítulo 5 deste trabalho intitulado “A participação popular e o programa de desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia Legal”, será discutido a construção e o gerenciamento deste programa com maior riqueza de detalhes.

A atividade ecoturística, tomou grande visibilidade em diversos programas e projetos conduzidos pelo Estado, conforme se verá a seguir.

2.5. ECOTURISMO: um segmento indissociável da cultura

Quando nos remetemos ao termo ecoturismo, primeiramente fazemos alusão a uma prática, sobretudo, de caráter ambiental. O uso desenfreado do prefixo “eco” caiu como uma luva para expectadores de plantão. Ora, mas o que é ecoturismo ? Em que contexto surgiu ? Hoje, tanto na academia quanto no domínio público, há algumas contradições sobre a definição da terminologia dessa atividade.

Beni (2002) estabelece uma diferenciação entre turismo ecológico e ecoturismo. Ambos remetem ao deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivadas pelo desejo de fruição da natureza e contemplação da fauna e da flora e de todos os aspectos cênicos que compõem a paisagem. A diferença apontada pelo autor é que no ecoturismo sempre há uma utilização controlada dos recursos naturais e culturais, tendo como instrumentos o estudo de capacidade de carga, o plano de manejo, entre outros. Já no turismo ecológico há uma grande flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e de limites à utilização do espaço visitado.

Discussões à parte, vale ressaltar que a intenção de diferenciar ecoturismo e turismo ecológico vem provocando uma série de desentendimentos entre pesquisadores. Todo esforço gerado em procurar defini-los acaba sendo desnecessário, pois ambos partem do mesmo princípio. Prova disso é o grande número de terminologias que surgiram durante as décadas de 1970 e 1980, do século passado: turismo sustentável (Ruschmann, 2001); turismo suave (Krippendorf, 2001); turismo responsável (OMT, 1989); turismo ambiental (Hillel, 1994). São alguns dos exemplos de novas tipologias do segmento que expressam uma nova preocupação com a questão ambiental, social e cultural que era negligenciada em relação ao foco meramente econômico.

Ceballos-Lascuráin, responsável pela criação do termo ecoturismo, explica “que o termo constituiu-se numa forma telegráfica de expressar conjuntamente a idéia de turismo

associada com a de ecologia” (PIRES, 2002, p. 76). Percebe-se, então, que o termo ecoturismo foi disseminado pelo meio acadêmico e mercadológico como forma simples e direta de associar uma atividade econômica (turismo) com a preocupação de conservar os recursos naturais. Segundo o Ministério do Meio Ambiente do Brasil – MMA, o ecoturismo é:

Um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações (MICT/MMA, 1994, p.20).

Apesar de o conceito do MMA ter sido adotado como referência para esta pesquisa ficaram algumas dúvidas sobre o que implica dizer “utilizar de forma responsável”, ou mesmo “promover o bem estar social”, termos esses, não esclarecidos no documento “Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo”, publicado em 1994.

A trajetória da atividade turística como instrumento gerador de renda, coincidentemente ou não, iniciou-se no período em que a Inglaterra tornava-se referência mundial com o advento da Revolução Industrial. Curiosamente, faz-se necessário interligar alguns acontecimentos intimamente relacionados entre as “Revoluções”, acompanhadas pela humanidade ao longo dos séculos, e a atividade turística. Para tanto, o quadro abaixo apresenta uma síntese dessa relação:

Quadro 01: Relação entre fatos históricos mundiais e o desenvolvimento da atividade turística

FATOS HISTÓRICOS	DESENVOLVIMENTO DA ATIVIDADE TURÍSTICA
Revoluções Industriais (1ª e 2ª) - Meados do século XVIII até o final do século XIX	1ª excursão organizada por Thomas Cook, em 1841 para participação em Congresso no Reino Unido. Avanço nos meios de comunicação e de transportes. Nesse momento o turismo gera poucos impactos sobre o meio, dadas as limitações das instalações construídas.
Revolução técnico-científica (início do século XX)	Modificação e degradação rápida - corresponde ao turismo de massa e ocorre a partir dos anos 1950, com apogeu entre 1970 e 1980. A demanda aumenta, há a saturação de locais turísticos, a urbanização de áreas rurais e litorâneas.

Revolução Ambiental ¹¹ (início da década de 1990)	Fase na qual o turismo passa a considerar os problemas do meio ambiente. Considera-se para esta pesquisa meados de 1980, com a ocorrência maior do chamado Ecoturismo ou Turismo Ecológico. Trata-se de uma renovação do turismo e revalorização do meio ambiente.
--	--

Fonte: Nóbrega, W.R.M. 2005.

Percebe-se uma grande relação entre os fatos históricos e o processo de desenvolvimento da atividade turística, o momento em que a atividade é tratada como um produto até a fase de reflexão sobre os efeitos causados, principalmente, sobre os aspectos naturais.

Pode-se afirmar, então, que o ecoturismo surgiu como uma possível ferramenta de conservação¹², contrapondo-se ao turismo de massa, incentivado de forma direta e/ou indireta pelos movimentos de esquerda, *hippes* e ambientalistas, durante as décadas de 1960 e 1970, tendo maior repercussão a partir da Conferência de Estocolmo, no ano de 1972, e, posteriormente na Rio 92.

Um dos grandes entraves encontrados no desenvolvimento da atividade ecoturística foi justamente como encontrar o ponto de equilíbrio entre conservar o meio natural e contemplar as populações tradicionais que vivem em áreas propícias para o desenvolvimento da atividade, beneficiando-as no aspecto socioeconômico, fatores esses que remetem ao conceito de desenvolvimento sustentável, a que o ecoturismo está intimamente ligado.

¹¹ O autor Samuel Benchimol considera uma nova relação na sociedade, iniciada na década de 1990, como “Revolução Ambiental”. Para ele, nesse período, grandes mudanças e transformações ocorreram na relação homem-natureza e sociedade, sendo necessária uma maior interação sócio-cultural. Para maiores detalhes ver: “Eco-92: Borealismo ecológico e tropical ambiental”, 1992.

¹² Deve-se considerar a definição de conservação como o ato de manter, guardar para que haja uma permanência no tempo. Desde que guardar é diferente de resguardar, preservar o patrimônio implica mantê-lo estático e intocado, ao passo que conservar implica integrá-lo no dinamismo do processo cultural. Para maiores detalhes ver Barreto (2003) em sua obra *Turismo e Legado Cultural*.

Para a World Commission on Environment and Development, o desenvolvimento sustentável:

Is not a fixed state of harmony, but rather a process of change in which exploitation of resources, the direction of investments, the orientation of technological development, and institutional change are made consistent with future as well as present needs. We do not pretend that the process is easy or straightforward (WCED, 1987, p. 9).

Em suma, o desenvolvimento sustentável prevê contemplar as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades. Para que haja um desenvolvimento sustentável, é preciso que todos tenham as suas necessidades básicas atendidas e lhes sejam proporcionadas oportunidades de concretizar suas aspirações por uma vida melhor. Além disso, as variáveis inerentes à concretização do desenvolvimento sustentável devem estar em consonância para o alcance integral desse desenvolvimento. De acordo com Redclift (2000):

Sustainable development requires a broader view of both economics and ecology than most practitioners in either discipline are prepared to admit, together with a political commitment to ensure that development is sustainable (REDCLIFT, 2000, p. 33).

Nessa perspectiva de gerar melhoria de qualidade de vida às populações tradicionais, que enxergam no ecoturismo a possibilidade de alcançar essa melhoria, surge uma grande dificuldade em detectar “negócios bem sucedidos”, principalmente aqueles que envolvem os principais preceitos para o desenvolvimento da atividade em nível nacional:

- localização das áreas “geralmente” distantes do meio urbano;
- desenvolvimento de atividades como - observar, fotografar, visitar, proteger, conservar, conscientizar e sensibilizar;

- desenvolvimento de atividades educacionais acerca de questões ambientais e histórico-culturais;
- número de visitantes, na medida do possível, limitado quantitativamente à capacidade de suporte da área em questão, definindo, assim, o estudo de capacidade de carga dos locais com apelo turístico.
- revitalização das economias locais – visualizar o ecoturismo como renda “complementar” nas localidades onde são praticados; e
- integração e envolvimento da comunidade local, tanto no processo de construção, quanto no gerenciamento de equipamentos e serviços ecoturísticos.

Tais características são primordiais para o sucesso na implantação da atividade ecoturística, porém difíceis de serem colocadas em prática, principalmente devido à ausência de planejamento nas esferas governamentais, quando se cogita integrar o desenvolvimento econômico à exploração dos recursos naturais e culturais.

É importante entender que o interesse de uma parcela de turistas por viagens de cunho ambiental cada vez mais sustenta uma prerrogativa: como populações residentes em locais distantes do centro urbano, com grande diversidade natural, conseguem relacionar-se harmonicamente com o meio ?

Subestima-se muito o conhecimento produzido por esses povos. Sobre este aspecto, Geertz (2003, p. 91) apresenta suas experiências como antropólogo, nas décadas entre 1950 e 1970, em localidades de Java, Bali e Marrocos. Na primeira localidade, identificou que, apesar das condições precárias de saúde, instabilidade política, o que gerara uma série de conflitos sociais, os camponeses discutiam questões relacionadas com o livre-arbítrio, comerciantes analfabetos falavam sobre as qualidades de Deus, lavradores comuns tinham teorias sobre a razão e a paixão. Vale ressaltar que eles buscavam respostas para o

problema do eu, sua natureza, seu *modus operandi*, que se encontra geralmente em locais taxados como sofisticados.

Hoje se evidencia a procura dos saberes locais como componente de uma motivação de um determinado grupo de turistas, modos de vida que servem como parâmetros para o desenvolvimento sustentável, intervindo na crise ecológica que vivenciamos. Conhecer práticas e representações de diferentes grupos podem garantir um controle sobre o meio. Edna Castro (1997), em pesquisas realizadas com os povos quilombolas do Rio Trombetas, no Estado do Pará, observou uma integração entre a vida econômica e a social do grupo, em que a produção faz parte da cadeia de sociabilidade e a ela é indissocialmente ligada, facilitando encontros interfamiliares, realização de festas, perpetuação de rituais e outras modalidades de trocas não econômicas.

Percebe-se, então, uma relação diferente desses povos quando comparados a indivíduos que vivem em áreas urbanas. A busca do envolvimento com o meio e, conseqüentemente, com as populações tradicionais, faz-nos refletir sobre o consumismo de bens renováveis e não renováveis, bem como a respeito de suas manifestações culturais regidas, por exemplo, pelos regimes dos rios, ou seja, pelo fluxo de marés, pela reprodução de espécies e pelo ritmo da natureza. A denominação desses povos, na Região Amazônica, é “ribeirinho”. Para Darci Ribeiro (1995), o ribeirinho compõe a cultura cabocla no território brasileiro.

De acordo com Castro (1997), a denominação ribeirinhos¹³ é decorrente de uma grande relação com a mata, com rios, igarapés e lagos, o que defini lugares e tempos de suas vidas na relação com as concepções que construíram sobre a natureza.

¹³ Quando as chuvas enchem os rios e riachos, esses inundam lagos e pântanos, marcando o período das cheias que, por sua vez, regula a vida dos caboclos. Esse ciclo sazonal rege as atividades de extrativismo vegetal,

Diegues (2001) os define como povos que vivem da pesca, nas várzeas e beiras de rio. Caracterizam-se, sobretudo, por suas atividades extrativistas, de origem aquática ou florestal terrestre.

O interesse de agências de turismo em agregar em seus produtos (pacotes/roteiros) elementos que fazem parte do cotidiano do caboclo amazônico¹⁴ perpassa por essas características descritas anteriormente. A cultura local é de grande valia para grupos externos ao universo diferenciado do ribeirinho. A discussão sobre a cultura, hoje, também é uma preocupação de planejadores, não somente no universo turístico em escala mais macro, mas também em determinados segmentos desta atividade, como o ecoturismo. Para tanto, será trabalhado o conceito de Jean-Pierre Warnier (2000):

A cultura é uma totalidade complexa constituída por normas, por hábitos, por repertórios de ação e de representação, adquiridos pelo homem enquanto membro de uma sociedade. Toda a cultura é singular, geograficamente ou socialmente localizada, objeto de expressão discursiva numa língua determinada, fator de identificação pelos grupos e pelos indivíduos e de diferenciação em relação aos outros e em relação aos seus lugares vizinhos. Toda cultura é transmitida pelas tradições reformuladas em função do contexto histórico (Warnier, 2000, p. 16).

Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura – UNESCO (2003, p. 13), cultura é: “[conjunto de características individuais e materiais, intelectuais e emocionais que definem um grupo social]...[engloba modos de vida, os direitos fundamentais da pessoa, sistemas de valores, tradições e crenças]”.

agricultura e pesca dos habitantes da região. Quando começa a cheia, torna-se impossível fazer roça, e mesmo a pesca e a caça ficam mais difíceis. Esses caboclos são extrativistas e agricultores que produzem em regime familiar, vendendo o excedente e, freqüentemente, em períodos de maior demanda por força de trabalho, usam sistema de troca de dias de trabalho entre vizinhos. Como os sítios ocupam as beiras dos rios, os ribeirinhos podem tirar proveito das várzeas, colhendo produtos alimentícios, em particular, a mandioca, mas também frutas e ervas medicinais. Para maiores detalhes, ver DIEGUES em sua obra Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.

¹⁴ Para efeitos desta pesquisa, o termo caboclo amazônico ou ribeirinho serão sinônimos.

Modos de vida, costumes, hábitos dos ribeirinhos hoje constituem elementos de motivação de viagens na modernidade tardia. A adaptação dessas características como produto turístico segue uma tendência que acompanhamos através do processo de mundialização da cultura. Como afirma Warnier (2000), tal processo é uma conseqüência do desenvolvimento industrial. Embora a atividade turística não tenha características industriais, um meio tangível de natureza concreta, uma vez que viagens, “sonhos” são comercializados, muitos teóricos utilizam o termo “indústria do turismo”, ou “indústria sem chaminés”. Tal denominação, superada em inúmeros exemplos brasileiros e mundiais, apresenta verdadeiras atrocidades em determinados locais, nos âmbitos sociais, culturais naturais e econômicos, onde o turismo aparece como mais uma alternativa de geração de renda.

“Não existe nenhuma cultura-tradição que não esteja ligada a uma determinada sociedade, histórica e geograficamente situada, a mesma não pode viver nem transmitir-se independente da sociedade que alimenta” (Op.cit. p. 10, 2000). Há um elemento que caracteriza fortemente a identificação de uma determinada cultura: sua língua. A língua forma sua identidade, ou seja, um conjunto de repertórios de ação, de língua e de cultura que permitem a um indivíduo reconhecer a sua dependência de um certo grupo social e se identificar com ele.

Hall (2001) distingue três concepções de identidade: o sujeito do iluminismo, o sociológico e o pós-moderno. O primeiro baseia-se no indivíduo totalmente centrado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação. O segundo reflete a crescente complexidade do mundo moderno, o sujeito não é autônomo, sendo formado pela relação com outras pessoas importantes para ele, ou seja, uma identidade formada e/ou construída

pela interação entre o eu e a sociedade. Finalmente, o sujeito pós-moderno é um sujeito fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, que compõem as paisagens sociais. Torna-se uma “celebração móvel”, formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam.

Nesse processo de transformações, apesar de o autor afirmar que é um processo natural do ser humano, muitas pesquisas apontam que o turismo é um agente importante na fragmentação de identidades, produzindo uma alteridade em relação aos grupos cuja cultura é diferente. Para Warnier (2000), o contato intercomunitário suscita as reações mais adversas: idealização do outro, atração pelo exótico do “belo selvagem”, mas também o desprezo, a incompreensão, a rejeição que podem desembocar na xenofobia e na humilhação.

Fatos como esses são recorrentes em localidades onde o turismo surge como uma possibilidade de melhoria de qualidade de vida. Até certo ponto, essa possibilidade é questionada, quando trabalhada sobre o discurso do desenvolvimento sustentável, porque ainda não capaz de atender, em sua totalidade os atores envolvidos. Porém, avanços foram observados no que se refere à conservação do meio. O planejamento detalhado e minucioso de localidades, tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada, pode ser uma alternativa de equilíbrio em todas as escalas que envolvem o meio. A re-significação dos espaços, ou seja, conceder outra utilidade para esse ambiente, no caso, o uso para a atividade turística, pode possibilitar outra alternativa econômica, tanto para a comunidade local, quanto para empresários que possuem áreas propícias para o turismo, tornando acessível a diversas gerações grande parte desse patrimônio, através da conservação. Sobre essa perspectiva, Margarita Barreto afirma que:

A preservação acaba sendo uma proposta que leva, muitas vezes, à destruição gradativa do patrimônio por falta de condições financeiras para obras de restauro ou da simples manutenção, e a conservação é o que permite evitar a deterioração dos bens, ou seja, é que permite proteger o bem dos efeitos do tempo. A idéia não é manter o patrimônio para lucrar com ele, mas lucrar com ele para conseguir mantê-lo (BARRETO, 2003, p. 17).

O comentário de Barreto retrata a diferenciação entre preservar e conservar. A necessidade de colocar em prática políticas públicas, em conjunto com interesses da iniciativa privada, é alternativa possível para se utilizar o patrimônio ambiental e cultural por longos anos. Não obstante, fatos como esse, colocados em voga, foram aplicados a partir da pressão da sociedade com um todo, principalmente através dos segmentos organizados, atuando em diversos setores em que o poder público já não se fazia competente, ou não havia interesse para gerenciá-lo.

Nesse contexto, os movimentos ecológicos tiveram papel fundamental para a garantia dos direitos adquiridos, não por ordem judicial, e sim por seu caráter humano e social. Segundo Diegues (1997), essa nova modalidade de movimento ambientalista surgiu da associação entre movimentos sociais que lutam pelo direito de acesso à terra e aos recursos naturais, ampliando o direito dos povos locais, que nela vivem.

A discussão gerada em áreas com fins comerciais, através da atividade turística, é recente no território brasileiro, embora com grande força entre os interessados. A crise financeira e fiscal que assolou a economia brasileira na década de 1980, a chamada “década perdida”, acabou despertando interesse entre os poderes público e privado, com fins de desenvolver a economia brasileira que, naquele momento, passava por expressiva recessão econômica.

A manutenção de áreas de apelo turístico, em alguns dos casos, é feita via ingressos próprios, os quais cobrem, em parte, os custos operacionais. Os patrocínios e apoios recebidos, portanto, ainda são fundamentais para a continuidade de ações de “sobrevivência”

e expansão do Projeto, para realização de práticas de atividades como de educação ambiental, por exemplo. Parcerias são essenciais para a concretização de projetos de ecoturismo, em que, através de um sistema intersetorial, podem-se alcançar os objetivos, com a participação efetiva dos diversos atores envolvidos: o poder público, a iniciativa privada, a comunidade local e ong's, todos eles com um importante papel a desempenhar (Ceballos-Lascuráin, 2001).

A prática da política de parcerias ainda é muito incipiente no Brasil, para não dizer difícil. A grande maioria delas são consolidadas com empresas estrangeiras, que arrecadam fundos financeiros provenientes de uma política específica nacional, ou através de fundos perdidos.

Acerca da proteção de recursos naturais, não se deve entender como única alternativa a comercialização dessas áreas através da atividade turística, embora essa seja uma forma de se manterem os gastos operacionais. É necessário entender também que, para a conservação dos recursos naturais, não se deve apenas trabalhar com áreas protegidas por lei, por exemplo, área de proteção ambiental – APA, floresta nacional – FLONA, unidade de conservação – UC, RPPN's. Outras regiões também comportam áreas com grande diversidade natural e cultural. Não cabe, neste momento, discutir os diversos tipos de áreas protegidas por lei e sim, a legitimidade da utilização destas áreas. Ceballos-Lascuráin a respeito, afirma que:

É importante enfatizar que turismo não deveria ser restrito às áreas protegidas legalmente, uma vez que estas poderiam acabar sofrendo muita pressão. Promover o ecoturismo em áreas naturais que não têm nenhuma proteção oficial pode estimular as comunidades locais a conservarem os recursos e as áreas naturais próximos por iniciativa própria, e não devido a pressões externas (Ceballos-Lascuráin, 2001, p.27).

Para que a prática do ecoturismo possa atingir resultados expressivos, deve ser levado em consideração o planejamento responsável, mas, sem sombra de dúvida, uma das grandes variáveis que os planejadores de empreendimentos turísticos não devem ocultar é a inserção das comunidades locais nesses empreendimentos. Os benefícios potenciais de criação de empreendimentos (eco) turísticos contribuem para a criação de empregos e para a distribuição de receita das pessoas que vivem próximo a essas áreas, além de promover educação ambiental, aumentando o nível de conscientização sobre a importância da conservação dessas áreas. E, para que haja uma harmonia de ações entre a administração desses parques, e a sociedade civil, é necessária a incorporação, como produto turístico, das várias atividades de subsistência dentro de suas fronteiras (BOO, 2001).

Um exemplo prático é o Ecoparque de Una. Localizado no município homônimo, no Estado da Bahia, tornou-se uma referência regional, e mesmo nacional, como um projeto bem sucedido de ecoturismo, ou pelo menos se aproxima. Ainda que não se tenha equacionado a questão do déficit financeiro, conforme exposto pela ONG que gerencia o parque, em seu relatório de atividades de gestão, o Projeto caminha para a auto-sustentabilidade, mantendo critérios rigorosos de visitação com mínimo impacto ambiental e social. O Projeto busca cumprir seu papel social, influenciando a população local, proprietários de terras, empresários e governantes a protegerem a floresta, sendo um fator de contribuição do desenvolvimento socioeconômico, incentivando, também, a criação de novas reservas particulares do patrimônio natural na região.

A seguir será discutida a prática da atividade turística no distrito de Mosqueiro, objeto desta dissertação. Para isso necessário se faz contextualiza-lo no âmbito do município de Belém, demonstrando a influência da *Belle-Époque*, bem como sua nova territorialidade.

3. BELÉM DO PARÁ E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO DISTRITO DE MOSQUEIRO

3.1. Localização e Aspectos Geográficos

Belém é capital do Estado do Pará, região Norte brasileira, fazendo parte do “Domínio Morfoclimático Amazônico” (ALVES, CARVALHO E LASMAR, 1990. p. 139). É uma região com uma hidrografia riquíssima, sendo o Amazonas o mais importante dos rios, com inúmeros afluentes. Domínio constituído por terras baixas, ou seja, planícies que formam *várzeas* ao longo dos rios (conforme a topografia e a localização, são permanente ou periodicamente inundadas pelas cheias dos cursos d’água) e baixos planaltos, denominados *terra firme* (ocupam as terras não atingidas pelas cheias).

A região Amazônica é atravessada pelo paralelo do Equador, com clima equatorial, apresentando altas temperaturas (média acima de 25° C) e elevados índices de precipitação (2.600 a 3.300 mm ao ano), ocasionando uma sensação úmida no corpo (Op. Cit, 1990).

A vegetação local é exuberante, representada principalmente pela Floresta Equatorial, possuindo uma enorme quantidade de espécies de madeira de alto valor econômico. Há inúmeras atividades de extração vegetal como a de castanha-do-pará e a do látex (da seringueira) que origina a borracha.

O município de Belém está dividido em área insular e continental, sendo que as ilhas têm grande representatividade no percentual total do território municipal. A maior delas é Mosqueiro,¹⁵ com 212,5 Km².

Quadro 2. Distribuição territorial do município de Belém.

ÁREA TERRITORIAL	KM²	%
Continental	173,78	34,36
Insular ¹⁶	332,04	65,64
TOTAL	505,82	100

Fonte. MARTINS, Maria. L. (2000).

O quadro abaixo apresenta as ilhas catalogadas pela prefeitura municipal de Belém, até o ano de 2000. Algumas delas não possuem nomes, nem área levantada devido a dificuldade na captação de imagens de satélite, dada sua pequena dimensão territorial.

¹⁵ O processo de ocupação e transformação será detalhado partir das benesses do ciclo da borracha e da implementação da atividade turística na Ilha.

¹⁶ Atualmente a Companhia de Desenvolvimento Metropolitano do Município de Belém - CODEM está desenvolvendo um levantamento da área insular. Durante pesquisa de campo desse órgão, foram identificadas 75 ilhas, porém muitas dessas áreas não foram medidas e, conseqüentemente, não há nomes para elas. O relatório final da pesquisa, segundo técnicos da CODEM, estará disponível ainda no ano de 2006.

Quadro 3 - Ilhas do município de Belém, PA.

N.º	ILHAS	ÁREA (Km²)
	Ilhas do Norte	220,6411
1	Mosqueiro	212,5467
2	Pombas	0,0073
3	Maracujá	0,0188
4	Papagaio	0,8494
5	Maruim I	0,0245
6	Maruim II	0,0327
7	Sem nome	0,0035
8	Sem nome	0,0112
9	Sem nome	...
10	Sem nome	0,0075
11	Canuari	2,5695
12	Sem nome	0,0227
13	Conceição	0,3740
14	Sem nome	0,0053
15	São Pedro	4,1680
	Ilhas ao centro leste	31,7211
16	Caratateua / Outeiro *	31,6512
17	Santa Cruz	0,0699
18	Viçosa	...
	Ilhas ao Extremo Oeste	39,6468
19	Tatuoca	0,0658
20	Cotijuba	15,9529

21	Sem nome / (não existe na ISLANDSAT)	...
22	Coroinha / Nova / Croinha *	0,1087
23	Jutuba	5,0797
24	Urubuoca / Paquetá-Açu *	7,8976
25	Sem nome (reuniu com 6, pela ISLANDSAT)	...
26	Sem nome	0,0787
27	Patos / Nova / Mirim	2,8056
28	Papagaios / Urubuoca / Jararaca *	3,5653
29	Barra / Patos / Jararaquinha *	1,9370
30	Sem nome (reuniu com 11, pela ISLANDSAT)	...
31	Sem nome (reuniu com 14, pela ISLANDSAT)	...
32	Redonda / Jararaca / Longa *	1,0939
33	Fortim / Barra *	1,0572
34	Cruzador / não existe na ISLANDSAT	...
35	Fortinho	0,0044
	Ilhas ao Sul	40,0277
36	Patos	0,1606
37	Sem nome	0,0070
38	Cintra / Maracujá *	6,4767
39	Marineira / Combu*	15,0572
40	Murutura / Murucutu *	8,7983
41	Paulo da Cunha / Grande *	9,2916
42	Poticarvônia / Ilhinha *	0,0885
43	Negra	0,1478
	TOTAL INSULAR	332,0367
	TOTAL CONTINENTAL	173,7864
	TOTAL DO MUNICÍPIO	505,8231

* Ilhas conhecidas por mais de uma denominação.

Fonte: Anuário Estatístico de Belém, 2000. Adaptado por NÓBREGA, W.R.M. 2006.

Como pode ser observado no quadro, há uma grande representatividade da área insular pertencente ao município de Belém. A maioria, no entanto, não possui transporte fluvial regular, dificultando, assim, o contato das populações locais com o centro comercial de Belém. O número de habitantes, em média, não ultrapassa 200 habitantes, com exceção das ilhas de Outeiro (26.225 habitantes), Mosqueiro (27.896 habitantes), Cotijuba (1.866 habitantes) e Combu (825 habitantes) com números mais expressivos de moradores, conforme dados do IBGE (2000) e PMB (1996, 2000, 2001).

O processo de formação das ilhas do município de Belém, sem dúvida, nos remete à idéia de que foram necessários milhões de anos para atingir o estágio atual, que, por sua vez, também não é estático. De acordo com França & Souza Filho (2003), as mudanças morfológicas costeiras consistem em um conjunto de transformações desencadeadas por processos naturais, que atuam em várias escalas temporais e espaciais. As áreas estão em formação dinâmica constante, aumentando umas e reduzindo outras, em conseqüência do fluxo regular das marés, que transportam, diversos sedimentos que ocasionam a formação de pequenos ilhéus. “Tais transformações podem se classificar em mudanças de longo, de médio

e de curto período. As primeiras são entendidas como mudanças progressivas, envolvendo períodos de dezenas a milhares de anos” (Op. cit, 2003, p. 127).

3.2. PROCESSO DE OCUPAÇÃO DA ÁREA DO MUNICÍPIO DE BELÉM – dos primórdios aos dias atuais

Para melhor se compreender o processo de produção do espaço no distrito de Mosqueiro, é importante evidenciar a trajetória da ocupação, pelos portugueses, no século XVI, da área onde hoje é Belém do Pará, região Norte do Brasil. Eles iniciaram a apropriação do espaço brasileiro a partir do litoral, onde primeiro aportaram, ocupando mais tarde áreas do interior do continente (pertencentes à Espanha pelo Tratado de Tordesilhas), habitadas pelos povos indígenas.

A incorporação, ao Brasil Colônia, das terras a oeste da linha demarcatória de Tordesilhas só aconteceu depois de um lento trabalho de avanço, rompendo os limites, quando Portugal enviou expedições militares que fundaram feitorias e aldeias, inclusive a que deu origem a Belém. A sua fundação se deu em 1616, após batalha com os franceses no Estado do Maranhão. Francisco Caldeira Castelo Branco foi nomeado Capitão-Mor da conquista, com o título de “descobridor e primeiro conquistador do Amazonas” (CRUZ, 1973, p. 13). Com a finalidade de alojar os tripulantes e companheiros de jornada de ocupação, e se defender dos piratas estrangeiros, foi construído um Forte Militar, denominado “Presépio”¹⁷.

O patrimônio municipal teve início com a carta de doação de sesmaria de uma légua de terras concedida à Câmara de Belém, no dia 1 de setembro de 1627, por Francisco Coelho de Carvalho. Naquela época, a área urbana estava dividida em dois bairros: o da Cidade (hoje conhecido como Cidade Velha) e o da Campina. Eram bastante planos, com ruas muito estreitas e irregulares, sem calçamento.

Com as chuvas do inverno, transformavam-se todas em um pantanal. Os alicerces das casas eram resguardados da chuva por uma sapata de pedra e cal revestida de tijolos. A cobertura das habitações, na sua maioria, era feita com palhas de “Bassú ou de Obim, a primeira chegando a durar 10 anos, a segunda dura em média 5 anos, precisa ter sido sobreposta às 05 e 06 folhas juntas” (Op. Cit.1973, p. 101).

¹⁷ Referência à saída da tripulação, no dia 25 de dezembro de 1615, da cidade de São Luís, chegando à cidade de Belém, após 22 dias. (Ibde. 1973)

A ocupação do território local foi difícil devido aos inúmeros rios e igarapés, que tornam a área alagada. O povoamento da área foi marcado pela busca de metais preciosos (ouro e prata) e o aproveitamento das “Drogas do Sertão”, tais como: pimenta, cravo, canela, raízes, frutas que tinham grande valor. Inicialmente, os portugueses pouco se dedicaram à lavoura, mas, gradativamente, foi se desenvolvendo o cultivo de cacau, baunilha, cravo, cana de açúcar, algodão e tabaco, com a finalidade de suprir a demanda portuguesa na Europa.

Em meados do século XVII, chegaram a Belém cinquenta famílias de Açores (234 pessoas), com a finalidade de trabalhar como agricultores. As ações de ocupação do território se materializavam não só pela disposição dos imigrantes em permanecerem na terra, mas também pela escravidão de alguns povos indígenas. Na segunda metade do século XVII, começa a penetração do vale amazônico pelos missionários religiosos portugueses, voltados para a missão catequizadora dos nativos. Mais tarde, os povos negros provenientes do continente africano substituiriam os índios. Através do incentivo à cultura de produtos agrícolas, Portugal consolidava seu controle sobre a colônia de Belém. Várias igrejas começam a ser edificadas como forma de fortalecer o domínio sobre os nativos e imigrantes (Op. Cit. 1973).

No final do século XVIII, o Governador e Capitão General do Estado do Grão Pará e Rio Negro, Dom Francisco de Sousa Coutinho, tomou algumas iniciativas que impulsionariam o desenvolvimento da colônia. Foram instituídos: “o serviço oficial do Correio; a fundação do Jardim Botânico; o estabelecimento de escolas de ensino primário e de humanidades; a abertura de novas praças, ruas, travessas e poços de serventia pública” (Op. Cit. 1973, p. 46).

Significativas mudanças foram acontecendo, não só em termos de aspectos físicos, mas também culturais, desenrolando-se uma série de conflitos entre os europeus e os indígenas locais. Gradativamente, houve uma forte miscigenação que aparece de diversas formas, seja na gastronomia, seja na arquitetura, seja nos hábitos da população residente na cidade atualmente. No século XIX, Belém contabilizava 10.620 habitantes, alojados em 1.083 casas. Naquele momento, o ciclo colonial perdia força, ocorrendo mudanças nos costumes e a inclusão de tendências políticas. Uma reação nativista contra o império estava sendo gestada, o movimento da “Cabanagem”, firmando uma reestruturação na vida de Belém (CRUZ, 1973).

O movimento revolucionário surgiu das contradições entre os interesses das camadas populares e a classe dominante portuguesa, principalmente devido à política centralizadora de Portugal, concorrendo não somente para enfraquecimento da economia, como também para transformações na urbe de Belém (SARGES, 2000).

A Cabanagem foi um movimento eminentemente popular da plebe contra as classes dominantes da época, diferentemente dos demais ocorridos no Brasil (caracterizados pela luta da burguesia contra a aristocracia e vice-versa). Entretanto, após a morte do líder, Batista Campos o movimento perdeu a força e não obteve êxito (DI PAOLO, 1994).

O Brasil, durante todo período em que foi colônia de Portugal, não tinha autonomia no que diz respeito à produção de bens necessários ao dia-a-dia dos seus habitantes (que vinham da Europa). A produção na colônia portuguesa restringia-se aos extrativismos mineral, vegetal e animal de espécies nativas e cultivo de certos produtos agrícolas que eram remetidos para a Metrópole, fortalecendo as relações de dependências política e econômica.

A região de Belém do Pará experimentou seu apogeu de urbanização durante a fase áurea do Ciclo da Borracha, no século XIX. Durante esse período, houve uma renovação estética da cidade com a limpeza urbana, a pavimentação das ruas e a construção de praças e de jardins. Belém entrou no século XX com uma das melhores infra-estruturas urbanas do país.

3.2.1. BELLE-ÉPOQUE EM BELÉM E SUAS INFERÊNCIAS NO DISTRITO DE MOSQUEIRO

Belém assumiu posição de destaque dentro do País com o advento do beneficiamento da borracha, favorecido por meio da descoberta do processo de vulcanização pelo americano Charles Goodyear, na década de 1840. Assim, aconteceram muitas mudanças locais e Belém foi rapidamente dotada de infra-estrutura para as necessidades da urbe emergente. Sobre esse período, SARGES (2000) afirma que:

[...Essa vitalidade urbana manifestada através do vestuário, da construção de prédios luxuosos, cafés, luz elétrica, bondes, ferrovias, na criação de uma

nova estética, representou, na verdade, uma reelaboração da expressão do poder de uma nova classe – a burguesa – além da necessidade imposta pela internacionalização da economia capitalista, na medida em que era preciso criar condições concretas para ampliação e reprodução do capital...][... Em decorrência dessa nova ordem econômica, Belém assumiu o papel de principal porto de escoamento da produção gomífera, canalizando parte do excedente que se originou dessa economia para os cofres públicos os quais direcionaram o investimento para a área do urbano, com o calçamento de ruas com os paralelepípedos de granito importados da Europa, construção de prédios públicos, casarões em azulejos, monumentos, praças etc..] (SARGES, 2000 p. 15-16).

Reforçando o processo de inserção da Amazônia no sistema capitalista mundial, a atividade econômica da região passou a girar principalmente em torno da borracha, havendo a valorização do espaço regional, que combina seus recursos naturais com a localização geográfica favorável do porto de Belém para o escoamento de produtos para a Europa.

Até as primeiras décadas do século XIX, com considerável intensificação do fluxo de imigrantes nordestinos ao Estado do Pará, a economia regional pautou-se na exploração das “Drogas do Sertão”, como já foi mencionado, experimentando um ligeiro crescimento com a cultura de exportação do cacau, seguida das culturas do açúcar, algodão, tabaco, arroz e café, tendo como principais portos consumidores na Europa: Gênova, Hamburgo, Veneza, além de países como França e Holanda. Ao mesmo tempo, desenvolveu-se uma manufatura artesanal com os curtumes, os engenhos de produção de farinha, sabão, entre outros (Op. cit, 2000).

Nota-se, com clareza, que a expressão modernizadora de Belém subordinou-se mais às necessidades econômicas do grande capital, que incentivou a exportação da borracha, do que ao atendimento das necessidades básicas da população local, que, naquele momento pouco benefício recebia da indústria gomífera.

Por outro lado, é sabido que com o acirramento da concorrência internacional no mercado da borracha, provocado pelo plantio de grande número de seringueiras no continente asiático, houve o declínio do maior ciclo econômico já vivenciado em território amazônico, em meados dos anos 1930.

É importante dizer que aconteceram inúmeras modificações espaciais na Amazônia, em decorrência do Ciclo da Borracha, notadamente na área urbana de Belém. Parte do

desenvolvimento sócio-econômico de Belém se deu nas primeiras décadas do século XX, quando houve uma maior preocupação estética e um re-ordenamento do espaço público central, sob traços do modelo urbano europeu de cidade. Para SARGES (2000), a preocupação com a estética da cidade tornou-se transparente, principalmente com sistematização de normas que transformavam os logradouros públicos em espaços atraentes, criando-se também mecanismos que dificultavam a ação predatória do homem em relação às áreas verdes e aos rios, esboçando-se, ao mesmo tempo, uma política sanitária.

De maneira geral, houve a construção e a conservação de equipamentos¹⁸ destinados à elite emergente, decorrência dos ótimos resultados da borracha no mercado internacional. Esse implemento arquitetônico urbano em Belém, em parte, é um dos atrativos utilizados pela “indústria” turística na modernidade tardia, principalmente a partir da década de 1980, até os dias atuais.

Segundo SARGES (2000), a transformação da cidade de Belém estava:

Associada à economia, à demografia, mas também aos valores estéticos de uma classe social em ascensão (seringalistas, comerciantes e fazendeiros) e às necessidades de se dar a determinados segmentos da população da cidade segurança e acomodação, além da colocação em prática da idéia positivista de progresso enfatizada pelo novo regime republicano (SARGES, 2000 p. 92).

Outro ponto importante do projeto urbanístico dessa época foi a arborização da cidade, ocorrendo o plantio de centenas de mangueiras¹⁹, alternativa que buscou a melhoria da qualidade de vida dos moradores, amenizando as constantes altas temperaturas características do clima equatorial da Região. A partir dessa iniciativa, no início do século XX, Belém ficou popularmente conhecida pelo título de “Cidade das Mangueiras”, dada a grande quantidade de espécies espalhadas pelos bairros de Nazaré, Batista Campos, São Brás, Marco e Pedreira.

Com o decorrer do tempo, a área urbana de Belém foi se expandindo, obedecendo ao recorte hidrográfico local. A realização de obras de pavimentação asfáltica e de drenagens de

¹⁸ A construção de *boulevards*, quiosques, o assentamento de monumentos, bem como a arborização da cidade, instalação de iluminação elétrica e bondes, bosques, calçamento de ruas, concentrar a venda de alimentos em mercados e recolher mendigos da cidade em asilo foram algumas das atividades desenvolvidas pelo intendente Antônio Lemos durante sua gestão.

¹⁹ Segundo Ferreira (1999), a mangueira é uma árvore da família das anacardiáceas, de origem asiática, de flores pequeninas e ordenadas em tirso, e cujo fruto é uma drupa carnosa e saborosa, do qual há numerosas variedades.

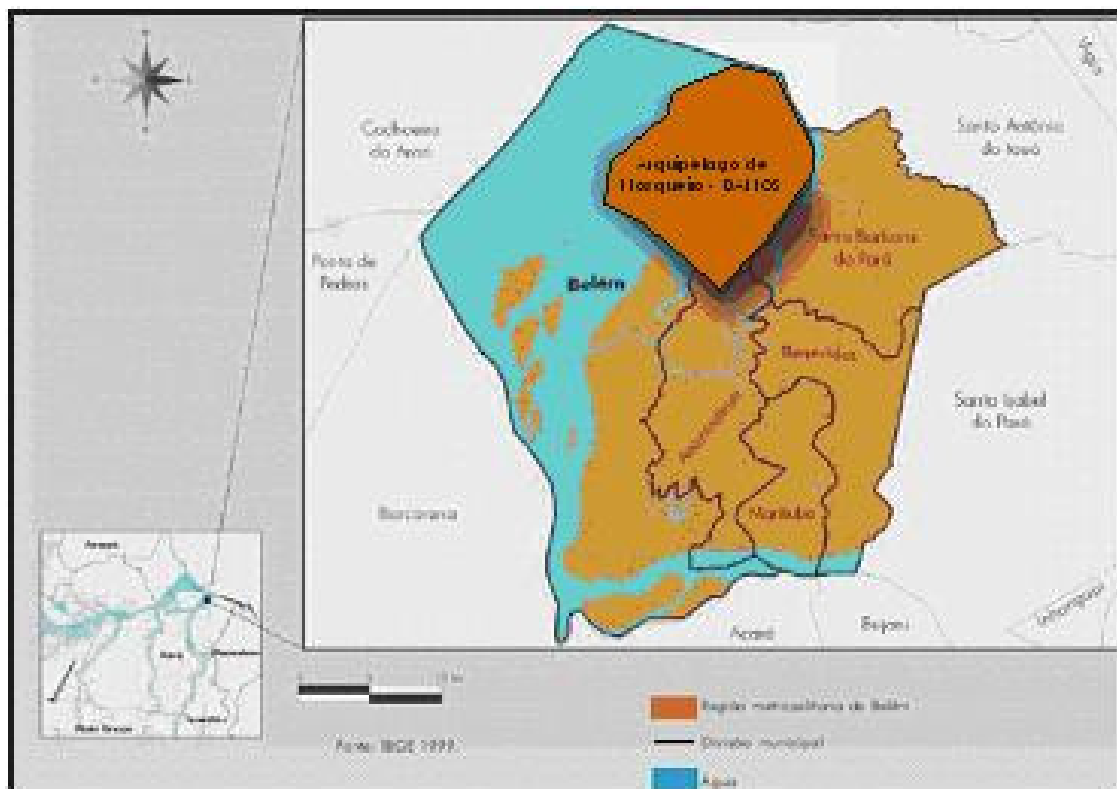
bacias na cidade forçaram parte da população a ocupar áreas de várzeas, conhecidas em Belém como “Baixadas”.

As áreas comumente conhecidas por baixadas são, a rigor, várzeas das bacias hidrográficas. Segundo classificação do antigo DNS são em número de cinco as bacias de Belém: do Una, do Reduto, do Comércio; da Tamandaré; da Estrada Nova e do Tucunduba. As baixadas são ocupadas em geral, pelas camadas de baixa renda. O processo de ocupação, iniciado há pelo menos 06 décadas, está centrado, por um lado, na busca da realização do direito à moradia e, por outro, na tentativa de realizar um espaço de viver próximo ao local de trabalho, haja vista que essas áreas estão localizadas às proximidades do centro principal de negócios da região metropolitana (RODRIGUES, 2000 p. 125).

Nos últimos 10 anos, o poder público concentrou esforços na urbanização das baixadas. Um dos fatores para a revitalização é a tendência espacial da ocupação horizontal para locais com baixa densidade populacional, tentativa de melhoria de condições de vida da população que vive ali, que sofre com as inundações, causas do aumento de incidência de inúmeros tipos de doenças infecto-contagiosas e parasitárias de veiculação hídrica (Op.cit, 2000).

Belém, hoje, é uma metrópole regional, com uma população de 1.280.614 habitantes (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, Censo - 2000). Limita-se: ao norte, com a Baía do Marajó; ao sul, com o rio Guamá e município de Acará; a leste, com os municípios de Ananindeua, Santo Antônio do Tauá, Santa Bárbara do Pará e Marituba; a oeste com a Baía do Guajará, (MARTINS, 2000), conforme mapa abaixo:

Figura 02. Região Metropolitana de Belém



Fonte: IMAZON (2003) adaptado por NÓBREGA, W.R.M. (2005).

Após aprovação do Plano Diretor Urbano de Belém – PDTU, em 1993, o município foi dividido em oito distritos, cujos limites foram estabelecidos pela Lei n. ° 7.782, de 05 de janeiro de 1994. São eles:

- 1º) Distrito Administrativo de Belém - DABEL;
- 2º) Distrito Administrativo do Guamá – DAGUA;
- 3º) Distrito Administrativo da Sacramenta – DASAC;
- 4º) Distrito Administrativo do Entrocamento – DAENT;
- 5º) Distrito Administrativo do Benguí – DABEN;
- 6º) Distrito Administrativo de Icoaraci – DAICO;
- 7º) Distrito Administrativo do Outeiro - DAOUT; e
- 8º) Distrito Administrativo do Mosqueiro - DAMOS.

O distrito DAMOS é o foco desta pesquisa, uma vez que recursos provenientes do PROECOTUR, com fins de dotação de infra-estrutura turística no município de Belém, contemplaram o Porto Pelé e o Parque Ambiental do Médice, este último situado na área continental de Belém, bairro da Marambaia.

Discutiremos a inserção do distrito DAMOS no contexto de Belém, ressaltando que a ilha de Mosqueiro é considerada para maioria da população belenense, o principal balneário do município.

3.3. O DISTRITO DE MOSQUEIRO E AS NOVAS TERRITORIALIDADES DO TURISMO

Como referência ao arquipélago de Mosqueiro, utilizou-se a denominação “DAMOS”, atribuída pelo poder público municipal em 1993, por meio da aprovação do Plano Diretor Urbano da Cidade de Belém.

O termo Mosqueiro está relacionado à técnica utilizada pelos indígenas para a conservação²⁰ do peixe e da caça em geral. Os índios colocavam a carne, sem víscera, em fumeiro próprio, de calor brando, sobre o moquém, espécie de grade. A referência ao termo é observada por pesquisadores desde 1680, através de cartas náuticas, com referência geográfica que utilizava o termo “Ponto do Mosqueiro”, onde hoje se encontra a “Vila” da Ilha.

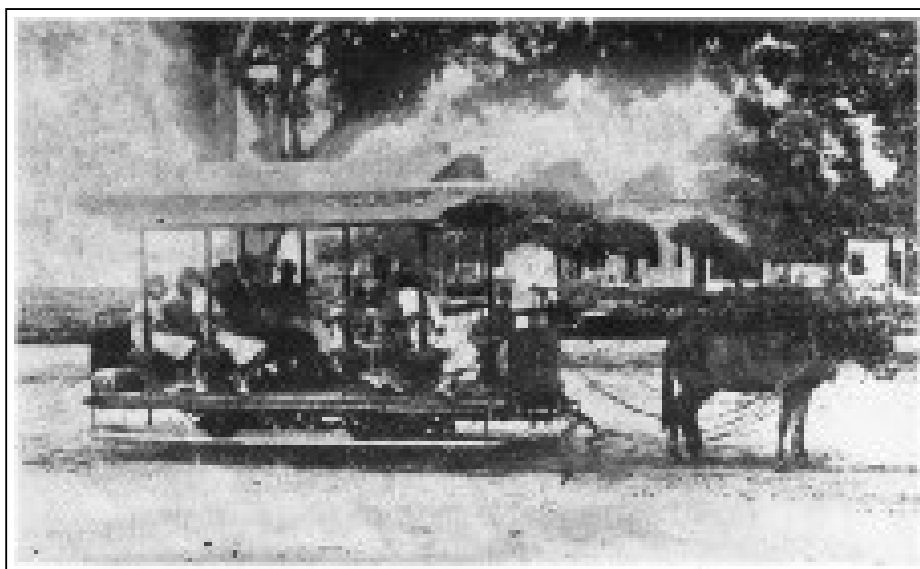
Atualmente, a técnica do “moqueio” não é muito utilizada pelos índios. O processo de hibridização com povos europeus e negros acelerou a transformação de diversos hábitos acumulados por sua nação. O DAMOS, num passado não muito distante, apresentava características naturais favoráveis para a captura da caça e pescado muito farto, exatamente porque Mosqueiro é banhado pelas Baías do Marajó e do Sol. Segundo Meira Filho (1978), nas praias largas e presas às águas barrentas das baías, aportavam as embarcações com farto e variado material de pesca. A captura era preparada no moquém, em cabanas existentes para esse fim; depois de pronta, embalada em fardos de cipó e folhas de *Umbuçu*, seguia para a fonte consumidora: Belém.

A Ilha de Mosqueiro foi distrito da Freguesia de Benfica até 1901, quando passou a ser um distrito de Belém. No final do século XIX, a Ilha já começava a receber seus primeiros frequentadores, na sua maioria estrangeiros e a elite da cidade de Belém - para descanso e lazer. Naquela época, o distrito ainda era bem restrito. Tinha apenas quarenta casas, uma praça, duas ruas, igreja, cemitério, três casas de

²⁰ Sob o calor do fogo que sobe e atinge o produto a moquear, aos poucos ele finda por tostar a carne, conservando-a em perfeito estado por longo tempo. A técnica foi muito utilizada pelos nativos da ilha de Mosqueiro. A técnica do “moqueio” atrelada a denominação de diversos termos em cartas náuticas como “Ponta do Musqueira”, e à deturpação do termo, por colonizadores estrangeiros, provavelmente foi o fator de hoje o arquipélago se chamar “Mosqueiro”. Para maiores detalhes ver Meira Filho (1978) em sua obra “Mosqueiro: ilhas e vilas”

negócio, duas escolas públicas, duas padarias, uma foguetaria, um engenho de cana, quatro olarias, e uma população de 500 habitantes (Op. Cit, 1978).

Figura 03. 1º Ferro-Caril da Ilha de Mosqueiro



Fonte: Arquivo Márcio Meira.

Gradativamente, Mosqueiro passou a receber mais pessoas em busca de lazer e, assim, o distrito começou a se estruturar para o atendimento desses visitantes. Para que grande parte da elite belemita e personalidades estrangeiras pudessem se deleitar com as belezas do lugar, foi construído um ferro-carril, interligando a praia do Chapéu-Virado à Vila, inaugurado em 1904. Segundo Meira Filho (1978), franceses, alemães e ingleses escolhiam as praias de Mosqueiro como um local ideal para o final de semana.

Figura 04. Chalé na praia do Murubira, Ilha de Mosqueiro



Fonte. NÓBREGA, W.R.M. 2006.

A ocupação do interior da Ilha aconteceu de forma progressiva, sendo o ferro-carril responsável pela descoberta de espaços até então desconhecidos da maioria da população que visitava Mosqueiro. A princípio, a força se dava através da tração animal; posteriormente, uma pequena locomotiva com cinco vagões começou a ser utilizada pelos passageiros aos domingos e feriados. Hotéis começaram a ser edificados, o comércio ampliou-se, ocorrendo um re-arranjo espacial local em função da implementação da atividade turística. Ao mesmo tempo, houve um crescimento industrial local, surgindo também no início do século XX, a fábrica “Bitar Irmãos” de beneficiamento de borracha; a Serraria Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Nossa Senhora de Nazareth; a Cerâmica Santa Maria, a fábrica de gelo e de redes.

O poder público, interessado no crescimento do Distrito, sobretudo, na dotação de infra-estrutura para o desfrute da elite de Belém, promoveu ações municipais para esse fim.

Entráramos em 1952 com essas novidades ocorrendo nos quatro cantos do Estado e da capital. Na encomenda feita na Holanda pelo governo brasileiro, incluía-se um navio especialmente para o turismo e este viria a atender os serviços da linha Belém-Mosqueiro”. Apesar da necessidade, a substituição só aconteceria no ano de 1970 (Op. Cit. 1978, p. 352)

Dentre as ações do poder público destaca-se a construção de uma estrada ligando o continente à ilha, inaugurada em 1965. Foi necessária também, posteriormente, a construção de uma ponte para vencer um trecho de área alagadiça. Antes disso, a travessia dos carros para a ilha era realizada por meio de *ferry-boats* (balsas).

“Os serviços de balsas desde cedo se mostravam insuficientes para atender à demanda de veículos diariamente. Nos sábados e domingos, o volume de carros crescia e a travessia passava a ser difícil e precária” (MEIRA FILHO 1978, p. 243).

Figura 05. Construção da ponte Sebastião Oliveira



Fonte: Arquivo Márcio Meira.

Em 1976, o então Sr. Presidente da República Ernesto Geisel, entre outras autoridades presentes, inaugurou a ponte com 1.457,35m (Hum mil, quatrocentos e cinqüenta e sete metros) de comprimento, na Rodovia Belém-Mosqueiro. Segundo Meira Filho:

Antes da rodovia PA-17 e da ponte sobre o canal das marinhas, o lado oriental-norte da ilha do Mosqueiro vivia sua vida própria, isolada do restante insular. Vinculada apenas, e às vezes, ao Sucurijuquara e à Carananduba, tudo que se seguia a esta última localidade era praticamente desconhecido do Belenense. Podemos assinalar que o verdadeiro Mosqueiro é este e que só modernamente está sendo descoberto pelas elites da cidade, pelos que desejam maior penetração na ilha e permanecer o mais longe possível de bulício dos hotéis, das praias, da vila e de sua vida já mais intensa. (MEIRA FILHO, 1978, p. 394-395).

Figura 06. Ponte Sebastião Oliveira



Fonte: NOBREGA, W.R.M. 2005.

Com a conclusão da ponte, inicia-se um novo momento histórico para o DAMOS. O processo de transformação do espaço geográfico se dá de forma acelerada, causando diversas modificações. A construção da ponte promoveu um processo de ligação entre Mosqueiro e o seu entorno, desencadeando novas expectativas de especulações imobiliárias, expansão do comércio, enfim, uma nova territorialidade, cada vez mais relacionada ao turismo.

Benevides (2000) diz que a construção das territorialidades turísticas é decorrência da valorização de determinadas áreas, a partir da modernização que é desencadeada através de um processo de planejamento. Tal fato proporciona a produção e a promoção de um conjunto de atividades diferenciadas e complementares, configuradoras de uma nova organização e destinação territorial, focadas no turismo. Assim, aconteceu a turistificação de Mosqueiro, isto é, as suas potencialidades se circunscreveram a um processo de transformação que as converteu em recursos e produtos predominantemente destinados ao consumo turístico (Op. cit. 2000).

Rompido o isolamento geográfico e com o aumento da valorização das belezas naturais, de Mosqueiro saltou de uma longa inércia para um período de intensas transformações. Iniciava-se a especulação imobiliária, a população local começava a ser “desalojada” pela compra de seus terrenos por turistas. Houve uma proliferação de diversos condomínios que, na qualidade de segunda residência da população de Belém, serviam como oportunidades de emprego aos moradores locais, os quais mudavam seus hábitos comuns de trabalho, para desenvolverem funções de caseiros, motoristas, garçons, enquanto suas mulheres trabalhavam como domésticas e camareiras nos hotéis e pousadas da Ilha.

O crescente fluxo de turistas na Ilha de Mosqueiro configurou uma nova forma de apropriação do espaço. O envolvimento de equipamentos ligados ao agenciamento iniciou um processo de promoção da estrutura organizacional do setor turístico, através de elementos como transporte e hospedagem, de modo a proporcionar um barateamento dos custos da viagem e permitir, conseqüentemente, que um grande número de pessoas viajasse. A geógrafa Rita Cruz (2003) chama esse processo de turismo de massa.

Vale lembrar que o processo de massificação do setor turístico em Mosqueiro não se deu de forma explosiva. Percebeu-se um desenvolvimento gradativo do fluxo de visitantes desde o final do século XIX, quando a Ilha despertou o interesse de residentes do município de Belém e de estrangeiros, ocasionado pela valorização de terras daquela localidade. Segundo MEIRA FILHO (1978), nesse período, houve um grande número de requisições de sítios, pequenas ilhas, engenhos, lotes e terrenos, o que consolidou no processo de apropriação privada nos moldes das sociedades modernas.

Para compreender a transformação do espaço geográfico em turístico, algumas considerações são pertinentes:

DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA	CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO TURÍSTICO
<p>1901 - A Ilha de Mosqueiro passou a pertencer ao distrito de Belém.</p> <p>A economia era bastante limitada.</p>	<p>Descoberta das praias da Ilha de Mosqueiro pelos estrangeiros que residiam na cidade de Belém.</p> <p>O meio de transporte até a Ilha era fluvial. No interior, a locomoção era garantida pelo ferro-carril.</p>
<p>1950 – A Ilha já detinha um comércio expressivo impulsionado pelo fluxo cada vez maior de visitantes.</p>	<p>A abertura da estrada possibilitou o acesso de forma mais intensa, porém, durante esse período, ainda dependia-se da travessia de <i>ferry-boats</i>.</p>
<p>1970 – Implantação do sistema de redes, com a conclusão da estrada e da ponte no ano de 1976.</p> <p>A Ilha já detinha uma significativa estrutura de serviços públicos e privados capazes de proporcionar um tempo de permanência maior de visitantes.</p>	<p>O fluxo de visitantes aumentou de forma significativa. Nesse momento, os impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais são evidenciados.</p>
<p>1990 – Mosqueiro se consolida como o principal balneário da população do município de Belém.</p>	<p>Mosqueiro é foco de grandes festas, como o carnaval. Nesse momento, o destino Mosqueiro começa a entrar num processo de massificação, dada a facilidade de acesso e o barateamento da tarifa do transporte rodoviário.</p>
<p>2000 – Mosqueiro vive um momento de turbulência e grande instabilidade nos campos social e econômico. Há um relativo abandono do poder público em ações de conservação e promoção do balneário.</p>	<p>Outros destinos turísticos se destacam no território paraense como Cametá, Bragança e Vigia.</p> <p>Grande parte dos frequentadores da Ilha de Mosqueiro substituíram o balneário por outros destinos concorrentes no interior do Estado do Pará.</p>
<p>2005 – Há uma certa intenção do poder público em reordenar a atividade turística através de obras de melhoria na Ilha.</p>	<p>Percebe-se um aumento de visitantes na Ilha, talvez pela ação de “embelezamento” em Mosqueiro.</p>

Fonte: NOBREGA, W.R.M. 2006 (a partir da coleta de dados secundários e a técnica de observação *in loco*).

A implantação de atividades turísticas se dá com a valoração mercadológica dos atrativos históricos, culturais e finalmente dos naturais. Estes últimos tiveram como mote o processo de intensa ocupação dos beiradões²¹ das praias na Ilha. A despeito dessa transformação, Knafou (1996) apud. Cruz (2003) diz que lugar turístico é uma expressão utilizada tanto para lugares que já foram apropriados pela prática social do turismo, como para lugares considerados potencialmente turísticos. Corresponde àquela porção do espaço geográfico cuja produção está sendo determinada por uma participação mais significativa do turismo, relativamente a outras atividades.

A (re) configuração dos espaços é criada sobre um dos principais componentes da atividade turística, conforme exposto no capítulo 1, os atrativos turísticos. Os atrativos turísticos são lugares que a “indústria” do turismo inventa por meio da uma herança cultural. A partir do momento em que aumenta a procura de lugares com grande apelo turístico, há valores implícitos que giram em torno da busca de *status* social.

Quando a procura de espaços ainda pouco explorados ou exóticos se intensifica, muitas são as motivações dos visitantes junto à comunidade local. Entre elas, aquelas que dizem respeito às peculiaridades que traçam a identidade do seu povo, hábitos e costumes construídos por gerações, como é o caso de Mosqueiro. Vale ressaltar que a identidade local é, fortemente, relacionada aos hábitos ribeirinhos, baseada na extração dos recursos naturais de forma primitiva.

A construção da ponte também acarretou um aumento considerável da migração de uma população que vivia em áreas de influência do Distrito, atraída pela possibilidade de melhoria de qualidade de vida. Assim, a ligação da área continental à ilha acompanhou um processo natural na modernidade tardia, tendo como referência a eliminação de barreiras.

Nesse sentido, a interpretação do sistema de redes é de extrema importância para a compreensão do aumento de fluxos intensificados após a abertura da estrada e a construção da ponte que atravessa o “Furo das Marinhas”.

As redes comportam fluxos de toda espécie, rompem barreiras territoriais, encurtam distancias e possibilitam uma complexidade de relações (econômicas, sociais, políticas, materiais, informacionais, culturais, de transportes e muitas outras). Os territórios tradicionais, mais relacionados à autonomia, identidade cultural e recursos locais são agora reorganizados para responder às necessidades de um sistema global. As redes funcionam como mediadoras entre o universal da globalização e o singular das especificidades do território (LUCHIARI, 1999, p. 45-46).

Com as várias transformações ocorridas no DAMOS, surgiram novas concepções do uso do solo, conseqüentemente, novas territorialidades relacionadas aos povos ribeirinhos residentes em Mosqueiro e aos turistas que visitavam o arquipélago, isto é, uma série de impactos aconteceram no local, na vida da comunidade, principalmente com as casas de veraneio e o aumento de visitantes sazonais.

Luchiari (1999) diz que as antigas e novas fronteiras percebidas e impostas à população local, como aspectos naturais e sociais, estão presentes no seu dia-a-dia, nas relações informais, no consumo, nos símbolos e signos, nas festas. As transformações físicas territoriais são produzidas por incentivos do poder público impulsionados pelos setores turísticos e imobiliários. O turismo de segunda residência na orla litorânea e/ou fluvial é a expressão mais contundente de uma nova territorialidade de um lugar que, ao ser cobiçado como produto de valor, se transforma em outro lugar, em forma e conteúdo (Op. Cit. 2004).

Em se tratando do DAMOS, as ações ocorreram de maneira desintegrada, principalmente, devido ao aumento do fluxo de pessoas que, com a inauguração da ponte, como já foi dito. Conseqüentemente, a ocupação de áreas com significativa cobertura vegetal ocorreu rapidamente, com a construção de condomínios e invasões de grupos sociais sem acesso à terra, impelindo o poder público a investir na implantação de serviços básicos como: saneamento básico, iluminação pública, pavimentação de vias. No período que antecedeu a construção da ponte:

[Não havia na vila veículos de aluguel, senão dois ou três caindo aos pedaços, mas que na hora do aperto se transformavam em belas limusines...] [...Os ônibus da prefeitura, reduzidos e velhos, mal chegavam para os que se dirigiam à Praia Grande ou ao Farol. A linha ia até o Ariramba, primeiramente, depois a Caranaduba. Antes não ultrapassava o Chapéu-Virado ou voltava da extremidade do Murubira] (MEIRA FILHO, 1978, p. 57).

²¹ Termo bastante utilizado pelos amazônidas para se referir à beira de rio e praias oceânicas.

A grande especulação imobiliária aconteceu em dois momentos, principalmente no período pós-construção da ponte ligando o continente à Ilha: primeiramente, na faixa litorânea, mudando a paisagem original da Vila e das praias; posteriormente, aqueles interessados pelas zonas mais distantes, até então “inexploradas”, alcançaram as praias do Marahú, Paraíso, Caruara, São Francisco, e as praias da Conceição (praia Grande), do Paisandú, Bacuri e da Fazenda, estas últimas banhadas pela Baía do Sol (MEIRA FILHO, 1978).

O transporte para Mosqueiro, inicialmente, era voltado para as navegações pública e particular que movimentavam a vila balneária, as praias do Areião, Bispo e Praia Grande. O transporte interno da ilha era feito por bondinho de tração animal, e posteriormente a vapor, que se deslocava até o Chapéu-Virado, alcançando a praia do Murubira. Com o decorrer do tempo, praias mais distantes também passaram a ser servidas por esse transporte.

Atualmente, as atividades econômicas desenvolvidas na Ilha abrangem diversos setores, desde o extrativismo vegetal até a prestação de serviços. Destaca-se a fábrica dos irmãos Bittar, que beneficia a borracha e a extração de óleos, grande referência econômica local. Recentemente, a Coordenadoria de Turismo de Belém – BELEMTUR idealizou um roteiro ecoturístico denominado “Trilhas Olhos D’água”, no qual a estrutura da fábrica Bittar é um dos atrativos.

Figura 07. Pórtico construído no ano de 2005.



Fonte: NOBREGA, W.R.M. 2005.

Desde 1932, Mosqueiro é administrado por um Agente Administrativo Municipal, designado pelo prefeito municipal de Belém. Conta com uma população de 27. 896 habitantes (IBGE, 2000). No entanto, em período de férias escolares (meses de julho e janeiro) e em feriados prolongados, a ilha chega a receber cerca de 300 mil pessoas por temporada. Em decorrência de mudanças tão bruscas, são inúmeros os problemas enfrentados pelos moradores e também pelos visitantes.

É importante destacar aspectos referentes à cultura e à identidade das populações amazônicas, em especial as ribeirinhas, a fim de entender questões relacionadas às transformações do modo de vida tradicional em moderno, acentuadas a partir da expansão de diversas atividades produtivas, notadamente após a implementação do turismo.

3.4. ASPECTOS IDENTITÁRIOS E CULTURAIS NAS PEQUENAS COMUNIDADES DA AMAZÔNIA: O caso das comunidades de Caruaru e Porto Pelé.

A cultura do povo amazônico se consolidou em torno de grandes dimensões de redes hidrográficas as quais exercem grande influência na vida profissional dos que elas vivem, os pescadores, tanto da região do nordeste paraense quanto da região do estuário, esta

caracterizada pela influência dos grandes rios, no caso o Amazonas²². O estuário é a área receptora dos produtos carregados pelo rio Amazonas e seus tributários, considerado um berçário para a reprodução da biodiversidade aquática. É uma área de notória influência de pescadores de categorias diversas (MEGAM, 2005).

Arqueólogos e antropólogos da Região Amazônica denominam a relação consolidada, entre recursos terrestres e aquáticos, como técnicas de manejo ambiental, hábitos alimentares, música, simplesmente de cultura de floresta tropical. Quando os fatores se entrelaçam num grupo social de notório saber e com características específicas ambientais, relaciona-se um *modus vivendi* particular. O processo de ocupação das áreas com grande diversidade de espécies para a sobrevivência dos povos tradicionais da floresta, gerado com o conhecimento dos ciclos das marés, influências de lua, por exemplo, acumulou diferentes saberes de uso dos recursos naturais, usados, inclusive, até os dias atuais por diversos povos que se utilizam da extração para seu sustento (Op. Cit. 2005).

O arquipélago de Mosqueiro, por estar mergulhado nesse sistema hídrico, banhado pelas Baías de Santo Antônio, Marajó e Do Sol, tem, em seu processo de transformação e adaptação dos povos lá residentes ao longo dos séculos, heranças baseadas na cultura indígena. Após a chegada dos portugueses, se iniciou-se uma ação de hibridização, ou seja, uma mescla de costumes dos diferentes povos, gerando uma nova identidade amazônica. Destarte, toda a relação favorecida pela configuração natural não é suficiente para entender o modo de vida das populações tradicionais na Amazônia. Questões de ordem histórica e cultural consubstanciaram todo o corpo para o entendimento da identidade do povo amazônida, sobretudo influenciado pelo meio físico-natural. Parte da criação de instrumentos influenciados por esse meio é materializada através de canoas, redes de pesca, entre outros.

Figura 8. Matapis no encontro dos rios Itapiapanema e Caruaru

²² O rio Amazonas, como acidente geográfico mais importante do contexto hídrico da Amazônia, contribui para tornar essa região ainda mais singular em relação a outras regiões brasileiras, concorreu para criar modos de vida ao longo do vale articulados com regime de suas áreas, e diferentes, até certo ponto dos modos de vida de outras áreas amazônidas que não partilham de sua influência. Para maiores detalhes ver: “Curralistas e redeiros de Marudá: pescadores no litoral do Pará”, de Lourdes Furtado, 1987.



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. 2006.

O retrato da herança cultural abordada por Lourdes Furtado (1987) converge para grandes características indígenas, incorporadas até hoje pelos povos amazônicos, sendo elas, responsáveis pelo uso das técnicas para a captura do pescado e de sua conservação, utilizadas posteriormente pelos colonizadores europeus. O domínio da técnica de pesca constituía uma das principais fontes de sobrevivência para aqueles que participavam das expedições que desbravavam o estuário amazônico. Com o processo de ocupação do território amazônico consolidado, a pesca ainda detinha um papel destacado, porém agora, com uma produção em maior escala, ou seja, industrial, grande parte da população das cidades que surgiram nos interiores dos estados da Amazônia trabalha com outras culturas de subsistência, centradas, por exemplo, na extração de madeira para a produção de carvão.

Os artefatos utilizados pelos povos da floresta são frutos de uma condição natural e física pautada pela dimensão hídrica na Amazônia, assim como o sertanejo do Nordeste brasileiro teve que se adaptar às grandes secas. O caboclo amazônico, fruto da relação portuguesa e indígena citada por Furtado (1987), teve que se adequar ao meio hídrico de uma área geográfica onde se situa seu grupo social. Clima, solo, recursos naturais, posicionamento geográfico, topografia, vegetação, tudo compõe um ambiente favorável para a construção de novas formas culturais. A pesca sempre constituiu uma importante fonte de alimento para a população da Amazônia, sendo uma atividade praticada pelos primeiros grupos humanos que se estabeleceram na região e que continuou com a formação e expansão das cidades. Além de

participarem na dieta alimentar, os produtos oriundos da pesca funcionam também como fonte de recursos financeiros para a população (MEGAM, 2005).

A subsistência das comunidades ribeirinhas, entretanto, é retirada dos produtos das roças, entre os quais a farinha de mandioca tem maior expressão. Por muitos anos a pesca foi um componente forte de comercialização, favorecida pelas características ambientais refletidas na forma de organização do trabalho, nas técnicas de obtenção, além da inter-relação entre comunidades, apenas possíveis pelos recursos que a natureza proporciona. No entanto, o desequilíbrio das relações do homem com o meio ambiente, ocasionado pela poluição dos rios, o desmatamento, que provoca assoreamento dos recursos hídricos, e a pesca predatória fizeram com que muitos hábitos do caboclo amazônico fossem adaptados para uma nova produção social.

Estudos recentes realizados pelo projeto de “Estudo das mudanças sócio-ambientais no estuário amazônico – MEGAM”, da Universidade Federal do Pará, em conjunto com o Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA, nas décadas de 1980 e 1990, verificaram que a organização do espaço urbano de Belém teve uma alteração significativa. Empresas, arranjos produtivos e geração de emprego despertaram novas oportunidades para a entrada de atores sociais, atraídos por esse processo de re-ordenamento territorial. Por outro lado, detectaram um processo de erosão provocada pelos desmatamentos decorrentes de atividades econômicas variadas, insistindo na necessidade de controle, por parte do Estado, que possa tornar eficiente a relação economia x natureza. Na prática, porém, tem havido grandes avanços nessa direção.

Percebe-se então, que o *modus vivendi*, o *modus economicus* e o *modus operandi* tomaram novas dimensões, influenciados, sobretudo, pela nova configuração do espaço geográfico, não apenas pela inserção da atividade turística, mas pelo (re) arranjo sócio-espacial gerado pelas atividades dos setores primário e secundário, no município de Belém.

O conhecimento profundo das representações sociais e o manejo de seus espaços de trabalho podem nos revelar aspectos essenciais do funcionamento da economia pesqueira, tanto do ponto de vista das estratégias técnicas e sociais, como do ponto de vista das influências dos fatores ambientais na estruturação de suas formas de produção. Como as representações são fruto de fatores inter-culturais, entende-se que o homem pode ser tanto o produtor quanto o produto da cultura, afinal, ele ocupa concretamente os espaços geográfico e

social, criando-os e recriando-os e utilizando-o para tal, formas simbólicas compartilhadas com os demais membros da sociedade (MEGAM, 2005).

A confluência dos elementos ora descritos neste capítulo são peculiares de diversas localidades na Amazônia brasileira. Em Caruaru e no Porto Pelé, localizados no arquipélago de Mosqueiro, nossa área de estudo, identificamos traços tradicionais da construção da identidade daquele povo, ligado, sobretudo, aos recursos hídricos. Diversas transformações, no entanto, vêm ocorrendo nas últimas décadas.

Para se chegar até Caruaru, desembarca-se no terminal rodoviário da Ilha de Mosqueiro, e dirige-se até o Porto Pelé, que fica localizado no bairro do Maracajá, no final da rua Siqueira Mendes.

Chegando ao Porto, é necessário pegar um barco de pequeno porte, no rio Tamanduacuara, perfazendo um percurso, em média, de 45 minutos. O trajeto realizado para se chegar à comunidade de Caruaru margeia parte dos limites do Parque Ecológico de Mosqueiro, ligando as comunidades de Espírito Santo, Itapiapanema, Castanhal do Mari Mari, Itaperinha, Tucumandeuá e Caruaru²³. Segundo dados da Secretaria Municipal de Saúde, através do Programa Família Saudável (2003), a localidade possui 187 pessoas.

Acerca da definição do termo Caruaru, Passos (2004) afirma que essa definição deriva do dialeto dos índios Cariri, os quais habitavam várias regiões do Brasil, ainda no século XVI. “Caru” significava alimento, coisa boa, e “aru aru”, uma repetição que tinha significado de abundância. Podemos concluir, então, que Caruaru seria uma terra farta, ou terra da fartura. Essa tradução é pertinente quando se trata da identificação, observada em campo, da grande diversidade de culturas agrícolas de subsistência bem como do extrativismo de frutas bem peculiares da região amazônica como: cupuaçu, bacuri, piquiá, muruci, cupuí, cacau, entre outras.

Atualmente, a economia do lugar está intimamente ligada ao cultivo da terra, ou seja, à agricultura, porém, num passado próximo (século passado), segundo relatos de moradores mais antigos, muitos trabalhavam na extração do látex, proveniente da seringueira (*Hevea brasiliensis*). Como já apontado anteriormente, foi na Amazônia que ocorreu o Ciclo da Borracha, até o início do século XX, com extração e beneficiamento retomados durante a

²³ Para os moradores de Caruaru, a localidade está dividida em Caruaru de Baixo e Caruaru de Cima (esta denominada de Tucumandeuá)

Segunda Guerra Mundial (entre 1939 e 1945), destacando-se Caruaru como localidade ligada ao setor, na Região. Acerca do assunto, encontramos dificuldades na coleta de informações sobre algumas questões pontuais como, por exemplo, o beneficiamento da borracha para a indústria de pneus na ilha de Mosqueiro. Nos reportamos aos relatos da comunidade local, obtidos em entrevista formais e informais, principalmente à memória dos mais antigos. Segundo o senhor Humberto Fróes, 72, residente em Caruaru, a grande procura pelo látex contribuiu para que os irmãos Bittar construíssem a fábrica na Ilha, durante as primeiras décadas do século XX.

A população local (de Porto Pelé e de Caruaru) mostra-se aberta aos estímulos governamentais para desenvolver atividades que contribuam para melhoria de vida, tentando, inclusive, minimizar os entraves enfrentados, principalmente aquele ocasionado pelo acesso penoso, possível somente por barcos fretados ou através do transporte fluvial da Secretaria Municipal de Educação – SEMEC.

Acerca desse assunto, perguntamos ao senhor Fabiano Farias de Freitas, 63, o que ele sugeriria para os formuladores de políticas públicas inserirem, como fundamental, no seu planejamento, caso pudesse opinar de forma individualizada. Ele respondeu que mais oportunidades de empregos para as comunidades de forma geral. Ressalte-se que o Sr. Fabiano já foi contemplado por uma política pública na esfera municipal: recebeu crédito para criação de: galinhas, patos, camarão. Sua empreitada, entretanto, não teve sucesso, devido a descontinuidade da assistência técnica, apontada como um dos principais entraves, dificultando dessa forma, o escoamento da produção com um preço competitivo, sobretudo se as vias de acesso são difíceis e precárias.

Alguns moradores de Caruaru, beneficiados por programa municipal, de crédito a pequenos empreendimentos comerciais, tiveram grandes prejuízos, principalmente no que tange à criação de patos, quando a oferta se dirigia à festividade do Círio de Nazaré, em Belém, realizado, anualmente, no mês de outubro. Segundo moradores locais, por falta de comunicação entre os técnicos da Prefeitura Municipal de Belém e os principais compradores dos patos na cidade, houve um abate na ordem de 700 patos, sem mercado para absorvê-los. Esse episódio gerou um grande endividamento dos moradores de Caruaru junto ao Banco do Povo, instituição financeira responsável pelo crédito, o que contribuiu para o cancelamento do programa.

A participação popular na gestão do poder público teve um papel de destaque entre o período de 1996-2004, quando a Prefeitura Municipal de Belém, atendendo aos anseios da população, no sentido de solucionar as dificuldades encontradas pela maioria na busca de uma melhor qualidade de vida, resolveu intervir implantando ações materializadas através de projetos. Embora parte das ações implantadas tenha sido assistencialista, caracterizadas pela concessão de crédito na informalidade, ou seja, não havia necessidade de documentos para o acesso aos recursos financeiros. É salutar o exercício promovido pelos organismos municipais na busca de uma “co-gestão” em empreendimentos ligados a aspectos agrícolas, no entanto, os resultados não apresentaram grandes avanços.

Percebe-se que grande parte das possibilidades de geração de emprego dos povos da Amazônia está centrada na questão da terra ou dos rios que compõem o estuário. A herança cultural marcada pela miscigenação de diferentes povos, portugueses e índios, resultou na formação da identidade do povo Amazônico. O caboclo criou uma economia peculiar vinculada ao meio natural, cercado por uma coletividade de práticas, como a pesca, a agricultura, o extrativismo vegetal, entre outros.

Como categoria social inclui o habitante das zonas rurais da Amazônia, em cuja existência guarda traços das culturas originárias fundamentadas na contribuição do colono português e do índio. Culturalmente é o mesmo caboclo que se adaptou aos diversos ambientes da Amazônia, criando em cada micro-mundo condições particulares de existência social e natural e que, em virtude do maior ou menor contato com os centros de difusão e vida urbana, tendem a modificar seus padrões existenciais. Vivendo numa relação íntima com o respectivo meio que ocupa, possui suas formas próprias de subsistência, de organização social e econômica, e seu mundo mental (FURTADO, 1987, p. 29).

Entende-se, no entanto, que também é possível ocorrerem transformações sócio-culturais provenientes de mudanças ambientais, considerando o evidenciado por Mathieson e Wall (1988, p. 5) apud. Ruschmann (2001, p. 35), a saber:

1. o homem está vivendo e modificando a Terra há milhares de anos;
2. impossibilidade de dissociar o papel do homem do da natureza (sem a intervenção do homem, o meio se altera);
3. complexas interações do fenômeno turístico fazem com que o impacto total da atividade seja quase impossível de medir;
4. descontinuidade espacial e temporal entre causa e efeito; e

5. dificuldade na seleção de indicadores.

Observamos, em Caruaru, mudanças diretamente ligadas ao uso inadequado de técnicas que, conseqüentemente, estão depredando de forma indiscriminada toda a cobertura vegetal, daquela área, além da poluição e do assoreamento dos rios. Avaliar tais impactos, no entanto, é difícil, dada a grande extensão da área e a ineficácia da gestão pública, tanto na fiscalização quanto na viabilidade de assistência técnica.

As estratégias de sobrevivência da população do DAMOS combinam atividades agrícolas com serviços urbanos, tratando-se, pois, de uma organização social com características específicas. A localidade de Caruaru, no arquipélago de Mosqueiro, está dividida pelas localidades de Caruaru de Cima, Caruaru de Baixo, Tucumandeuá, além de outras que compõem seu entorno como Itapiapanema, Itaperinha e Castanhal do Mari – Mari. Sua área é caracterizada pela grande dispersão demográfica, bem com pelas atividades primárias ainda presentes, pela carência ou deficiência dos serviços básicos e pela permanência de relações sociais primárias.

No que se refere às atividades econômicas de Caruaru e Porto Pelé, a agricultura tem maior força, com destaque para o plantio de mandioca, seguida pelo extrativismo vegetal, caracterizado pela coleta de frutos como: cupuaçu, bacuri, piquiá, cupuí, cacau, açai, pupunha.

Na comunidade de Caruaru apesar de estar circundada por grande volume de água, a atividade principal está centrada nos roçados, que impõem ao lavrador um período de espera da colheita muito largo (após o plantio, o indivíduo espera aproximadamente 09 meses para colher o produto). Quando se trata da farinha de mandioca, ainda necessita de dois ou três dias para processá-la. A longa espera da colheita de produtos como milho, mandioca, entre outros, força a comunidade local, de certa forma, a desenvolver atividades ilícitas, como extração de madeiras como castanheira, mogno, piquizeiro, muitas delas queimadas no forno para a produção de carvão vegetal.

Figura 9. Produção de carvão na comunidade de Mari-Mari.



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. (2006)

Outra atividade em Caruaru são as caçadas, e o conhecimento que os caboclos têm da natureza é um fator importante para o sucesso nesta atividade. Eles se orientam pelas fases da lua (lua cheia é a melhor, por permitir visibilidade do animal e também das árvores frutíferas como a mangueira, piquizeiro que acabam atraindo um número significativo de espécies). O caboclo amazônico utiliza, como mecanismo de sobrevivência, as técnicas e informações passadas de geração para geração. Esse mecanismo, entretanto, com o advento do mundo moderno, vai desaparecendo gradativamente.

3.4.1. FESTAS E CRENÇAS POPULARES NA AMAZÔNIA

A herança portuguesa na cultura brasileira é expressiva. Na Amazônia, o sincretismo religioso se traduz na mescla de conhecimentos de povos que habitam as florestas e na forte influência católica do povo português.

As relações sociais e simbólicas são legitimadas pelas trocas comerciais, pelo parentesco que unem famílias, tanto da capital quanto das áreas interioranas, pela presença de festas religiosas, cívicas e populares tais como procissões, paradas militares e o carnaval. O status que cada localidade detém está relacionado à transformação do lugar em espaço valorizado, seja numa perspectiva dos recursos naturais, patrimoniais, evidenciados pela transformação dos espaços “neutros” em espaços turísticos (MEGAM, 2005).

O “domínio” religioso é orientado por influências de diferentes povos. Para uma melhor compreensão dos aspectos religiosos, Furtado (1987) sugere o termo religiosidade para expressar a realidade do povo amazônida. Para efeito de ilustração, tomaremos como base a localidade de Caruaru, que detém às características que ora queremos explicitar.

As comunidades do Porto Pelé e de Caruaru têm ligações fortes com o catolicismo, mas outras concepções religiosas habitam aquele universo. Recentemente, tem-se destacado o protestantismo, em escala menor, porém crescente. Os padrões religiosos das comunidades ora estudadas são contemplados nos estudos de Galvão (1953) apud. Furtado (1987): “Uma religiosidade com ênfase no culto de Santos, onde os elementos sagrados e profanos se misturam e entrelaçam”. Assim podemos destacar que as festas realizadas nas localidades de Porto Pelé e de Caruaru se expressam no culto de Santos como São Pedro e São João, quando se busca um caráter de divindade num plano superior, com capacidade de ação imediata.

Na comunidade do entorno de Caruaru acontecem festas de São Sebastião, Santa Maria, São João, porém nenhuma se destaca como a de Santa Rosa de Lima²⁴, padroeira da comunidade. A festa ocorre todos os anos, há mais de quatro décadas, durante o mês de agosto. Seu início, segundo moradores locais mais antigos, data de 1945. De acordo com Passos (2004), a festa de Santa Rosa de Lima:

Trata-se de uma forma de representação com valores construídos dentro da comunidade há décadas, na qual, além de existirem algumas ações individualistas, ocorre o reconhecimento de práticas solidárias, como os trabalhos voluntários em forma de mutirões. O segundo momento diz respeito aos mecanismos de sobrevivência nas terras de Caruaru, como os moradores mantêm sua permanência na comunidade, de onde tiram o sustento de suas famílias, passando a terra a ser objeto de articulações, através de relações de reciprocidade, como o parentesco (PASSOS, 2004, p. 47-48).

Os elementos constituídos, ao longo das décadas, na comunidade de Caruaru se dão através de um processo passado de geração em geração, ou seja, há uma tradição que, em muitas situações, é encarada como uma idealização romântica, principalmente quando é trabalhada na constituição de um produto turístico. Segundo Rocha (2004, p. 14) “a tradição, como elemento específico da originalidade de fatos culturais, pode ser oral – transmitida de boca a boca-, ou ainda de forma mais primitiva, por imitação”. O autor ainda ressalta que a

²⁴ Segundo Brandão (2004), foi uma freira peruana martirizada por defender os interesses dos indígenas.

tradição é o processo de transmissão da herança cultural, fazendo o uso das experiências de um determinado grupo, constituindo, dessa forma, a memória coletiva.

Vale ressaltar que o ritual da festa de Santa Rosa de Lima é um momento de compartilhamento das relações de parentesco, comportamentos sociais, sobretudo de fortalecimento do grupo social que reside naquele local, bem como da identidade através das manifestações culturais, relacionadas diretamente ao sincretismo religioso, bem definido pelo momento sagrado e pelo o profano. “A permanência dos fatos e eventos promove um espaço fértil para a criação e recriação de suas formas de manifestação” (Op. Cit. 2004, p. 18).

Apesar da força do catolicismo em localidades da Amazônia, a crença nos Santos não atende todas as credices do imaginário coletivo. Destarte, os povos tradicionais recorrem a crenças e práticas “mágicas”²⁵, que tudo indica sejam herança de um sincretismo gerado pela relação européia e indígena, compondo o universo das comunidades ora estudadas. O desenho deste processo se iniciou com a destribalização do aborígine, com a ruptura da configuração cultural do indígena nos primórdios da colonização portuguesa na Amazônia, através de conflitos ideológicos dos grupos étnicos em questão (FURTADO, 1987).

Nesse contexto de um emaranhado místico, o caboclo amazônico vive no interior das matas sob a evocação de “personagens” atípicos do culto religioso dos Santos católicos. As crenças e práticas mágicas não podem ser relegadas a um plano inferior sob a alegação de meras superstições ou coisas ultrapassadas. Muito pelo contrário, elas estão no mesmo plano de importância do de natureza cristã (Op. Cit. 1987). As considerações da autora são pertinentes por se tratar de uma crença coletiva e não de um número reduzido de pessoas.

Em Caruaru são comuns relatos acerca do imaginário. Estórias sobre o Boto, Matinta-Pereira, Cobra-Grande fazem parte do dia-a-dia da comunidade. Segundo o entrevistado, senhor Lúcio Fróes²⁶, 62:

A cobra-grande chegou a quase me comer por duas vezes. Eu tava pescando e ela correu atrás de mim. Nós morávamos lá na beira do igarapé, ela tava muito perto. Ela amanheceu boiada de manhazinha, a cabeça era do tamanho de um cavalo. Na segunda vez, eu vim de novo pra cá e ela boiou, mas nada

²⁵ As “mágicas”, segundo Furtado (1987), fazem parte do complexo mundo natural do caboclo amazônico. Podem ser definidas como técnicas especiais manipuladas para o tratamento preventivo ou curativo dos malefícios causados pelas entidades que povoam a mente dos habitantes da Amazônia. A cura se dá através de remédios com ervas da mata sob a preparação de especialistas denominados de benzedores ou pajés, cultuando desta forma, a *pajelança*.

²⁶ Entrevista concedida no dia 20/01/2006.

aconteceu. Até hoje eu ando de remo por aí, mas eu estou seguro porque eu sou católico e rezo todo dia.

De acordo com Eliade (1973) apud. Furtado (1987), as sociedades tradicionais são caracterizadas por relações estabelecidas entre o território habitado e o espaço desconhecido e indeterminado que as circunda. O imaginário coletivo perpassa por um mundo estranho, caótico, sobretudo, cercado por “demônios” ou “estrangeiros”. Tal observação mescla o lado litúrgico oficial, representado pela igreja católica, no momento em que o residente se diz seguro por uma força divina, e o lado imaginário: sua segurança está ameaçada por uma força estranha, para ele “demoníaca”, que lhe causa medo e respeito.

Esse imaginário amazônico é percebido, mais fortemente, entre os mais velhos, sobretudo se residentes nas pequenas comunidades que compõem o arquipélago de Mosqueiro.

Mas a que se deve essa ocorrência ? Será que não há uma difusão da memória junto às organizações sociais ? Parte das transformações pode ser explicada através do que Stuart Hall (2001) chama de identidade fragmentada evidenciada, pelo sujeito pós-moderno, face ao advento da internacionalização e globalização.

Grande parte dos jovens que atingem a maior idade procura melhorias econômico-sociais na área urbana de Mosqueiro, o que, de alguma forma, distancia este indivíduo do local de sua origem. Antes, intimamente relacionados com o meio natural (base agrícola); agora transformados face ao contato com a cidade.

No caso estudado pela presente pesquisa, fica evidente uma relação existente entre a cultura do povo amazônica e o turismo, produzida pela construção do planejamento governamental, materializado com a implementação do Proecotur.

Qual a base de sustentação para construção de um modelo ideal para o desenvolvimento do ecoturismo na Amazônia ? A matriz traçada pela esfera pública, em parceria com diferentes organismos, buscava o desenvolvimento local no compartilhamento da concepção e gestão dos equipamentos e serviços turísticos, a partir do respeito às diferenças culturais entre povos. Uma maior interação com os moradores locais daria uma maior autonomia em alguns aspectos, mesmo que de forma superficial, nos remetendo à idéia

de gestão defendida pela Cabanagem, não pelas ações incisivas, de violência, mas pela sua história e importância para a sociedade paraense.

A participação do povo é uma condicionante nas discussões de planejamento, numa escala nacional, regional e estadual, sobretudo pela necessidade da inclusão dos diferentes interesses, sejam eles ligados diretamente à atividade turística ou não. O turismo permite ampla reflexão sobre as intervenções cabíveis para o re-ordenamento territorial, afinal o turismo tem a capacidade de transformar os espaços geográficos à revelia da sociedade.

O próximo capítulo abordará a política pública de turismo na Amazônia - Proecotur e suas implicações no território paraense, em especial no pólo Belém. Apesar do Programa ainda caminhar de forma tímida no Estado, algumas ações foram desenvolvidas nos últimos oito anos, como se verá.

4. O PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DO ECOTURISMO NA AMAZÔNIA LEGAL – PROECOTUR

Este capítulo trata do processo de discussão do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur, destacando o papel da administração pública frente à condução de políticas, seu intercâmbio com a população envolvida, esta que deveria ser a principal beneficiada na aplicação dessas políticas.

Cabem aqui os questionamentos:

Qual o nível de satisfação alcançado pelo poder público em relação à implantação do Proecotur na Amazônia Legal, principalmente no Estado do Pará, objeto de estudo desta pesquisa?

A população residente nas áreas contempladas pelo Programa participou efetivamente do processo de construção do planejamento desta política?

Os residentes foram considerados personagens fundamentais para o sucesso do Programa?

A experiência do Estado nacional brasileiro, face à implantação de políticas de turismo, não foi bem sucedida no que tange a inserção efetiva da população local. Muitas foram as tentativas, embora com um nível reduzido de contemplação dos anseios reais das comunidades envolvidas. O Proecotur é um programa que procura minimizar essas falhas visíveis das políticas de turismo, concebidas nas décadas entre 1970 e 1990, porém com resultados ainda questionáveis ou difíceis de serem contabilizados, talvez porque as etapas previstas pelo Programa não foram aplicadas, carecendo de uma avaliação mais detalhada.

Muitos, principalmente a população com poucas perspectivas de melhoria de vida, com atividades relacionadas aos setores primário e secundário, esperam da atividade turística uma possibilidade de melhorias socioeconômicas. Sobre a possibilidade de melhorias do bem estar, Rodrigues afirma que:

Durante e após a crise econômica do início dos anos 1980, o turismo sai fortalecido e vai ser entendido pela classe política como uma saída para a crise, uma alternativa econômica capaz de soerguer as economias deprimidas

dos Estados nordestinos e de dinamizar a economia da Amazônia, com a onda do turismo ecológico (RODRIGUES, 1996, p. 149).

A autora salienta ainda que, no período de 1966-1986, a Embratur nada de muito significativo fez em termos de estruturação e sistematização da Política Nacional de Turismo, cuja reformulação só se deu com o Plano Nacional do Turismo – PNT 1996-1999. Naquele momento, havia o interesse do presidente Fernando Henrique Cardoso de “substituir” a dívida brasileira por investimentos turísticos no País, a título de fundo perdido.

Vale destacar que no início do governo de Fernando Collor de Melo, em 1990, com a adoção de políticas neoliberais, houve modificações significativas na economia nacional de países como México, Chile, Venezuela, Peru e, principalmente, em nosso País. Nesse cenário, o turismo ressurgiu como uma das grandes possibilidades de melhoria de indicadores sociais, econômicos.

O poder público visa à diversificação na oferta de produtos turísticos. Insiste na geração de empregos, na captação de dívidas e na melhor distribuição de renda regional, objetivos já formulados pela Embratur. “Como novidade, e pautado pela onda ecológica, preocupava-se com a proteção ao meio ambiente e com o patrimônio histórico-cultural, até mesmo por imposição dos parceiros internacionais, o BID e o BIRD” (RODRIGUES, 1996, p.151).

O Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID é um grande parceiro do Governo Federal em diversos setores. Na atividade turística, o BID foi responsável por quantias significativas de recursos para o desenvolvimento do setor, na Amazônia Legal, com a implementação do Proecotur no final da década de 1990, sob uma perspectiva de desenvolver localidades aliando-as à conservação de ecossistemas.

Fazendo um comparativo entre o Prodetur e o Proecotur, percebem-se alguns fundamentos de base do planejamento governamental entre os estados da Região Amazônica e do Nordeste, aflorados a partir de políticas públicas estruturais e setoriais.

Para Benevides (1996), o turismo constitui uma saída estratégica para o desenvolvimento econômico do Estado do Ceará, face as dificuldades atravessadas, em diversos momentos, pela agricultura (relacionadas às intempéries climáticas); pela indústria (baixa diversificação e integração nos ramos da atividade), entre outros. Os demais pontos citados pelo autor, relacionados à necessidade da formulação de uma base sólida de desenvolvimento, estariam na saturação dos pólos turísticos tradicionais, o que, de alguma forma, refletiu positivamente com o investimento de pólos no Estado do Ceará, isso relacionado à imagem frente a algumas capitais nacionais e mais recentemente a alguns países

européus²⁷. A terceira razão seria o novo papel indutor que o Governo do Estado passou a ter na promoção de investimentos, de infra-estrutura social e física, contribuindo para a futura efetivação de convênios com organismos internacionais. A quarta razão seria o papel integrador que o turismo pode proporcionar submetido à ação articuladora que o Programa federal pode desenvolver com as políticas estaduais. Por fim, o poder público poderá ampliar o exercício de uma experiência não-clientelista com o setor privado, chamado Pacto de Cooperação. Desse modo, o Prodetur decorre de uma concepção estratégica de desenvolvimento regional, orientada para mapear e organizar o espaço físico de todo o litoral cearense, subdividido em quatro regiões turísticas.

Apesar de o Proecotur ser uma política voltada para a Amazônia Legal brasileira, percebe-se que as questões buscadas através de sua implementação relacionam-se diretamente com a capital cearense, Fortaleza. As ações e projetos executivos do Prodetur expressam mais do que um planejamento territorial do turismo, expressam algo mais amplo como a elevação das condições de vida das populações residentes na região atingida pelos projetos. Tais benefícios podem ser diretos, em forma de salários criados pelos empregos nos complexos turísticos que supririam uma demanda, como também indiretos, através de infra-estruturas física e urbana a serem instaladas. Além disso, diversificariam a base produtiva do litoral, dentro de uma diretriz espacial de política de governo, orientada para interiorização e de desenvolvimento das vocações econômicas das sete áreas de desenvolvimento do Estado (ADR's) BENEVIDES (1996).

4.1. O PROECOTUR NA AMAZÔNIA: UMA LEITURA SOBRE SEUS PRINCÍPIOS E MOTIVAÇÕES.

No contexto de várias mudanças estruturais nacionais, foi esboçado, inicialmente, em 1995, o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal, denominado simplesmente de Proecotur. Vale ressaltar que sua concepção surgiu da “onda” ecológica vivenciada nos anos 1990, em âmbito mundial. Nessa década, o Brasil foi palco de grandes discussões referentes ao movimento ecológico, acaloradas pela Rio – 92, possibilitando a tomada de medidas para minimizar os impactos sobre o meio.

²⁷ Segundo uma matéria veiculada no dia 03 de janeiro de 2006 no “Jornal Hoje”, da rede Globo, cerca de 250 mil pessoas deverão visitar o Estado até o mês de março de 2006, sendo que 4000 são finlandeses.

No final dos anos 1980, a Empresa Brasileira de Turismo - Embratur já pretendia instituir o Turismo Ecológico, promovendo a utilização do patrimônio natural brasileiro, cuidando para que a reaproximação do homem com o meio-ambiente não acontecesse de forma predatória do maior atrativo turístico nacional que é a própria natureza.

Em 1994 foram elaboradas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, usadas como referência para todos os passos adotados pelo Grupo Técnico de Coordenação na Amazônia, responsável pelo desenho do Proecotur. A discussão sobre o assunto, em nível nacional, já havia começado, no entanto, em meados da década de 1980. O primeiro mosaico foi formado em 1987, impulsionado pela criação da Comissão Técnica Nacional, representada, naquela ocasião, por técnicos do Instituto Brasileiro de Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e EMBRATUR. As ações previstas nas Diretrizes de Ecoturismo contemplaram o que mais tarde os formuladores de políticas públicas utilizariam como base na organização do setor ecoturístico nacional: regulamentação do ecoturismo; fortalecimento e interação interinstitucional; formação e capacitação de recursos humanos; controle de qualidade do produto ecoturístico; gerenciamento de informações; incentivos ao desenvolvimento do ecoturismo; implantação e adequação de infra-estrutura; conscientização e informação do turista; participação comunitária.

As ações acima retratam o caminho que o Proecotur seguiu no momento de sua concepção e implantação, enfatizando que as essas ações deveriam ser organizadas e articuladas entre si, porém efetivadas de forma gradativa, cabendo um momento de “maturação político-administrativa” para sua execução.

Segundo o ex-diretor da Secretaria de Coordenação da Amazônia/MMA, Sr. Aldenir Paraguassú, a coordenação do GTC – Grupo Técnico de Coordenação, no âmbito do qual foi criado o Proecotur, começou suas atividades em 1995, com um primeiro esboço (DRAFT) da carta consulta a ser encaminhada à Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN do Ministério do Planejamento. A versão final do Proecotur foi concluída em 1996, apresentando procedimentos, métodos e propostas bastante inovadores na época, tais como:

1. Desenvolver a estratégia metodológica de trabalhar por pólos de ecoturismo. Ao todo foram nove, um para cada Estado da Região. Vários critérios foram definidos, como por exemplo: a existência de atrativos turísticos e de produtos turísticos em operação no Estado, ou seja, comercializados por empresas do setor turístico, acessibilidades aos mesmos,

interesses político e estratégico do Estado e dos Municípios que passariam a fazer parte do pólo;

2. Considerar as características ambientais e paisagísticas diferenciadas entre cada um dos pólos, de tal maneira que não existisse concorrência, entre eles e sim, que tivessem caráter complementar. Segundo Paraguassú, “essa complementaridade certamente levaria ao visitante a informação da existência das várias Amazônias e, ao mesmo tempo, despertaria seu interesse por conhecer outras características e outros cenários amazônicos”. Ao visitar outro pólo, o turista passaria a gozar de bônus, benefício de preços diferenciados, que iriam diminuindo a cada visita a outro pólo na mesma viagem. Os itens trabalhados são os mesmos que continuam com um peso significativo nos custos de viagens turísticas, tais como deslocamentos (aéreo, terrestre ou náutico) e hospedagens;

3. Destacar que as questões econômica e financeira também compõem o leque de estratégias do GTC. Na segunda metade dos anos 1990, foi negociado com o BID um acordo: o banco reservaria um montante de 200 milhões em favor do Programa. Os empréstimos seriam de acordo com a capacidade de execução dos Estados da Amazônia Legal em períodos de um, dois ou três anos de duração²⁸. Passaram-se dez anos e, até o momento, o PROECOTUR só realizou parte da primeira e única fase, originalmente no valor 13,8 milhões de dólares, dos quais 8 milhões já foram devolvidos ao BID e o prazo de execução prorrogado duas vezes.

O GTC²⁹ era formado por representantes do setor público federal (MMA e IBAMA, Ministério do Turismo/Embratur, Ministério da Justiça/Funai, Ministério da Integração

²⁸ Para o Ex-diretor da Secretaria de Coordenação para Amazônia – SCA a aproximação com o BID significava, em primeiro lugar, que o Brasil não efetuará um empréstimo naquele montante de uma única vez, como historicamente ocorria com os programas de governo financiados por aquela agência de fomento. Assim, não haveria uma dívida firmada por um determinado período e com taxas de juros cujas condições se modificam significativamente, tornando o dinheiro tão ou mais caro que aqueles levantados junto às instituições bancárias no próprio país. As dívidas seriam negociadas em pequenas parcelas, conforme as estratégias e a capacidade de execução, dentro do prazo proposto, e assim sucessivamente, por dez, vinte ou trinta anos, até esgotarem os 200 milhões originalmente reservados para o programa. O desenho de etapa ou fases seria realizado pelo GTC, e de acordo com o andamento das etapas ou fases anteriores, seus resultados e metas alcançados e a própria evolução dinâmica do setor de turismo.

²⁹ No Estado do Pará, o GTC foi formado através do Decreto n.º 4.091, de 05 de junho de 2000, despachado pelo Gabinete do Governador, com a seguinte composição: Secretaria de Indústria e Comércio - SEICOM, Secretaria de Cultura - SECULT, Companhia Paraense de Turismo - PARATUR, Secretaria de Promoção Social - SETEPS, Secretaria de Esporte e Lazer - SEEL, Secretaria de Trânsito - SETRAN, Universidade do Estado do Pará - UEPA, Associação dos Guias de Turismo de Belém - AGTURB, Sindicato dos Hotéis e Restaurantes - SHRDS, Associação Brasileira da Indústria de Hotéis - ABIH, Associação Brasileira de Agências de Viagens - ABAV, Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE, Federação das Indústrias do Estado do Pará - FIEPA e Associação Comercial do Pará - ACP.

Nacional/SUDAM e eventualmente a SUFRAMA, Ministério da Fazenda / Banco da Amazônia), pelos Estados da Amazônia Legal e, pelos representantes dos governos municipais, geralmente através do município que sediava o pólo, onde as reuniões eram realizadas. A garantia de participação do setor privado era concedida a, no mínimo, dois representantes do *trade* estadual, podendo ser ampliado esse número, dependendo do interesse da classe. A sociedade organizada participava representada por ONG'S, tantas quantas estivessem interessadas. Paralelamente às discussões para montagem do Proecotur a SCA/MMA:

Executava uma programação forte em capacitação. Ao longo dos quatro anos, foram capacitadas mais de duas mil pessoas, e grande parte delas se organizaram em Ong's, aproximadamente 15 delas foram criadas por egressos da nossa capacitação, e, assim, as que requeriam passavam a ter assento no GTC. Tinham assento permanente alguns especialistas, como Sílvio Barros, Roberto Mourão, entre outros. Instituições como Sebrae, Sesi, Senac e instituições de ensino e pesquisa participavam, e mais alguns convidados eventuais, pelas suas importâncias acadêmicas, de especialização em turismo ou importância política local, regional ou nacional. Dessa maneira, por quatro anos, esse grupo (GTC) se reuniu com frequência quase mensal. Foram realizadas quase cinquenta reuniões, raras delas fora da região, apenas duas ou três foram realizadas em Brasília.

As reuniões contavam com a participação das mais diversas lideranças locais, algumas por curiosidade, outras para apresentar pleitos e sugestões e outras para registrar reclamações, enfim, era um fórum eclético e muito participativo. Essa foi uma das razões pelas quais o Proecotur recebeu do BID os mais significativos elogios, o que também veio a facilitar o entendimento e a aceitação das inovações propostas pelo Programa, a ponto de o oficial de projeto do banco, o economista Juan Luna Kelsner, pelo entusiasmo que a dinâmica do Proecotur gerava, resolver fazer o seu doutorado em ecoturismo e hoje é professor e especialista no assunto.

O Programa contou com a participação de especialistas na área como Sílvio Barros e Denise Hamú³⁰. Ambos coordenaram a definição do documento oficial do Governo que estabeleceu as diretrizes brasileiras e o próprio conceito oficial de ecoturismo no Brasil. Apesar da existência de uma equipe renomada na área de ecoturismo em âmbitos nacional e mundial, pergunta-se, por que o Proecotur não deslanchou?

Para o ex-diretor da SCA:

³⁰ Denise Hamú exerceu, durante os quatro anos do GTC, a função de secretária executiva.

Um dos maiores entraves, ou melhor, um entrave amazônico que se evidenciou por meio do Proecotur foi a inexistência de empresariado amazônico, guardadas as devidas exceções. Historicamente, os ditos empresários da Região desenvolveram seus negócios e suas fortunas com base exclusiva nas políticas públicas de incentivos fiscais e creditícios, estabelecidas para a região por muitas décadas. O “empresariado” regional nunca participou com os seus próprios recursos. Quando os tem, não inova e não arrisca. O turismo e o ecoturismo são, para eles, coisas novas e sobre as quais eles não têm nenhum domínio, até porque o Brasil e o mundo começam e acabam no Estado onde eles vivem. As poucas inovações e produtos de maior e melhor qualidade desenvolvidos na Região são, na sua quase totalidade, criados, implantados e gerenciados por empresários de fora da Região ou do País, com as costumeiras e honrosas exceções. Esse é um obstáculo a ser superado pela Região, não só na área de turismo, mas em todas as atividades econômicas possíveis de serem desenvolvidas, principalmente aquelas que serão exercidas no contexto do desenvolvimento sustentável.

Hoje há grandes especulações sobre o caminho do Programa. Alguns comentam que ele está em processo de transferência para o Ministério do Turismo – Mtur, com a alegação de que o MMA pretende estadualizar a dívida existente. Diante deste exposto, Paraguassú afirma que “o programa não fez dívida, então por que estadualizá-la ?”³¹.

O Programa passou por uma “recessão” no que tange sua execução. Alguns entraves foram acompanhados por aqueles que estavam envolvidos diretamente e por outros que criaram grandes expectativas quanto à melhoria da qualidade de vida através do Proecotur. Mas, afinal, o que realmente propunha o Programa ? Quais os atores envolvidos ? Quais foram os benefícios que o Programa realizou ?

O Proecotur é um programa co-financiado pelo Governo brasileiro e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e executado pelo Ministério do Meio Ambiente-MMA, sendo sua gerência exercida pelos órgãos responsáveis pela atividade turística em nível de Estado. Tem como objetivo geral promover o desenvolvimento sustentável³² da Região Amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e

³¹ Mais adiante serão discutidas discutiremos estas questões de transferência de pastas do Programa em âmbito estadual.

³² Para Ignacy Sachs (1993, 1995), ao se planejar desenvolvimento sustentável deve-se considerar sete dimensões de sustentabilidade: a social, que implica melhorar substancialmente os direitos e as condições de amplas massas da população e a reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados; a econômica, possibilitando uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos e um fluxo regular do investimento público e privado; a ecológica, que pode ser incrementada pelo aumento da capacidade de carga do planeta terra com um mínimo de danos aos sistemas de sustentação da vida, além da redução de volumes de resíduos e de poluição, por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos, entre outras; a espacial,

meios para implementação de infra-estrutura turística básica, em uma área de abrangência de nove Estados, que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins (MMA, 2002). Seus objetivos específicos são:

- proteger e desenvolver os atrativos turísticos da Região, por meio de medidas como a criação de parques e reservas com manejo específico em ecoturismo;
- criar um ambiente de estabilidade para investimentos em empreendimentos de ecoturismo, mediante definição de políticas e normas e do fortalecimento dos órgãos de gestão ambiental e desenvolvimento turístico estadual, regional e nacional;
- viabilizar operacionalmente empreendimentos de ecoturismo por meio da realização de estudos de mercado, da identificação, desenvolvimento e adaptação à Região de tecnologias para a geração de energia, tratamento de efluentes, etc., e da disponibilização dos resultados para investidores privados;
- viabilizar financeiramente empreendimentos de ecoturismo mediante a ampliação de linhas de crédito específicas para o segmento; e
- melhorar/implantar ou ampliar infra-estrutura básica necessária para viabilizar o aumento do fluxo turístico para a Amazônia Legal.

As principais metas do Programa são: implantar pólos de ecoturismo na Amazônia; criar cerca de 30 mil empregos diretos e 100 mil indiretos; implantar cerca de 10.000 novas unidades habitacionais – hotéis / pousadas e alojamentos na selva; desenvolver as atividades institucional e ambientalmente; promover a cooperação junto às organizações privadas; promover a mudança dos índices de desempenho e melhoria dos padrões de profissionalismo e qualidade dos produtos ecoturísticos existentes e a serem operados; conduzir ações de fortalecimento institucional dos órgãos de meio ambiente locais; identificar, gerar e

voltada a uma configuração rural – urbana mais equilibrada e a uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas; a cultural, buscando raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, privilegiando processos de mudança no seio da continuidade cultural, respeitando as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local; a político-social, que está relacionada à construção da cidadania e à integração dos indivíduos a uma cultura de direitos e deveres. E, para finalizar, a sustentabilidade institucional cujo intuito é criar e fortalecer arranjos institucionais e organismos de representações político-sociais.

disponibilizar tecnologias identificadas; priorizar financiamentos do Banco da Amazônia – BASA / FND (Turismo Verde); estimular a criação da Agência de Promoção de investimentos.

Para o MMA, o Proecotur está dividido em três componentes: 1º) Planejamento e Estudos MMA/SCA - estratégia amazônica de turismo sustentável; estratégias estaduais; planejamento dos pólos; planejamento das unidades de conservação. 2º) Infraestrutura nos Pólos - obras essenciais; projetos para a 2ª fase. 3º), Fortalecimento institucional; assistência técnica; capacitação; gerenciamento.

As ações do Proecotur são voltadas aos benefícios da população local proporcionando o bem-estar social. Dessa forma, é preciso entender como foi implantado o modelo de planejamento do Proecotur na Região. A participação popular foi inserida nesse processo de construção das políticas públicas ? Quem são os formuladores (perfil) das políticas de turismo para a Amazônia ? Foram considerados e/ou respeitados os aspectos culturais das comunidades locais no processo de planejamento do Proecotur ? Será que as classes menos favorecidas são consideradas ou inseridas de fato nesses programas, ou são apenas os grandes empresários e as empresas multinacionais as grandes beneficiadas nesse processo ? A não contemplação desses elementos, que entendemos como fundamentais para o desenvolvimento ecoturístico, podem estimular “boicotes” pelos moradores locais por não se sentirem envolvidos no processo.

Inicialmente, o MMA criou 14 pólos de ecoturismo, envolvendo mais de 60 municípios, em sua fase inicial, em toda Amazônia Legal brasileira, sendo que no Estado do Pará foram definidos três pólos: o Tapajós, o Marajó e o Belém Amazônia Atlântica. Este último, segundo a Sudam (1992), desponta como um dos principais pólos para o desenvolvimento do ecoturismo em toda a Amazônia, uma vez que em seu espaço municipal é marcante a presença de ecossistemas naturais, com exuberantes fauna e flora, rios caudalosos e belas ilhas e praias, áreas propícias à pesca, além de seus atrativos históricos e culturais.

Para se entender de uma forma mais clara a composição visual proposta acima, é necessário discutir alguns conceitos e princípios que abarcam a composição de Programas que têm como base o desenvolvimento regional.

Segundo Michel Porter apud. Petrochi (2001), pólos são concentrações geográficas de organizações e instituições de certo setor, abrangendo uma rede de empresas inter-relacionadas e outras atividades importantes para a competitividade. Eles incluem suprimentos de insumos especializados, tais como componentes, maquinário e serviços, além de fornecedores de infra-estrutura especializada. A essência do desenvolvimento de pólos é a criação de capacidades produtivas especializadas, dentro de regiões, para a promoção do desenvolvimento econômico, ambiental e social.

Em uma leitura voltada para o setor turístico, os pólos são constituídos por: empresas voltadas para a prestação de serviços / produtos finais aos turistas; fornecedores de insumos especializados com alimentos, bebidas, equipamentos e serviços em geral; instituições financeiras; fabricantes ou fornecedores de produtos complementares; provedores de infra-estruturas; entidades governamentais em seus diversos níveis; instituições de ensino voltadas para o treinamento e pesquisas; organizações comerciais e sociais; e empresas de áreas correlatas. “Os pólos são enriquecidos pela participação de empresários, governos, educadores, líderes sindicais, igreja, agricultores e tantos segmentos quantos existam nos seus limites” (PETROCHI, 2001, p. 51).

O pólo ecoturístico é formado por um grupo de municípios que concentram muitos atrativos ecoturísticos. Esses locais foram definidos em reuniões de trabalho nos próprios Estados, ou por meio de estudos de especialistas contratados para identificar os lugares com maior potencial ecoturístico. Vale ressaltar que o possível desenvolvimento de um pólo turístico depende de um sistema que se desenvolve no entorno físico de cenários naturais, históricos, urbanos, culturais ou simplesmente de lazer, sejam eles isolados ou combinados. Crescem ao redor de atrativos turísticos, sempre constituindo, naturalmente, aglomerações geográficas de empresas. É salutar explicitar que o mau desempenho de uma das partes que compõe o pólo turístico pode comprometer o todo, por isso faz-se necessária a integração e a união de todos os atores envolvidos, para discussão, avaliação e solução dos entraves encontrados no processo.

Diferentemente do Prodetur-NE, o Proecotur não nasceu diretamente de uma ramificação do Plano de Turismo – PLANTUR, 1992. O Programa teve seus primeiros

indícios ligados às políticas de turismo iniciadas pela SUDAM, na década de 1977, com a elaboração do documento citado anteriormente, no capítulo I. Indiferença à parte, pode-se afirmar que ambos têm interesses em dinamizar economias em âmbito regional, através do turismo, com a dotação de infra-estruturas básicas com fins de ordenar e/ou organizar a atividade turística e desenvolver³³ setores ligados ao turismo.

Para Rodrigues (1996, p. 160), “todo e qualquer projeto turístico, notadamente os gerados em âmbito da administração pública, devem ser analisados em profundidade tendo em vista”:

- a ideologia subjacente;
- as áreas geográficas objeto de intervenção, principalmente quando se trata de ecossistemas de grande fragilidade;
- a avaliação dos equipamentos turísticos propostos no Projeto, tendo em vista a sua adequação ou inadequação às condições ambientais locais;
- o posicionamento das comunidades no raio de ação do projeto, a fim de que não sejam arbitrariamente destruídas ou socialmente excluídas;
- o reconhecimento dos núcleos de resistência étnico-culturais, como os das comunidades pesqueiras, dentre outras, a fim de reforçar a luta pela valorização de sua cultura.

A autora ainda ressalta que há estratégias a serem adotadas não apenas pelo poder público, mas também pelas instituições envolvidas com os preceitos do turismo sustentável. Assim, para ela, devem ser priorizadas:

- a dinamização de capitais na constituição de microempresas para os setores ligados ao turismo;
- a organização de pequenas empresas turísticas geridas e acompanhadas por membros da comunidade local, que devem funcionar sob uma participação efetiva no mercado turístico;

³³ Segundo Benevides (1996, p. 164) este processo deve ser entendido como meio pelo qual uma sociedade utiliza, crescente, cumulativa e auto sustentada, a sua capacidade produtiva, expressa na ampla dotação dos fatores de produção, no sentido de canalizar essa capacidade para aumentar em quantidade e em qualidade os bens e serviços disponíveis.

- a implantação de equipamentos de lazer³⁴, de iniciativa comunitária em nível de cooperativismo;
- o incentivo à dinamização e estruturação comercial do artesanato local, a fim de evitar a ação de intermediários; o incentivo à indústria caseira de biscoitos, como compotas de frutas e outras iguarias regionais;
- o incentivo ao desenvolvimento de cultivos que forneçam produtos alimentares demandados por hotéis, pousadas, restaurantes e pelos próprios turistas.

A efetivação, de fato, do conceito de sustentabilidade nos projetos gerais, aqui essencialmente sobre o setor turístico, ultrapassa a discussão acadêmica, perpassa pelo interesse público, cabendo uma reformulação nas relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. As dificuldades encontradas pelos gestores públicos, *trade* turístico e uma parcela da sociedade civil interessada no desenvolvimento do setor turístico devem ser compartilhadas a fim de gerar novas metodologias que busquem participação efetiva e igualitária.

Sobre o papel do Estado, ou seja, a situação do turismo na estrutura administrativa pública, o estudioso Mário Carlos Beni (2003) destaca alguns pontos relevantes acerca da atividade:

- dificuldade de interpretar e compreender as diversas posições que o turismo pode ocupar frente à administração pública;
- inclusão do turismo como atividade econômica pertinente à organização administrativa do Estado, mas o que se vê, na prática, é o desencontro de ações ligadas à atividade;
- OMT - não considera o turismo como ramo de produção autônoma, visto que ele se utiliza de vários ramos de produção para se desenvolver.
- dificuldade de definir claramente o setor econômico representativo do turismo na esfera administrativa, refletida na grande diversidade observada em sua organização governamental nos mais variados países;
- hierarquia administrativa a mais variada possível;

³⁴ Aqui a autora cita as pistas de danças regionais, teatros modestos para apresentação de espetáculos folclóricos, salas de reuniões para sediar eventos, para encontros da comunidade, capacitação de professores na área ambiental, entre outros.

- o turismo pode estar relacionado a diversos setores da economia nacional, tais como Ministérios, Secretarias, Departamentos, Diretorias, Serviços, Escritórios, etc.

No quadro abaixo, podemos observar a gama de órgãos públicos a que a atividade turística pode estar relacionada. Talvez por isso, ocorra dificuldade de interação objetiva entre os diferentes órgãos.

Quadro 4: Órgãos Governamentais envolvidos com a atividade turística

ATIVIDADES RELACIONADAS COM O TURISMO	ÓRGÃOS E ENTIDADES RESPONSÁVEIS
Facilitação (ingresso, permanência, deslocamentos internos e saída de turistas).	Ministério das Relações Exteriores Ministério da Justiça – Polícia Federal Ministério da Fazenda – Secretaria da Receita Federal Ministério da Saúde – Secretaria da Vigilância Sanitária Ministério da Aeronáutica – Departamento de Aviação Civil (DAC) e Infraero Ministério do Meio Ambiente – IBAMA
Infra-estrutura	Ministério do Planejamento e Orçamento Ministério de Minas e Energia Ministério dos Transportes Ministério das Comunicações Ministério da Ciência e Tecnologia
Transportes	Ministério dos Transportes Ministério da Aeronáutica Ministério da Marinha
Educação e Capacitação	Ministério da Educação Ministério da Ciência e Tecnologia Ministério do Trabalho Ministério da Indústria e Comércio Ministério do Esporte e Turismo
Atrativos	Ministério do Meio Ambiente Ministério da Cultura Ministério da Indústria e Comércio Ministério do Esporte e Turismo

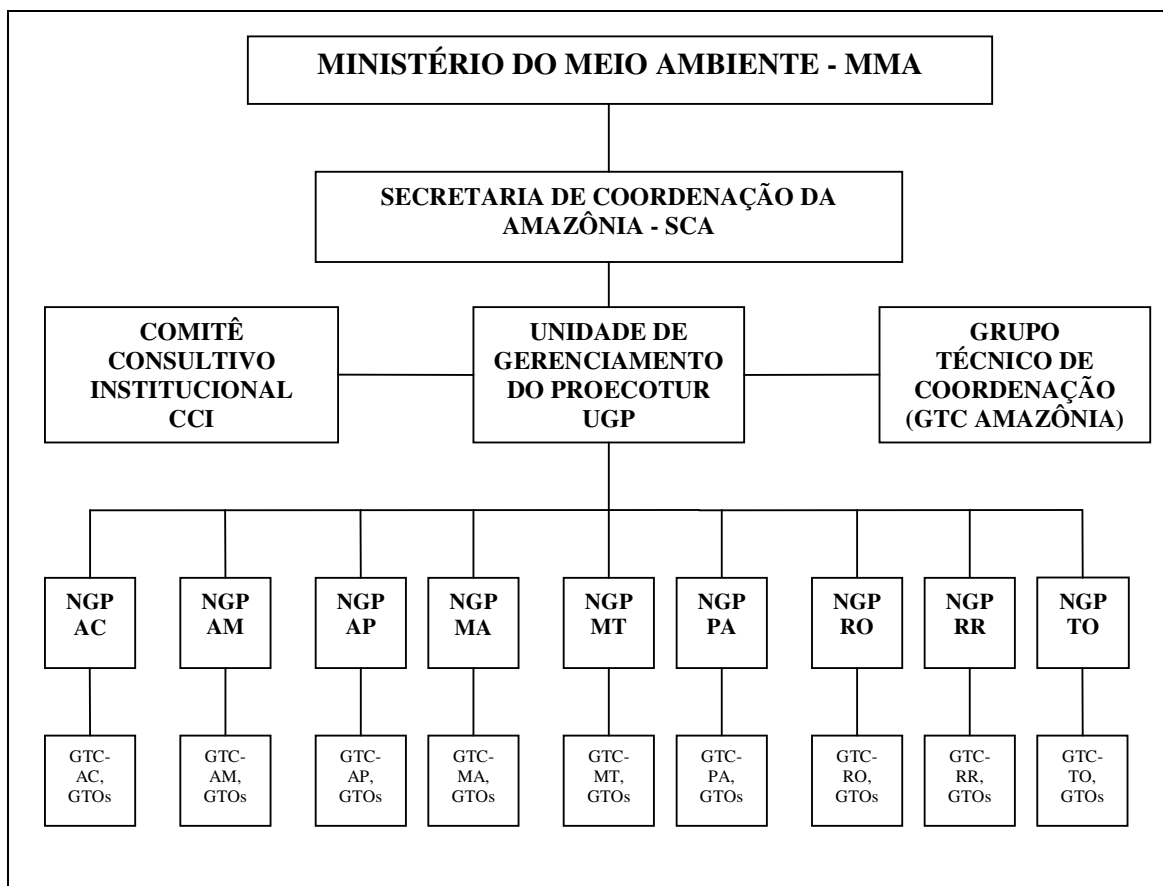
Fonte: IGNARRA, L.R. Fundamentos do Turismo (1999 p. 131) adaptado por NÓBREGA, W.R. M. (2006).

O Proecotur é um programa de planejamento e investimentos do Governo Federal que visa desenvolver o ecoturismo na Amazônia brasileira. Tem o propósito de criar uma estrutura apropriada e implementar condições necessárias para que os nove Estados da Amazônia Legal possam administrar e gerenciar áreas selecionadas para o ecoturismo, de forma responsável e adequada. Sua estrutura é composta de:

- Unidade de Gerenciamento do Programa - UGP, em Brasília³⁵;
- Núcleos de Gerenciamento do Programa - NGP, nos nove Estados da Amazônia³⁶;
- Grupo Técnico de Coordenação da Amazônia³⁷;
- Grupos Técnicos de Coordenação e de Operação – GTC/GTO (nível estadual e municipal), nos pólos de ecoturismo selecionados³⁸.

Segue o organograma criado pelo MMA/SCA para fins de condução e gerenciamento do Proecotur nas esferas federal, estadual e municipal.

Figura 11. Estrutura administrativa do PROECOTUR



³⁵ Criada pela Portaria n.º42, de 30 de junho de 1999, no âmbito da Secretaria de Coordenação da Amazônia SCA do MMA, tem o objetivo de coordenar e executar as ações do Programa. A Unidade está dividida em Coordenação Geral, Gerência Administrativa / Financeira e Consultoria Especializada.

³⁶ Alguns são os objetivos do Núcleo: acompanhar o cumprimento dos objetivos do Programa; conduzir os processos licitatórios; executar as atividades e ações do Programa; discutir e negociar outros investimentos complementares aos do Programa, no âmbito estadual e municipal.

³⁷ O papel do GTC é: assessorar a UGP; acompanhar o cumprimento dos objetivos do Programa; discutir os relatórios semestrais e anuais consolidados; discutir e apoiar documentos técnicos e consolidar o processo de articulação institucional com a sociedade organizada.

³⁸ As atribuições deste Grupo são: consultar a comunidade; supervisionar e acompanhar tarefas de consultores em nível local; preparar a informação de base.

Fonte: Ministério do Meio Ambiente - MMA (2000) adaptado por NÓBREGA, W.R.M. (2005).

Nos pólos selecionados pelo Programa, pretende-se melhorar a infra-estrutura já existente, assim como criar equipamentos e serviços adequados para tornar viável a chegada dos ecoturistas. É importante ressaltar que a prioridade no desenvolvimento de roteiros ecoturísticos para a gerência do Programa está centrada e no interior e entorno das unidades de conservação – UC's, a fim de possibilitar um ambiente para a criação de novas unidades, além de “garantir” a preservação dessas áreas na Região Amazônica. Para o 1º Coordenador do Proecotur no Estado do Pará, Sr. Francisco Fonseca, a premissa de desenvolver a atividade ecoturística apenas em unidades de conservação favoreceu, em parte, a descontinuidade das ações previstas pelo Programa.

[... Havia a prioridade de criar pólos turísticos que apresentassem produtos nas UC's com fins de atender uma demanda em maior escala, preferencialmente estrangeira. Essa condução inicial também resultou no bloqueio do processo, outros produtos poderiam ser priorizados fora de áreas de UC's garantindo, dessa forma, o uso adequado do termo ecoturismo...] [... Concluindo, o Proecotur plantou uma semente de cultura de planejamento, discutiu o conceito, lançou produtos. A premissa de trabalhar com UC's atrasou muito o processo de desenvolvimento do Programa, pelo tempo de maturação de criação dessas áreas, variando de acordo com as modalidades de interesse para implantação o que cria toda uma condição que não se pode fazer do dia para a noite...].

As ações previstas para a implementação do Proecotur estavam estruturadas em duas fases. A 1ª previa pré-investimentos, com prazo de implementação de até três anos (início em agosto de 2000), com objetivo de verificar as viabilidades técnica, ambiental, social e econômica do ecoturismo na Amazônia. Nessa fase, foram elaborados estudos de demandas nacional e internacional do tipo de ecoturismo que a Amazônia Legal poderia oferecer. Avaliou-se a posição competitiva da Região nos principais mercados internacionais e as necessidades e preferências dos ecoturistas. Outra ação prevista, incidia sobre as normas federais e estaduais que afetam o turismo e ecoturismo, bem como sobre as regulamentações financeiras. Nessa fase, buscava-se contribuir para a criação, em cada Estado, do quadro normativo apropriado a um ecoturismo funcional e sustentável.

A 2ª fase caracterizava-se pelos investimentos de infra-estrutura e de capacitação, com prazos previstos de implementação de três anos, em que seriam concentrados recursos disponíveis nos pólos de ecoturismo selecionados pelos Estados participantes.

A situação do Programa no Estado do Pará, mais precisamente no Pólo Belém Amazônia Atlântica, que hoje se encontra em processo de execução será analisado a seguir. É importante dizer que não se esgotam aqui todas as análises preliminares, porém os dados que serão apresentados retratam uma realidade fiel à condução do Proecotur, evidenciando suas conquistas e entraves encontrados.

4.2. O PROECOTUR NO ESTADO DO PARÁ: considerações sobre o Pólo Belém

A concepção inicial do Proecotur foi discutida com o BID, visando à construção de um programa bilateral, atendendo as diretrizes nacionais para uma política nacional de ecoturismo (tais diretrizes já haviam sido discutidas anteriormente ao Proecotur, como vimos neste capítulo). Naquele momento, porém, não havia um instrumento para implementá-lo, ou seja, o Programa carecia de ações norteadoras para efetivação nos Estados da Amazônia.

A coordenação do Programa estava na Secretaria de Coordenação na Amazônia, e cada Estado deveria apresentar seu projeto próprio para a aprovação do MMA/BID, para o financiamento que iniciaria com o pré-investimento, com base em estudo. Segundo Francisco Fonseca, primeiro coordenador estadual, “naquele momento percebeu-se que os Estados amazônicos não estavam preparados para trabalhar com o ecoturismo, não havia massa crítica para gerir programa dessa natureza”. É importante dizer que o Estado do Amazonas se destaca, na Região Amazônica, pela sua organização, ainda que incipiente, porém significativa, em relação aos demais.

Os Estados enviaram suas propostas para avaliação do BID, esboçando-se um investimento em torno de 10 milhões de dólares. Os projetos deveriam ser apresentados enfocando *pólos* a serem desenvolvidos, sem contemplar todo o território do Estado, devido suas enormes dimensões. Outro ponto que credenciava o Estado para alocação de recursos do Proecotur referia-se ao levantamento e à definição de produtos potenciais.

No que tange à estrutura administrativa para o gerenciamento do Programa, cada Estado da Região deveria criar um grupo de trabalho (através de Portaria, para ter habilitação junto ao Proecotur), coordenado pelo órgão responsável, nas secretarias vinculadas à gestão ambiental ou turística. A primeira ação realizada no Estado do Pará incidiu no Pólo Tapajós. Foi realizado um plano de trabalho para aquisição de equipamentos (pré-investimentos),

capacitação dos gestores em unidades de conservação, oficinas. Outra ação efetivada pelo GTC foi a definição dos termos de referência para o estudo de viabilidade, ou seja, foram definidos parâmetros para as empresas que competiriam no processo licitatório, para execução das obras.

Segundo a Companhia Paraense de Turismo – Paratur (2001), o Estado do Pará detém 49,8 % dos atrativos naturais da Amazônia brasileira, recebendo cerca de 40.600 turistas anualmente no Estado, os quais permanecem, em média, 2,5 dias. A geração de renda a partir da atividade turística, no Pará, é de 78,2 milhões de dólares ao ano (destes, 10% estão relacionados aos turistas estrangeiros). Há algumas regiões do Estado com forte potencial atrativo para o turismo, contudo, necessitam de investimentos no que se refere à infraestrutura e à política efetiva de empreendimentos e divulgação do que há de mais belo para ser conhecido pelo turista, tanto em termos da natureza, quanto das manifestações culturais, das mais tradicionais às híbridas, devido a miscigenação dos povos.

Os Estados que obtiveram um maior volume de recursos aprovados foram Amazonas e Pará. O primeiro porque detinha o conhecimento da atividade ecoturística, e o segundo, porque detinha um maior número de atrativos histórico-culturais e naturais. No entanto, os estudos e propostas demoraram muito para serem finalizados. Alguns Estados se organizaram melhor do que outros, diversificando as fontes de recursos, integrando orçamentos já previstos pelos planos plurianuais estaduais conjuntamente aos do Programa. Temos como exemplo o Estado do Tocantins onde os investimentos, oriundos da Eletronorte, incidiram na construção de uma pousada ecológica, voltada basicamente para atender turistas estrangeiros. No local foi realizado estudo de capacidade de carga e dos produtos potenciais para o desenvolvimento da prática ecoturística.

No caso do Pará, as mudanças excessivas nas coordenações atrapalharam a condução da gestão do Proecotur. Para Fonseca, “há uma vocação muito boa quanto aos aspectos de promoção liderada pela Paratur, porém ela não apresenta capacidade de gerenciar atividades de ecoturismo, geralmente implementadas em Unidades de Conservação – UC’s”. Outro problema identificado na gerência do Programa está relacionado com as constantes mudanças na sua condução e a centralização em Brasília. Por outro lado, o Estado não teve a velocidade suficiente para atender ou interagir com as instituições envolvidas para o acompanhamento das avaliações. Segundo Fonseca, “Ainda não temos o conhecimento de como gerenciar Programas desse porte”.

Uma das possibilidades de sucesso era unir forças entre a SECTAM e a PARATUR, haja visto, que o Programa objetivava desenvolver a atividade basicamente em áreas de proteção ambiental, a SECTAM é o órgão que gerencia essas áreas em âmbito estadual. “Entendemos que a transferência do Programa para o órgão oficial de turismo no Estado dificultou o seu desenvolvimento não só porque não há primeiramente por não haver um gerenciamento interinstitucional, mas também porque a Paratur não tem competência legal para gerir unidades de conservação”, complementa Fonseca.

O Proecotur (um programa gigantesco) teve inconsistências, criando, ao mesmo tempo, três pólos de dimensões territoriais consideráveis, o que pode ter levado ao bloqueio do desenvolvimento das “micro-regiões”. O fato de o Estado não ter alcançado os objetivos propostos ajudou o corpo técnico envolvido a refletir sobre a condução do Programa em âmbito estadual.

O Proecotur, no Estado do Pará, segundo Rita Moreira (técnica do Programa e gerente de ecoturismo da Companhia Paraense de Turismo do Estado do Pará – PARATUR), finalizou as obras previstas na sua 1ª fase como: o Centro de Interpretação de Ecoturismo – CECOTUR, implantado no município de Santarém-PA, em 2005. O Centro de Atendimento ao Turista – CATIE, também em Santarém, porém no distrito de Alter-do-Chão, concluído e cedido para a Prefeitura Municipal local, desde junho de 2005. Moreira ressalta que, na fase atual do Programa, estão sendo realizados estudos para o Plano de Manejo do Parque Estadual de Monte Alegre em convênio com o Museu Paraense Emílio Goeldi – MPEG.

Durante a 1ª fase, foi contratado para a realização de pesquisas acerca da viabilidade econômica da atividade ecoturística, o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, sediado no Estado do Rio de Janeiro, escolhendo-se um representante do Proecotur em cada município que integrava os pólos de desenvolvimento turístico. Em consequência da parceria com o IBAM, foi implantado um projeto piloto no município de Tucuruí, PA e outro em Breu Branco, objetivando a melhoria da qualidade ambiental. Técnicos visitaram os municípios para avaliar as ações desenvolvidas. Entendia-se que o desenvolvimento do ecoturismo era possível somente se melhorasse a qualidade do meio-ambiente e, conseqüentemente, das famílias que residiam naquela localidade. O projeto, porém, não teve continuidade.

Ainda sobre as ações, podemos destacar algumas mais concretas:

- em 2003, foram realizadas oficinas de sensibilização turística para organismos como: Secretarias Municipais de Turismo dos municípios de Belterra, Augusto Corrêa / Soure; Conselhos Municipais de Turismo, Ong’s e Associações ligadas à atividade, todas com carga horária de 16 h;

- em 2004, foram realizadas atividades ligadas ao Plano de Gestão de resíduos sólidos;
- em 2005, foram realizadas oficinas de “Qualidade no atendimento aos visitantes”, 24 h/a (município de Santarém – Junho e Julho); “Condução de visitantes em áreas naturais”, 60 h/a (município de Salinópolis - Maio e Junho) e “Planejamento e gestão de negócios em turismo”, 80 h/a (realizada em Belém pelo Consórcio Ruschmann / Mundi service), por solicitação da sociedade marajoara.

Os estudos que antecederam a implantação de infra-estrutura nos pólos foram sistematizados em dois documentos. No pólo Belém / Amazônia Atlântica, “Diagnóstico do potencial ecoturístico do pólo Belém Amazônia / Atlântica” e “Estratégias de desenvolvimento do ecoturismo: pólo Belém / Amazônia Atlântica”, ambos elaborados, em caráter preliminar, no ano de 2003. Uma série de irregularidades foi identificada nesse processo preliminar, razão porque até maio de 2006 ainda não havia sido aprovada a versão final. “Estamos aguardando processo administrativo interno da Paratur para avaliar o Programa e, conseqüentemente, definir ações futuras”, afirma a técnica do Programa no Estado.

A elaboração tanto do diagnóstico, quanto das estratégias de desenvolvimento para o ecoturismo no pólo Belém / Amazônia Atlântica ficou sob a responsabilidade do Instituto Brasileiro de Administração para o Desenvolvimento – IBRAD, empresa selecionada por licitação, realizada pelo Governo do Estado do Pará, através da Secretaria Executiva de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM (responsável pelo gerenciamento do Programa em sua fase inicial).

A etapa posterior de execução do Programa³⁹ seria a implantação de infra-estrutura turística básica (como terminais hidroviários, aeroportos, rodovias, entre outros), além da implantação de infra-estrutura local para os municípios que apresentam potencialidades para o desenvolvimento do ecoturismo.

Marshal, em fins do século XIX, introduziu o conceito de externalidades por aglomeração, destacando a importância de uma empresa estar perto de outras. As vantagens básicas são: disponibilidade de mão-de-obra, proximidade de fornecedores especializados, facilidade de obter informações especializadas, comerciais e tecnológicas.

³⁹ A elaboração de roteiros turísticos foi a grande chave defendida pelo Programa. Hoje estimula-se a roteirização de atrativos presentes na execução do Programa de Regionalização do Turismo - PRT.

O IBRAD analisou o Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará e diagnósticos já existentes do pólo Belém / Amazônia Atlântica⁴⁰, identificando um conjunto de dados que possibilitaram a definição de uma visão global da Região, complementados por informações coletadas *in loco*. O primeiro documento apresentou um perfil dos diagnósticos municipais consolidados, as principais Unidades de Conservação-UC's do pólo Belém / Amazônia Atlântica, mencionando inclusive as de responsabilidade do poder público municipal.

É importante destacar que duas UC's municipais foram contempladas com recursos do Estado e do Programa: o Parque Ecológico do município de Belém (criado pela lei n.º 7.539, de 1991, situado no bairro da Marambaia, com 44,06 ha) recebeu recursos na ordem de ordem de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), para instalação de equipamentos turísticos. O Porto Pelé (objeto de nosso estudo) localizado na divisa do Parque Ecológico da Ilha de Mosqueiro (criado pelo decreto municipal n.º 26.138 de 1993, com fins de preservação, manutenção e restauração desta área que tem 190 ha (PMB, 2000), recebeu (R\$ 260.000,00 - duzentos e sessenta mil reais) para obras de reforma e de ampliação.

A escolha, pelo poder público, das duas áreas citadas foi preponderante na composição de roteiros e circuitos turísticos desenvolvidos para o Proecotur. Acreditamos que sua inserção como parte integrante do Pólo Belém / Amazônia Atlântica foi facilitada pelo fato de estarem situadas na capital do Pará, a qual é o portão de entrada do Estado e da Amazônia Oriental, e pela infra-estrutura existente na cidade. A diversidade de recursos naturais e culturais também são elementos de grande valor para atração de turistas, tanto brasileiros, quanto estrangeiros.

O Estado do Pará tem, por natureza, vocação para o ecoturismo, devido a sua rica flora, fauna, gastronomia e cultura regional. Nesse contexto, incluem-se os municípios que fazem parte do Pólo Belém/Amazônia Atlântica, onde se encontram diferentes ecossistemas, destacando-se sua região insular, costeira, campos, dunas, praias, estuários, manguezais que formam, juntamente com a vegetação litorânea, um dos mais expressivos potenciais ecoturísticos da Amazônia (PROECOTUR, 2003, p.112).

Essas afirmações evidenciam, num segundo momento, concentração de esforços na composição de roteiros que procuraram integrar os atrativos e outros componentes da oferta turística do pólo. A sua formatação obedeceu ao processo de complementaridade dos

⁴⁰ Os municípios que compõem o pólo Belém / Amazônia Atlântica são dez, a saber: Augusto Corrêa, Belém, Bragança, Curuçá, Maracanã, Marapanim, Salinópolis, São João de Pirabas, Tracuateua, e Viseu.

elementos componentes do roteiro, a partir dos diagnósticos municipais levantados. Para isso, o IBRAD estruturou o Pólo em quatro roteiros, a saber:

1. Belém (capital, distritos e Ilhas)⁴¹;
2. Os municípios de Maracanã, Marapanim e Curuçá⁴²;
3. Os municípios de Salinópolis e São João de Pirabas⁴³;
4. Os municípios de Bragança, Augusto Corrêa, Tracuateua e Viseu⁴⁴.

Conforme exposto anteriormente, os critérios adotados pelo IBRAD, para a seleção dos municípios que compõem o pólo Belém / Amazônia Atlântica seguem uma consonância com o Plano Estadual de Desenvolvimento Turístico. Cabe destacar a ausência, no projeto do Proecotur, da definição acerca de algumas terminologias como: circuito, pólos e roteiros. Para ilustrar nossa observação, podemos citar a metodologia utilizada pela empresas contratadas pelo Ministério do Turismo – MTUR, na execução dos documentos referentes ao Programa de Regionalização do Turismo – PRT. As informações geradas,

⁴¹ Neste roteiro foram programados 06 (seis) circuitos: 1º Parque do Utinga (terrestre) – Parque ambiental de Belém (Utinga); 2º Ilha dos Papagaios (Fluvial) Ilha dos Papagaios (observação de Pássaros); 3º Circuito das Ilhas (Flúvio - terrestre) – Ilhas de Cotijuba, Tatuoca, Caratateua e Mosqueiro; 4º Ilha do Combu (Flúvio – Terrestre); 5º Olhos D’água (Flúvio – Terrestre) – Ilha de Mosqueiro, Parque Municipal da Ilha e trilha Olhos D’Água; 6º Orla de Mosqueiro (Flúvio terrestre) – Rio Sucurijuquara e Rio Murubira.

⁴² Neste roteiro foram programados 06 (seis) circuitos: 1º Marapanim, Vila Maú, Vila do Arcênio, Rio Marapanim, Abaetezinho; 2º Marudanópolis, Vila de Algodoal, Praia da Princesa, Lagoa da Princesa; 3º Marudanópolis, Praia do Crispim; 4º Fluvial – Vila de Algodoal, Mocooca, Fortalezinha; 5º Marudanópolis, Camará, Cajutuba – Ilha de D. Pedro / Praia do Saúa, Praia de Ajuruteua; 6º Curuçá, Abade, Ilha de Ipomonga / Praia da Romana.

⁴³ Neste roteiro foram programados 05 (cinco) circuitos: 1º Porto de Cuiarana, Furo Grande e Porto Grande; 2º Porto do Princomar, Rio Japerica, Ponta da Ilha de Fortaleza, Furo das Pretas, Igarapé do Quati e Comunidade Japerica; 3º Porto do Princomar, Furo das Pretas, Porto das Morenas, Comunidade do Campo do sal, Casa do Alemão e Porto do Camaleão; 4º Baía de Pirabas, Furo Grande, Ilha de Tucundeua, Lagoa das Morenas, Ilha de Fortaleza e Ilha do Coqueiro; 5º Baía de Pirabas, Ilha de Itarana e Furo do Araepó.

⁴⁴ Neste roteiro foram programados 05 (cinco) circuitos: 1º Flúvio-marítimo e terrestre (Tracuateua/Bragança/Augusto Corrêa/Viseu: Campos naturais da Flexeira, Praia de Quatipuru-Mirim, Ilha de Canela, APA da Costa do Urumajó, APA da Jabotitua-Jatium, Serra do Piriá; 2º Flúvio – Terrestre (Tracuateua/Mirasselas – município de Capanema): Campos do Cocal, Rio Quatipuru (Lava tudo); 3º Terrestre (Tracuateua / Bragança: Caminho da Estrada-de-Ferro Belém/Bragança, Área de Mangue da Rodovia Bragança/Ajuruteua, Praia de Ajuruteua; 4º Terrestre (Augusto Corrêa: Praia do Pirimirim, Caminho de Birrelhi, Caminho do Pratiçú e Balneário Anoirá; 5º Flúvio-Terrestre (Bragança: caminho interligando Camutá e Vila “Cuera”, Rio Caeté).

cujo público alvo são os agentes de viagens, acompanham definições para um melhor entendimento tanto do profissional quanto do mercado consumidor.

O IBRAD, em documento entregue ao Proecotur, afirmou o seguinte sobre os roteiros turísticos: “Considerou-se a atratividade como fator importante no sentido de se ter capacidade de gerar um fluxo de ecoturistas cuja motivação para o deslocamento até o destino esteja na qualidade da oferta de produtos e serviços locais” (PROECOTUR, 2003 p. 9).

As análises realizadas pela consultoria que venceu a licitação, com fins de efetivar os estudos de viabilidade do setor, apontaram algumas intervenções para o desenvolvimento da atividade, apresentando uma série de proposições, originadas de observações em campo, consideradas imprescindíveis para a estruturação do produto naquele pólo. Ficou constatado que a Região tem um elevado déficit de infra-estrutura básica, como, por exemplo, ausência de um sistema de saneamento (abastecimento de água e coleta de esgoto) eficaz. Nas áreas rurais mais distantes dos centros urbanos, a situação é, muitas vezes, muito mais grave.

O documento “Estratégias de desenvolvimento do ecoturismo no pólo Belém / Amazônia Atlântica”, elaborado pelo IBRAD, não aponta conflitos agrários na área do pólo. No entanto, em visitas realizadas de janeiro de 2005 a janeiro de 2006, observou-se uma série de problemas vinculados à questão agrária, notadamente na área do entorno do Parque Municipal de Mosqueiro, nas localidades de Espírito Santo; Caruaru de Baixo; Caruaru de Cima, Tucumandeuá; Itapiapanema e Castanhal do Mari-Mari.

Estudos realizados em campo possibilitaram a compreensão das dinâmicas social, econômica, cultural e ambiental das famílias que dependem, eminentemente, de recursos naturais como: coleta de frutos, de sementes para a confecção de artesanato, pesca, agricultura e produção de carvão vegetal. As duas últimas atividades têm uma expressão maior na economia local, conseqüentemente são os dois setores que descaracterizam, de forma agressiva, a paisagem local, percebendo-se grandes excessos, com crescimento desordenado, enfim, uma catástrofe para a proteção do meio ambiente. O aumento no número de residências ocupando “sítios”⁴⁵ na área mencionada já aponta alguns locais de grande antropização, como podemos observar na figura abaixo.

Figura 12: Áreas de desmatamento em Caruaru.



Fonte: NÓBREGA, W. R. M. (2006).

O IBRAD apesar de não incluir essa problemática agrária no documento por ele elaborado, desenhou um produto em uniformidade com as políticas de turismo, em âmbito municipal, como no caso da Trilha Olhos D’água, configurada como um roteiro flúvio – terrestre, no arquipélago de Mosqueiro. Nos últimos 02 anos, a trilha passa por um processo

⁴⁵ Denominação utilizada pelos moradores locais para áreas ocupadas no entorno do Parque Ecológico de Mosqueiro.

de degradação ambiental nos seus arredores, havendo uma grande ameaça de descaracterização da área para a prática do ecoturismo.

Vale ressaltar que a falta de regularização fundiária é um grande obstáculo para o controle e fiscalização dos órgãos competentes, dada a grande escassez de recursos humanos para tal. Como impedir que as populações residentes naquela área devastem áreas para plantio de agricultura, basicamente de subsistência? Com raras exceções, certas famílias conseguem ter uma renda familiar de R\$ 600, 00 (seiscentos reais). Entretanto, quase sempre, a realidade é cruel para a maioria que ali reside, com uma renda mensal familiar que não ultrapassa os R\$ 150, 00 (cento e cinquenta reais), conforme identificado durante a pesquisa de campo.

Nesse cenário de grandes dificuldades, o Poder Público municipal, na gestão compreendida no período de entre 2000-2004, através da Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SEMMA, idealizou o projeto de reforma e ampliação do Porto Pelé. Naquele momento, o estado de conservação era precário, muitas pessoas que utilizam o Porto como elo para venda de produtos primários tinham dificuldades no desembarque e na locomoção ao longo da ponte, principalmente os mais idosos. O projeto inicial, entretanto, foi alterado, sendo suprimidas algumas ações previstas como a desapropriação das famílias que moram na área direta do Porto Pelé (atualmente em número de 05) e a implantação de um “centro cultural” conforme exposto na figura 17, legenda n.º 8.

A intenção do Poder Público para investimentos na área do Porto Pelé seguia um requisito do Proecotur, que era dotá-lo de equipamentos para suporte da atividade turística, a fim de atender e expandir o fluxo de visitantes em unidades de conservação-UC's (seguindo as orientações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC).

É relevante frisar que Porto Pelé é de extrema importância no contexto espacial do arquipélago de Mosqueiro, pois desde 1983, quando um senhor conhecido como Pelé, instalou uma serraria, na área e construiu o porto, este é utilizado como um entreposto

comercial pelas populações que vivem no entorno do Parque Ecológico (e adjacências), abastecendo com percentuais significativos o mercado do DAMOS.

Figura 13: Vista do flutuante no Porto Pelé.



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. (2006).

A influência direta do Oceano Atlântico, aliada aos baixos níveis do continente em relação ao mar, possibilitam uma variação de volume d'água significativa dos rios amazônicos. No Porto Pelé, o rio Tamanduaçu varia entre 1,5 m a 2,0 metros de profundidade durante os períodos de preamar e baixamar, conforme observado durante as pesquisas de campo. Por isso, o flutuante foi um equipamento necessário para facilitar o embarque e desembarque de mercadorias, advindas das áreas rurais de Mosqueiro, e dos usuários, permitindo dessa forma que pessoas idosas ou com necessidades especiais pudessem se deslocar com maior comodidade e segurança. Vale ressaltar que a reforma e ampliação do Porto foi uma reivindicação de todos que o utilizam, apesar de o Projeto não atender as expectativas em sua totalidade.

Outro ponto a ser destacado relaciona-se ao distanciamento que os moradores de Caruaru e localidades vizinhas enfrentam para comercializar seus produtos, havendo a necessidade de um deslocamento de cerca 1 km até o mercado municipal. O alto custo para o transporte de produtos ao mercado encarece cerca de 30% o valor final, repassado para o consumidor. Assim, os moradores, em reunião informal para esta pesquisa, sugeriram a instalação de uma feira livre na área do Porto, para diminuição de custos e uma maior comodidade dos feirantes.

Como já citado anteriormente, houve a necessidade de readequar o projeto inicial que pleiteava outros investimentos e ações de estruturação, como a da feira, não foram concretizadas por falta de recursos financeiros.

Não há um consenso quanto ao montante dos investimentos iniciais do programa. Formuladores e gestores de políticas públicas no Estado do Pará são divididos no que tange ao volume de recursos alocados diretamente para execução do Proecotur. O quadro abaixo apresenta uma sistematização de dados sobre recursos orçamentários até o ano de 2000, momento em que a SECTAM gerenciava o programa em nível estadual.

Quadro 5 - Consolidação do volume de recursos do Proecotur em 2000.

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS DO PARÁ – CONVÊNIO MMA/S/CA n.º 2000 cv 0066					
Concedente / MMA			Proponente / Sectam		Total
R\$ 788.300,00			R\$ 78.830,00		R\$ 867.130,00
ATIVIDADES	Unid/ Medida	EXERCÍCIO / 2000		Exercício / 2001	
		Programado	Atendido	Programado	Reprogramação
1.Aquisição de equipamentos	Unidade	91.700,00	91.700,00	–	–
2.Estratégia de ecoturismo para a região de Belém, Costa Atlântica	Estudo	90.000,00	90.000,00	–	–
3.Estratégia de ecoturismo para a região do Marajó	Estudo	144.000,00	144.000,00	–	–
4 – Estudo de planos de manejo, uso público e ecoturismo em unidades de Conservação	Estudo	54.000,00	54.000,00	396.000,00	–
5.Plano de Desenvolvimento do Pólo Ecoturístico do Tapajós	Estudo	90.000,00	90.000,00	–	–
6.Projeto de implementação do terminal fluvial turístico no rio Tapajós - Santarém	Unidade	129.600,00	129.600,00	–	–
7.Projeto de implementação do Centro de Interpretação do Pólo Tapajós	Unidade	40.500,00	–	–	–
8.Projeto de implementação do terminal fluvial turístico no rio Tapajós (Alter do Chão)	Unidade	93.600,00	–	–	–
9.Projeto de implementação do Centro de Atendimento ao turista (Alter do Chão)	Unidade	54.900,00	–	–	–
10.Estudo de manejo da ictiofauna	Estudo	–	–	72.000,00	–
11.Projetos básicos de redes de água potável, de esgotos e de tratamento de lixo (Alter do chão)	Unidade	–	–	108.000,00	–
TOTAL	–	788.300,00	788.300,00	576.000,00	–

Fonte: Palestra ministrada em Brasília, MMA, 2000.

Pelo exposto, percebe-se uma grande atenção do Estado no desenvolvimento do segmento ecoturístico na área do pólo Tapajós. Segundo o técnico da Diretoria de Proteção ao Meio Ambiente – SECTAM, Sr. Crisomar Lobato, em entrevista concedida no dia 20/02/06, a escolha inicial do pólo decorreu da grande diversidade de recursos naturais conservados ali encontrados, o que “facilitou a criação de Unidades de Conservação-UC’s, (um dos principais

interesses do Programa era trabalhar com áreas de conservação legalmente constituídas), bem como a postura do Poder Público da região que foi determinante para decisões de ordem político-administrativas”, afirma.

No decorrer deste trabalho, abordou-se diferentes políticas públicas realizadas em diversas esferas governamentais, mas o foco central foi o Proecotur, idealizado em meados da década de 1990 (efetivado somente no final dessa década). Alguns entraves, sobre a implementação do Programa, foram identificados ao longo da nossa pesquisa, a saber:

1. grandes áreas territoriais na delimitação dos pólos;
2. interligação do fluxo de visitantes entre pólos, prejudicada devido as dificuldades de circulação pelo território amazônico, localizado em área com densa rede de drenagem.
3. “imposição” dos organismos financiadores para a criação de unidades de conservação para o desenvolvimento da prática ecoturística;
4. estrutura interinstitucional não adequada para a busca dos resultados propostos⁴⁶;
5. sucessivas mudanças na coordenação do programa;
6. a troca da coordenação do Programa da SECTAM para a PARATUR dificultou, de certa forma, o andamento do Proecotur, haja vista que não há uma comunicação transparente entre os dois órgãos.

⁴⁶ A representatividade dos GTC e GTO's, principalmente através dos órgãos públicos, não trabalhava em consonância com os programas e projetos já em andamento, inviabilizando, dessa forma, o desenvolvimento do Proecotur. Há uma sobreposição em diferentes políticas públicas ligadas diretamente e/ou indiretamente ao setor turístico. Por exemplo, alguns municípios que participaram do PNMT não estão ligados ao Proecotur e, conseqüentemente, não foram contemplados no PRT.

5. A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO DEMOCRÁTICA: Apresentação de resultados e discussões.

O capítulo anterior abordou a gênese de criação de uma política pública específica do Governo dos estados amazônicos brasileiros, evidenciando-se alguns entraves e possibilidades de desenvolvimentos econômico, social, cultural e ambiental corroboradas caso houvesse uma implantação eficiente e adequada do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – Proecotur.

Reservou-se para este momento a discussão final, identificando o grau de participação popular no processo de desenvolvimento turístico regional. Vale ressaltar que o foco principal é detectar como as comunidades receptoras da área de estudo, Porto Pelé e Caruaru, participaram de implantação parcial do Proecotur, pois são as que interagem diretamente com o público de turistas.

5.1. Procedimentos metodológicos

Realizou-se trabalho de campo, com visitas esporádicas, entre os meses de julho de 2004 a fevereiro de 2006. O registro fotográfico foi efetivado, em quase sua totalidade, pelo autor do trabalho, com exceção de alguns, que compõem o acervo da família Meira.

Utilizaram-se métodos de observação e diálogos informais com visitantes e a população residente nas áreas do porto Pelé e Caruaru. Dados primários foram coletados junto às comunidades locais, *trade*⁴⁷ turístico a *Amazon Incoming Service* única agência de receptivo a operar naquelas localidades até o presente momento. Naquele momento, buscava-se investigar o grau de conhecimento do *trade* em relação ao Proecotur. Os formuladores e/ou gestores de políticas públicas do Proecotur (num total de dez indivíduos) foram de grande importância para desenhar-se o mosaico do Programa no Estado do Pará. Utilizou-se a técnica de amostragem não-probabilística por julgamento, técnica essa em que o pesquisador seleciona o que acredita ser a melhor amostra para o estudo de um determinado problema,

⁴⁷ Referente aos fornecedores de produtos e serviços turísticos (empresários).

Dencker (2001). O objetivo junto aos atores era entender o planejamento e o andamento das ações referentes ao Proecotur.

Considerou-se como personagens importantes no processo de formulação e gestão de políticas públicas do Proecotur para Belém do Pará:

- primeiro coordenador do Proecotur no Estado do Pará;
- ex-diretora para áreas verdes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Belém;
- quarta coordenadora do Proecotur no Estado do Pará, ainda quando o Programa estava sob a coordenação da Secretaria de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará – SECTAM;
- técnica responsável pelo Programa no Estado do Pará Paratur / Proecotur;
- atual coordenadora do Proecotur;
- técnico do Proecotur durante a 1ª gestão no Estado do Pará;
- terceiro coordenador estadual;
- ex-diretor da Secretaria de Coordenação da Amazônia
- gerente de acompanhamento do Proecotur durante a segunda e terceira coordenação.

Sobre a comunidade local, foram fixados os seguintes objetivos: identificar as características da identidade cultural; investigar o grau de conhecimento que a população tem em relação ao Proecotur.

A população trabalhada durante a pesquisa é constituída por todas as famílias do Centro de Caruaru e comunidades do entorno, constituída por 48 famílias. Para a coleta de dados foi considerada uma amostra probabilística simples⁴⁸, levando-se em consideração o número total de famílias. A amostra foi calculada com base em um erro máximo menor que 3%, considerando um nível de significância de 95%. Dessa maneira, a amostra obtida foi de 28 famílias, distribuídas aleatoriamente.

⁴⁸ Vale ressaltar que utilizamos esta amostragem dada a dificuldade da realização do censo naquela localidade, como proposto inicialmente. Algumas foram as razões que nos permitiram estas mudanças: grande distância entre os domicílios, cerca de 300 a 500 metros chegando até a 02 quilômetros; o número de domicílios fechados por motivo de uso em caráter de “segunda residência”, haja vista que grande parte dos moradores das comunidades no entorno do Parque Ecológico de Mosqueiro tem residência na Vila do DAMOS.

O processo metodológico utilizado para identificar os níveis, a partir da matriz sugerida por Diaz Bordenave, foi inicialmente aplicado na 1ª semana de julho de 2004, com término em fevereiro de 2006. Foram entrevistadas 28 famílias distribuídas entre o Porto Pelé, comunidades de Tucumandeua, Itaperinha, Castanhal do Mari Mari, Itapiapanema e Caruaru, esta última com um número de 15. Utilizaram-se entrevistas estruturadas e semi-estruturadas (mista), gravadas e posteriormente transcritas.

Fórmula para o cálculo do tamanho da amostra

$$n_o = \frac{pqZ^2 N}{pqZ^2 + (N - 1)\epsilon^2} \quad n = \frac{n_o}{\left(1 + \left(\frac{n_o}{N}\right)\right)}$$

- **Z** ⇒ Valor tabelado, oriundo da Distribuição Normal, considerando 95% de confiança.
- **N** ⇒ Tamanho da população
- **□** ⇒ Erro máximo admitido
- **n₀** ⇒ Tamnaho inicial da amostra. Se $n_0/N > 5\%$, deve-se aplicar a correção para obter o valor de n. Se $n_0/N < 5\%$, então $n_0 = n$.
- **n** ⇒ Tamanho final da amostra

Durante a pesquisa de campo, foi utilizada a técnica de observação e a aplicação de entrevistas através de formulários estruturados (sistemáticos). A grande vantagem dessa técnica é o fato de permitir o registro do comportamento no momento em que ele ocorre. O modelo do formulário adotado junto à comunidade local foi construído e adaptado a partir do Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável, elaborado pela *World Wild Foundation – WWF*, conforme pode ser observado nos apêndices deste trabalho. Os depoimentos dos moradores locais foram de grande riqueza para esta pesquisa, oferecendo informações, na sua maioria inéditas, no que concerne a dados que podem estabelecer diretrizes capazes de induzir o desenvolvimento da comunidade ora estudada.

Sobre a história oral, Montenegro (1992) demonstra que, ao lado do que a escrita e a imagem registram, existe uma outra visão dos acontecimentos que pode ser recuperada pela

memória. O depoimento oral é uma outra maneira de construir a história, em que se descobre um processo de socialização, de uma visão de passado, presente e futuro, de forma consciente/inconsciente.

5.2. PARTICIPAÇÃO POPULAR: bases para construção de um modelo

Percebe-se, atualmente, uma grande preocupação em se definir um planejamento que tenha como marco estruturador a gestão democrática. O que parece uma tarefa fácil tem mostrado avanços e entraves em diversas cidades brasileiras, independente de raízes ideológicas e/ou partidárias. Não obstante, pretende-se contextualizar a gestão do município de Belém, Estado do Pará, tendo como marca fundamental a participação popular no processo decisório de políticas públicas, a partir do ano de 1997, ano em que se inicia o “governo popular”, até o presente momento.

Dallari (1984), falando sobre as questões de ordem social, aponta que, quando são afetados os interesses fundamentais de um indivíduo ou de um grupo social, todo conjunto da sociedade sofre conseqüências de alguma espécie, em menor ou maior escala. Portanto, a necessidade de tomar decisões está implícita nos dias atuais, principalmente quando há uma tendência inerente na sociedade globalizada em aproximar os poderes público, privado, terceiro setor e a comunidade local, convergindo para direções, eminentemente sociais e políticas.

A “política” se refere à vida na polis, ou seja, à vida em comum, às regras de organização dessa vida, aos objetivos da comunidade e às decisões sobre todos esses pontos. “Política é a conjugação das ações de indivíduos e grupos humanos, dirigindo-as a um fim comum” (Op.cit. 1984, p. 10). Pensar em política é cuidar dos diversos problemas inerentes à questão de interesse da coletividade, portanto a participação ou não no processo político nos

torna responsáveis pelas decisões de escala macro, bem como pelas ações em menores proporções.

A história da humanidade revela a existência de uma luta constante para que o maior número possível de pessoas participe das decisões políticas. Nos tempos modernos, houve um grande avanço em tal sentido, por vários motivos, como: a concentração das pessoas nas cidades e o aperfeiçoamento das técnicas de comunicação, favorecendo o despertar das consciências e uma ação conjunta, bem como a proclamação, na Declaração Universal de Direitos, de que a todos os indivíduos deve ser assegurado o mesmo direito de participação política (DALLARI, 1984).

No território nacional são poucas as experiências bem sucedidas quanto à participação comunitária em projetos turísticos. Hoje há uma intenção de aprofundar a discussão entre os diversos atores ligados à atividade, porém o envolvimento comunitário no processo de planejamento e na condução de ações tem um papel diferencial na busca da equidade social, tão almejada na sociedade contemporânea.

Para Marta Irving (2001, p. 37), “O conhecimento demanda participação e um saber intrínseco das próprias sociedades humanas em seus núcleos mais simples, capazes de expressar singularidades, símbolos e expectativas”. Tal afirmativa nos remete à idéia de que as experiências ocorridas no território nacional frente às políticas públicas geraram grandes expectativas sobre diversos atores. Na Amazônia, as políticas existentes, discutidas e implementadas desde a década de 1970, acompanharam o mesmo processo e, na década de 1990, também foram reproduzidas por meio do Proecotur.

A participação dos diversos atores envolvidos no Proecotur é muito relativa. Na realização da pesquisa de campo, para esta dissertação, uma das condicionantes foi identificar o grau de participação das comunidades envolvidas no Programa, mais precisamente na localidade de Caruaru, no entorno do Parque Ecológico de Mosqueiro, no município de Belém. Ao investigar se houve consulta prévia (antes da implementação do Proecotur) sobre as prioridades de ações ligadas às atividades turísticas, percebeu-se, com surpresa, percebemos que apenas uma pequena parcela, tinha conhecimento do Programa, porém, de forma superficial.

Ora, por que ficar surpreso ? A retórica do Proecotur é baseada no bem estar das comunidades receptoras, portanto, teoricamente, imagina-se encontrar um nível elevado de participação popular.

Muitos povos de diferentes regiões brasileiras almejam e buscam, de forma organizada ou não, melhorias socioeconômicas, seja individualmente ou de forma coletiva. A

busca pelo conforto, ou melhor, pela minimização da vida sofrida que muitos povos da Amazônia têm, com falta de saneamento, dificuldade de acesso aos serviços de saúde pública, transportes deficientes, entre outros, de uma forma ou de outra já foi pontuada por promessas e/ou discursos políticos ou mesmo já foi objeto de estudo de diversos pesquisadores de universidades na Região.

A política pública tem a função de contemplar interesse geral da sociedade, no entanto, como aponta Canclini (2001), junto com a degradação da política e a descrença em suas instituições, outros modos de participação se fortalecem, embora os cidadãos, como um todo, não percebam de fato seus direitos e deveres.

Atualmente, qualquer pessoa com o mínimo de informações, adquiridas através de jornais, rádio, televisão, congressos, reuniões de associações e/ou audiências públicas, ou mesmo pela troca de informações com outros interessados, pode, de alguma forma ter opinião própria sobre determinado tema e exteriorizá-la em público. No entanto, há questões básicas que obstruem a condução do processo, de forma clara e transparente: o baixo nível de educação de grande parte da população e a falta de consciência dos direitos e deveres de um cidadão, ou seja, o desconhecimento (ou acomodação) sobre as possibilidades de se exercer uma cidadania plena, participando ativamente das decisões sobre a comunidade. Será que os atores envolvidos no processo de decisão pertencem à mesma classe social? A diversidade de interesses se desdobra desde o pescador, agricultor, até os grandes empresários do *trade* turístico, portanto o acesso à educação é uma premissa para a constituição do elemento participativo.

As ações do Proecotur sustentam-se sobre um bojo diversificado de benefícios nas diferentes esferas voltadas para a população local. Dessa forma, é preciso entender como foi implantado o modelo de planejamento do Proecotur na Região estudada.

A participação popular foi inserida no processo de construção das políticas públicas?
Quem são os formuladores (perfil) das políticas de turismo para a Amazônia? Foram considerados e/ou respeitados os aspectos culturais das comunidades locais no processo de planejamento do Proecotur? Será que as classes menos favorecidas são consideradas ou

inseridas de fato nesses programas, ou são apenas os grandes empresários e as empresas multinacionais, os grandes beneficiados ?

Esses foram alguns questionamentos que se pretendia elucidar no decorrer desta pesquisa, a fim de entender e sugerir novas relações entre o poder público, o privado, as Ong's e a sociedade civil. Tal elucidação se faz necessária para o avanço nas discussões sobre uma participação mais equitativa das comunidades locais, avaliando o Proecotur, no município de Belém.

Hoje, em âmbito mundial, a prática do processo de participação está difundida em uma escala maior, porém ainda há os que não têm interesse, por se considerarem impotentes para exercer alguma ação direta para solução de determinados problemas. Essa impotência admitida está, intrinsecamente, ligada ao processo educacional, refletindo sobre questões políticas, sociais e econômicas.

Dallari (1984) aponta algumas experiências que têm demonstrado que entre as classes mais humildes, amadurecidas pelo sofrimento, há mais solidariedade e espírito comunitário do que entre as classes mais ricas e socialmente privilegiadas. Para o referido autor, “sempre que só um pequeno grupo decide, é inevitável que esse grupo se corrompa, perdendo de vista sua responsabilidade social, e acabe dando preferência aos seus próprios interesses” (Op.cit. 1984 p.38).

Vários são os desafios a serem alcançados pelos gestores de cidades, não somente no território brasileiro, mas em escala mundial. Vale ressaltar que os obstáculos somente serão superados se houver grande “vontade política”, ou seja, empenho verdadeiro para a solução dos diferentes problemas com que os administrados normalmente se deparam. Outras variáveis como: recursos financeiros, corpo técnico capacitado e modernização de equipamentos físicos e tecnológicos compõem a estrutura necessária para um bom desempenho da gestão das políticas públicas, em especial na Região Amazônica, área com grandes interesses das empresas multinacionais - EMNs.

Dentro da concepção participativa no processo de inserção das camadas “dominadas”, Demo (1988) diz que:

Sempre existem grupos minoritários dominantes, que tentam impor-se à maioria e fazer dela o sustentáculo de seus privilégios. Há na sociedade mais conflito do que harmonia. Tal contexto explica a tendência natural e esperada da política social pública de ser instrumentalização do controle social e da desmobilização. Participação será interessante enquanto legitimar a ordem vigente. Do ponto de vista dos donos do poder, interessa a participação consentida e tutelada (DEMO, 1988, p. 84).

Na área delimitada para o desenvolvimento desta pesquisa, observou-se uma relação desequilibrada dos diferentes atores, apesar de não haver grandes grupos econômicos atuando diretamente naquela localidade, em decorrência de uma evasão de capital e, o mais agravante, um índice muito baixo de escolaridade.

No entanto, possíveis reduções de custos em projetos, tanto físicos quanto sociais, poderiam ser sanadas se as comunidades que vivem e operacionalizam equipamentos, sejam eles de caráter público ou privado, fossem incorporadas através de um planejamento estratégico. Para Furtado (1994), se envolvêssemos, de fato, as comunidades tradicionais, teríamos enormes chances de elaborar modelos e programas de desenvolvimento eficazes para a Região Amazônica, pois, considerando-se a sabedoria popular do caboclo, saberíamos o que busca a população local.

Formas de instrumentalização já foram citadas no capítulo 1, quando se apresentou a importância do planejamento participativo para a construção de um fórum de discussões e busca de possíveis soluções através de atitudes/ações compartimentadas, gerando dessa forma uma gestão compartilhada.

Várias são as formas de aproximação de diferentes atores na busca da participação política. Na democracia representativa, o povo escolhe representantes e, através deles, manifesta sua vontade. Para isso foi desenvolvido o processo eleitoral, surgindo, então, os personagens eleitor e candidato. Outra forma de participação é a individual e/ou coletiva, esta somente é possível se realmente os indivíduos estiverem dispostos a lutar pelas mudanças e aceitar suas conseqüências. A concretização desse estágio só será possível se o coletivo tiver com conhecimento suficiente, que pode ser alcançado por mecanismos citados anteriormente, ou seja, um preparo intelectual é fundamental para pressionar o poder, para que a partir de então serem ouvidas, havendo uma maior possibilidade de sucesso quando esta articulação

ocorre na forma de grupo. Há também a participação eventual e organizada: “a organização tem maior possibilidade de assegurar continuidade do trabalho, pois mesmo que algum dos membros deixe de agir por qualquer motivo, os outros poderão prosseguir” (Dallari, 1984 p. 43).

Na sociedade pós-moderna, talvez por pressões dos mais diversos segmentos da sociedade civil organizada, percebe-se, ainda que de forma tímida, um cuidado maior na concepção de planos, de projetos e de programas. Sobre uma maior participação da sociedade em decisões políticas que implicam uma intervenção direta na qualidade de vida da população, pode-se citar algumas experiências brasileiras, como a implantação do Orçamento Participativo nos municípios de Boa Esperança (SP), Lages (SC) e Piracicaba (SP), estes durante o regime militar, com resultados pouco expressivos; e nas capitais de São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre com melhores resultados⁴⁹.

Depois da aprovação da Constituição de 1988, algumas cidades começaram a utilizar o chamado orçamento participativo – OP, segundo Somarriba e Dulci (1997) (apud. Figueiredo, 1998). Essas ações são importantes uma vez que tratam diretamente da qualidade de vida da população local e, conseqüentemente, beneficiam os turistas no que se refere aos equipamentos infra-estruturais que dão suporte ao desenvolvimento do setor.

No município de Belém, houve uma experiência para aproximar o poder público municipal dos cidadãos. A Coordenação Geral da Secretaria Municipal de Coordenação Geral de Planejamento e Gestão – SEGEP lançou, em 2001, o Congresso da Cidade. Foram mobilizadas cerca de 25 mil pessoas, assim como instituições do poder público municipal, além das principais entidades de defesa dos direitos humanos e organizações populares da sociedade civil. De acordo com a Prefeitura Municipal de Belém, o processo de construção do Congresso se deu através de debates consultivos, discussões em grupos, em que se buscava a proposição de ações coletivas bem como esclarecer dúvidas acerca do funcionalismo dos órgãos públicos (SEGEP, 2001).

⁴⁹ Os resultados focaram-se em ações como implantação e gestão do orçamento participativo bem como Congressos públicos, em âmbito municipal, para contemplação das políticas setoriais cuja decisão era compartilhada com representantes da sociedade. Para maiores detalhes ler AGUIAR, R. **Direito do meio ambiente e participação popular**. Brasília: MMA/IBAMA, 1994.

Várias foram às críticas ao modelo adotado pela Prefeitura Municipal através desse mecanismo de deliberações populares. Uns acreditavam que não passava de uma participação “enrustida”, em que ações eram manipuladas pela máquina pública, outros a defendiam, e ainda continuam, de forma veemente. Governar com participação popular não é tarefa fácil “exige esforço de todos, de pessoas que acreditam que somente participando, se informando, poderá ocorrer alguma mudança. Somente participa quem não está acomodado, quem não está satisfeito, quem acredita nas possibilidades de mudança” (PMB, 2002).

As contradições inerentes à integração da Amazônia têm gerado formas organizativas de resistência em diferentes segmentos da população que vive nessa região. Nações indígenas lutando pela garantia de suas terras, seringueiros garantindo a existência de seringueiras vivas, população urbana procurando o direito à moradia, agricultores sem terras lutando pela sua sobrevivência.

Aqui não cabe detalhar o processo que a PMB encontrou para aproximar as intenções administrativas da vontade popular, embora seja de fundamental importância explicitar como funcionava o processo de escolha dos representantes nos Congressos, uma vez que seria inviável convocar toda população para um mesmo espaço, ou até mesmo em locais e datas diferenciados. Para isso, foram realizados três Congressos⁵⁰, a partir de abril de 2001, estendendo-se até o ano de 2003. Houve dezenas de oficinas e reuniões preparatórias antecedendo os Congressos. A princípio a participação ocorreu nos distritos definidos pelo Plano Diretor de Belém (1993), conforme citado anteriormente no capítulo II, num total de 48 Congressos Distritais com as seguintes temáticas:

1. Desenvolvimento Urbanístico e Ambiental⁵¹;
2. Desenvolvimento Humano por uma economia solidária⁵²;
3. Gestão democrática e qualidade social do serviço público;
4. Desenvolvimento Humano por uma cidadania cultural⁵³;

⁵⁰ Em 2004 foi realizado o 4º Congresso da Cidade, no entanto a sistematização das discussões geradas durante as plenárias não conseguimos acessá-las.

⁵¹ Neste eixo algumas metas eram buscadas com o Projeto “Abrindo janelas para o rio e resgatando a cultura local”, através da reforma do Ver-o-Peso, reconstrução da Praça do Pescador, Restauração do Solar da Beira, Mercado de Ferro e Ver-o-Rio (espaço de lazer e entretenimento). Revitalização do centro histórico, terminal fluvial turístico. Realização da Bienal de música internacional, entre outros.

⁵² Aqui se encontrava como prioridade, além de outros projetos, a dinamização do turismo. A PMB (2001) entendia que “a elevação no número de turistas na cidade é resultado dos projetos de revitalização urbanística, econômica e cultural”. Para isso, Belém foi engajada no Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT, promoveu eventos para captação de turistas, entre outros. Para maiores detalhes ver Plano para Belém: congresso da cidade, 2001.

5. Desenvolvimento humano pela Inclusão social; e;
6. Juventude.

Após os Congressos Distritais, ocorreram 117 Congressos Setoriais, com os temas acima citados, com a participação de instituições e grupos das mais variadas categorias sociais, entre eles, centros comunitários, associação de moradores, organizações não-governamentais, pescadores, estudantes, entre outros. Nos referidos Congressos participaram cerca de 7.962 pessoas e foram eleitos 713 delegados e 191 suplentes (PMB, 2001).

Sobre o processo de participação da sociedade organizada, a SEGEP (2002) diz que o total de presentes na assembléia foi o orientador para a escolha dos delegados. Como alguns indivíduos participavam das assembléias, mas não se credenciavam, o processo de eleição de delegados não levava em conta o número de credenciados, e sim, o de participantes no momento do evento.

Nota-se um descompasso na condução de atividades que possivelmente pode atrapalhar votações relacionadas aos eixos temáticos. A idéia é interessante, embora não retrate a proposta inicial da organização de diversos eixos divididos entre a sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, entre outras, então seria desnecessária a escolha de delegados a partir de quoruns definidos nas assembléias, reuniões preliminares.

Abaixo, um quadro demonstrativo da distribuição de delegados eleitos no DAMOS, durante as plenárias do Congresso da Cidade.

Quadro 6: Delegados eleitos nos Congressos preliminares para o DAMOS.

DISTRITO ADMINISTRATIVO	NÚMERO DE DELEGADOS		
	TITULAR	SUPLENTE	TOTAL
DAMOS			
Abastecimento de água do L. Mendes	2	-	2
Ampliação da escola Maroja Neto	1	1	2
Ampliação do anexo da escola Remígio Fernandes (implantação de 5 a 8 série)	4	1	5
Ampliação e adaptação das salas de informática A E. M. Remigio Fernandes	1	1	2
Anexo da escola Bosque p/ o assentamento Mártires de Abril	5	2	7
Anexo da escola Lauro Chaves no Ipixuna	6	2	8

⁵³ Além da construção do espaço denominado “Aldeia Cabana”, um espaço destinado a projetos sociais, bem como à realização do carnaval e de alguns shows em Belém, este eixo procurou resgatar a cultura popular, mobilizando grupos culturais como quadrilhas, bois-bumbás, pássaros juninos, entre outros.

Bolsa Escola municipal para o Sucurijuquara	3	1	4
Continuação da obra do Marahú	3	1	4
Drenagem e pavimentação da obra da Baía do Sol	5	1	6
Esgoto e drenagem para a localidade do Pantanal	2	1	3
Pav. da rua Natal no bairro do Murubira	2	1	3
Pav. e drenagem das ruas São João e JK	1	-	1
Pavimentação da variante do São Francisco ao Ariramba	3	1	4
Reforma e ampliação da estiva do cajueiro	1	-	1
Regularização fundiária da Passagem Vasco da Gama	2	1	3
U. E. I. para o Aeroporto	1	-	1
TOTAL	42	14	56

Fonte: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão de Belém – SEGEP (2002).

Nota-se que a atenção se voltava para a questão da educação pública, seguida de propostas de execução de obras relacionadas ao saneamento básico, implicando ações de drenagem e esgoto. Apesar das discussões não acenarem diretamente para os assuntos de natureza de equipamentos e serviços turísticos, sabe-se da importância dessas práticas para o desenvolvimento do setor. Outros eixos temáticos foram discutidos, inclusive acerca do turismo. Pode-se destacar a importância dos seis eixos temáticos apontados referentes ao setor, embora os n.º 1, 2 e 4 sejam mais relevantes para a atividade turística. Vale ressaltar que vários projetos e ações foram discutidos e traçados, alguns com sucesso, outros nem tanto. Cada eixo temático sob a responsabilidade de Secretarias Municipais envolvidas em suas respectivas competências.

Figura 14: Placa da obra de reforma e ampliação do Porto Pelé com recursos do Proecotur



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. (2004).

Apesar da execução da obra de reforma e ampliação do Porto Pelé, na Ilha do Mosqueiro, não estar diretamente ligada ao Congresso da Cidade, sua efetivação se deu a partir de uma demanda espontânea das comunidades que vivem no entorno do parque ecológico local. A decisão pela reforma e ampliação do Porto era uma aspiração apontada por um número significativo de moradores que utilizam, diariamente, a estrutura.

São muitos os movimentos organizados em toda Região Amazônica, envolvendo não somente os povos da floresta como também moradores de pequenas e grandes cidades, em diferentes campos de trabalho e de moradia. Segundo Cardoso (2002), Mosqueiro ocupa um lugar inexpressivo de organização política no Estado do Pará. Para a autora:

- Mosqueiro sofre com uma invasão específica de veranistas e outros visitantes, que acabam por estabelecer uma certa dominação e ocupação do espaço físico local, influenciando também a dinâmica social, por desconhecê-la e/ou por minimizar suas representações;
- na qualidade de Distrito, e principal balneário de Belém, é interligado a esta por diversos e modernos meios de comunicação. Mosqueiro não usufrui, permanentemente, de bens e serviços da cidade, há uma utilização preponderante, no sentido Belém-Ilha, satisfazendo necessidades básicas da população da capital. Os moradores compartilham, na maioria das vezes, de um universo de serviços precários;

- a população local apresenta complexo quadro de problemas sócio-econômico-culturais, semelhantes aos vivenciados por expressiva faixa da população interiorana do Pará, ocasionando um confronto que se estabelece com os excessos e desvios de consumo dos veranistas.

A busca pela participação de base comunitária teve como grande motivador as instituições não-governamentais. Durante a década de 1980, intensificou-se um movimento direcionado para essa prática, em nível mundial. Em Mosqueiro, o processo não foi diferente. No decorrer das últimas duas décadas (1980-1990), centros comunitários, associações de bairros, de categorias de profissionais e assistenciais já eram realidades no distrito. Segundo Cardoso (2000), eram diversos os trabalhos realizados pelas associações e centros:

A maioria realiza cursos de atividades manuais de natureza feminina, seguidos dos serviços de creches e de atendimento ao pré-escolar, em convênios com a Secretaria Municipal de Educação e Legião da Boa Vontade – LBV. Realizam também, com bastante frequência, atos religiosos como novenas, reza de terço, leitura do evangelho e ladainhas. Por último, as atividades de lazer, com festas dançantes (com objetivo também de arrecadar recursos financeiros) e piqueniques, e também de assistencialismos às pessoas deficientes e da terceira idade. As associações profissionais realizam, esporadicamente, atividades de lazer e poucos encaminhamentos acerca de questões específicas da categoria (CARDOSO, 2000, p.111).

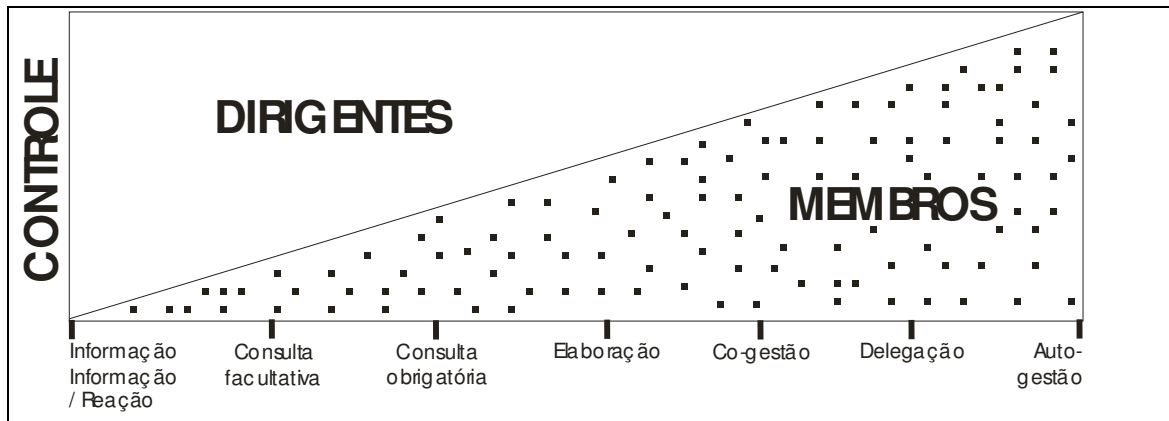
Outro fator que se considerou importante para os moradores do DAMOS, nesse escopo da participação popular, foi a mobilização da comunidade local para a realização do plebiscito, no ano de 1991, que decidiria pela emancipação ou não da Ilha em relação a Belém. Um dos critérios adotados para se definir quem poderia participar do plebiscito referia-se ao tempo de residência local, isto é, apenas aqueles que já moravam há mais de 02 anos ali tiveram permissão de votar, sendo, portanto, negado o direito ao veranista que desfruta do balneário sazonalmente. O plebiscito mobilizou, de forma significativa, a população, decidindo-se pela “não emancipação”.

Há diferentes graus de participação entre a sociedade civil organizada, poder público, organismos não-governamentais e iniciativa privada. Diaz Bordenave (1994) propõe uma matriz em que vários níveis de relação são possíveis de se alcançar, desde o mais superficial, até o estágio de auto-gestão.

Para este trabalho, procurou-se identificar o nível de envolvimento alcançado pelas comunidades do entorno do parque municipal de Mosqueiro, mais precisamente em Caruaru, a fim de perceber a relação entre o poder público, através da gerência do Proecotur, e as populações tradicionais no processo de tomada de decisão. Tal relação também será observada no equacionamento de problemas comuns prioritários para a melhoria da qualidade

de vida desses cidadãos, buscando um desenvolvimento ecoturístico nos preceitos do desenvolvimento sustentável, portanto, equilibrando questões sociais, econômicas, culturais e ambientais.

Figura 15: Níveis de participação.



Fonte: Diaz Bordenave, 1994.

O nível 1 da escala pontilhada representa o nível mais baixo, ou seja, onde a participação dos membros trabalhadores e/ou desempregados é mínima. O nível 4 representa um momento de conquistas e avanços, cabendo nessa etapa a elaboração de propostas, porém com certas limitações. O nível 7 é o ápice no processo de participação, quando desaparece a figura do subordinado e do administrador, situação essa fundamental para o desenvolvimento efetivo humano. Desse modo, o autor, por meio de um procedimento sistemático, progressivo e linear (conforme apresentado abaixo) obtém parâmetros para a identificação e a avaliação dos estágios alcançados frente ao Proecotur, como segue:

1. **Informação:** É o menor grau de participação. Os atores apenas são informados sobre possíveis ações e projetos.
2. **Consulta facultativa:** a administração pública ou privada pode ou não pedir sugestões, solicitar críticas ou dados para solução de problemas.
3. **Consulta obrigatória:** aqui, apesar de o subordinado ser submetido à consulta para futuras ações previstas por uma determinada instituição, a decisão final é garantida ao alto escalão.
4. **Elaboração/recomendação:** o subordinado elabora propostas e recomenda medidas, cabendo à instituição aceita ou não, havendo a necessidade de um posicionamento pessoal.

5. **Co-gestão:** as instituições possibilitam a gestão através de mecanismos de co-decisão. Formas de organização como comitês, conselhos e outros são utilizados para proporcionar a condução justa no processo decisivo.
6. **Delegação:** é o grau em que os subordinados têm certa autonomia em campos ou jurisdições antes reservados apenas ao alto escalão.
7. **Auto-gestão**⁵⁴: todos gerenciam de forma igualitária, não havendo nenhuma distinção entre subordinados e administradores.

No mundo inteiro, hoje nota-se uma tendência para a intensificação dos processos participativos. Sobre suas causas, Diaz Bordenave (1994, p. 11-12) diz que “a participação está na ordem do dia devido ao descontentamento geral com a marginalização do povo dos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos”.

Acerca da área configurada no objeto de estudo, percebem-se diversos entraves que problematizam a questão da relação desequilibrada entre diferentes atores sociais, convergindo de forma incisiva no esteio das elites, em contraposição às camadas de menor poder aquisitivo. Fazendo uma analogia contextualizada sobre o DAMOS, percebe-se que o processo de planejamento e de gerenciamento de políticas públicas caminham no sentido de uma herança adquirida e consolidada sob uma visão tecnocrata e burocratizada, no entanto a atividade ecoturística pode consolidar-se através de organizações comunitárias. Estratégias de promoção de reuniões, com fins de debater interesses no meio social, econômico, social, ambiental e cultural, podem alcançar resultados favoráveis, evitando-se, assim, uma carga excessiva de assuntos em discussão. Para isso é necessário que haja um dirigente assim como um voluntário que faça os registros das decisões e, quando couber, das providências que deverão ser adotadas.

⁵⁴ Para Canclini (2001) o avanço da autogestão e da pluralidade, descentrada ao longo de um período de planificação, regulou o crescimento da cidade e a satisfação das necessidades básicas, nas cidades européias e norte-americanas.

São algumas as limitações para a execução da gestão municipal eficiente. A principal é a de ordem econômica, dada a dificuldade de contemplação de diferentes políticas setoriais. Para os autores Neto e Araújo (2002), não existem apenas limites financeiros na ação do poder local, há ainda outras questões importantes como: a) a intensa defasagem entre a oferta e a demanda de políticas públicas (dada a dimensão dos desafios se comparada aos limitados meios dos gestores locais); b) a persistência de formas assistencialistas e clientelistas que deformam o gerenciamento de programas locais, sobretudo os programas sociais (herança importante da “cultura política” brasileira); c) os limites à parceria entre outros atores locais, por razões de disputas de espaços políticos, o que reduz o potencial de conjugação de esforços e o alcance de resultados mais amplos; d) e, finalmente, a visão das elites brasileiras⁵⁵.

Em todo processo de construção deve ocorrer a participação de todos os atores envolvidos. Isso somente é possível se houver parcerias/alianças. Segundo a WWF (2003), a participação é uma ação voluntária, individual ou de grupo, articulada com experiências coletivas que contribuem para a construção de uma sociedade democrática, socialmente justa e culturalmente conservacionista. A parceria compreende o processo de cooperação mútua entre as duas partes, acordado e comprometido com a satisfação de interesses comuns e/ou complementares.

O que se detectou, entretanto, no processo de coleta de dados para esta pesquisa (entrevistas e observação participante) é que o nível de participação popular perante o processo de planejamento é muito pequeno. Quando se abordam questões relacionadas ao gerenciamento de tais ações, a conquista se torna um movimento difícil, para não se falar utópico. Uma das possibilidades para a construção de um processo mais participativo seria a utilização de ferramentas disponibilizadas no “Manual de ecoturismo de base

⁵⁵ Segundo os autores, no que tange aos aspectos da profissionalização da sociedade civil, essa visão geralmente se destina à capacitação para práticas típicas das classes mais baixas. A argumentação é defendida sob um espraiamento de novas atividades valorizadas tanto do ponto de vista das sociedades de baixa renda quanto das classes com melhor poder aquisitivo.

comunitária: ferramentas para um planejamento responsável”, lançado em 2003 pela WWF, em que são propostas as seguintes ações:

1. **Mapeamento de dados secundários:** tem a finalidade de listar as possibilidades de parcerias quando seus objetivos coincidirem;
2. **Estabelecimento de mecanismos claros e contínuos de informação e comunicação:** a informação constitui-se de um dado, uma mensagem transmitida de um indivíduo a outro numa via de mão única. A comunicação pressupõe troca de mensagens, ou informações, entre emissor e receptor, para que seja estabelecido um entendimento conjunto;
3. **Promocão do conhecimento mútuo entre as pessoas:** identificar os líderes formais e informais. Também se faz necessário identificar os pontos de união e de conflitos relacionados ao tema trabalhado relacionado à atividade ecoturística;
4. **Introdução à pesquisa participante (construindo uma equipe de trabalho):** distribuir máquinas (descartáveis), pedir para que façam fotos temáticas da comunidade, realizar entrevistas (temas relacionados a sonhos, projetos, dificuldades, histórias lendas “causos”), fotografar o grupo em ação, recolher e organizar o material, produzir mais de um exemplar para distribuição de bibliotecas, realizar uma oficina para apresentar o material produzido;
5. **Diagnóstico participativo ou avaliação sociocultural participativa rápida:** identificar as lideranças locais, elaborar mapas ou esquemas, mentais ou falados, que reflitam a situação local, realizar levantamento de percepção ambiental, realizar levantamento sobre a identidade cultural, identificar e descrever o movimento da comunidade seus problemas ambientais e conseqüências, identificar as necessidades de geração de renda, realizar inventário participativo dos recursos existentes, realizar levantamento da percepção da comunidade em relação às instituições que atuam no lugar;
6. **Apresentação do projeto para a comunidade:** realizar uma oficina de sensibilização especialmente voltada para o projeto;
7. **Planejamento participativo:** preparar um cenário de gestão participativa. É um sistema coletivo de gerenciamento em que o grupo responsável pela execução da atividade também responde pela sua concepção, planejamento e administração

(objetivos, metas, atividades, indicadores, divisão de responsabilidades, recursos necessários);

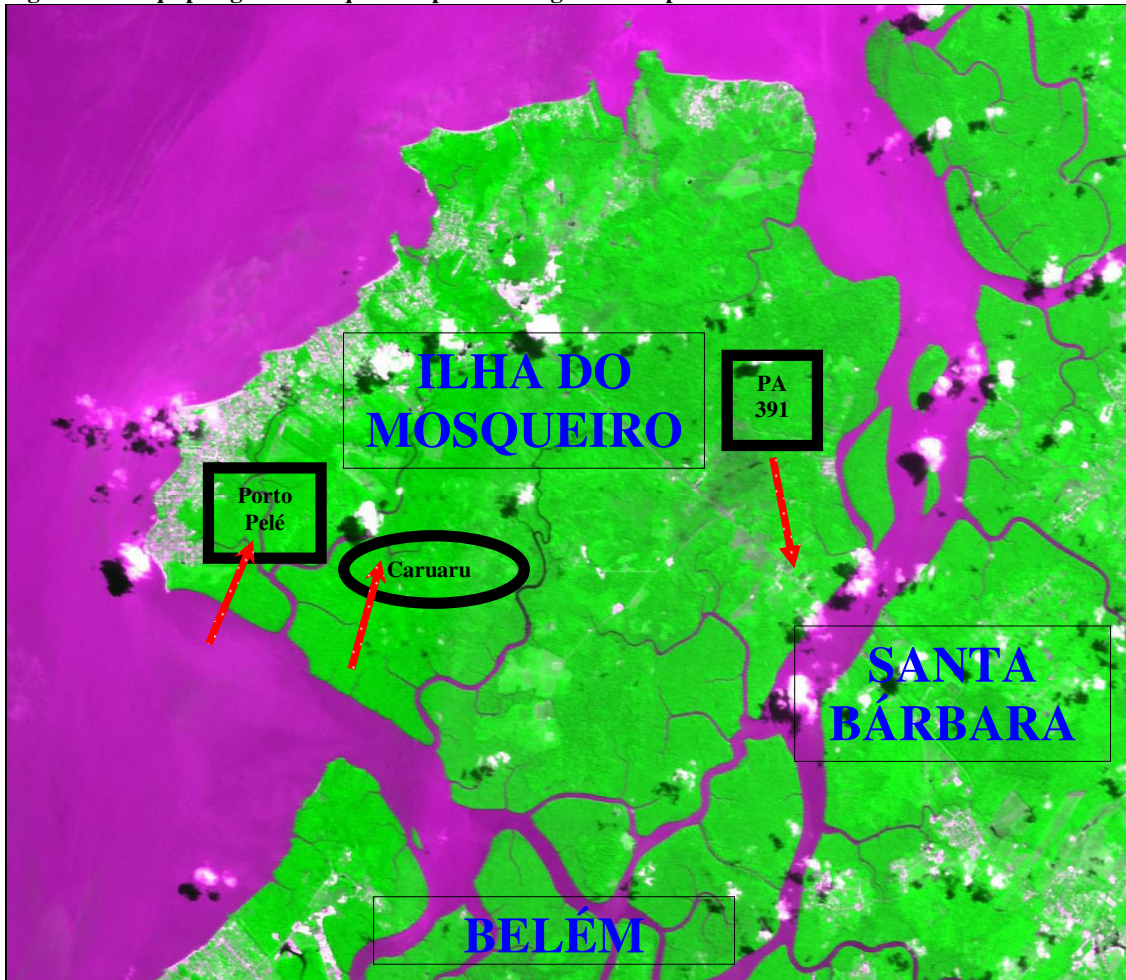
8. **Integração de ações:** cristalizar relações entre diferentes instituições para promover a formação de conselhos ou grupos de trabalho em nível institucional;
9. **Manutenção da legitimidade do processo:** uma vez legitimada o processo pelos principais atores da comunidade, outros mecanismos podem ser aplicados para o fortalecimento deste item: encontros informais ou formais periódicos sobre o andamento do trabalho, murais em pontos de encontro, *spots* (breves mensagens) em programas de rádio, atividades internas de treinamento em ação (um grupo de guias conduzindo moradores do lugar pelos caminhos do ecoturismo local);
10. **Monitoramento e avaliação:** visam prevenir erros de encaminhamento ou de rumo antes que se tornem irreparáveis;
11. **Parcerias no processo participativo:** faz-se necessária a formalização entre as partes envolvidas quando: a) o compromisso estabelecido é institucional, b) uma das partes é governamental, c) há recurso financeiro envolvido, d) há produção conjunta de conhecimento técnico; e) quando a formalização gera benefícios políticos ou institucionais. Os instrumentos legais para a formalização de parcerias podem ser: acordos de cooperação, convênios, termo de compromisso, contrato de prestação de serviços, cartas de intenções, termo de cooperação “Guarda-chuva”;
12. **A constituição formal de grupos de interesse:** a formação desses grupos pode ser de interesses específicos (donos de pousadas, guias de ecoturismo) ou de interesses compostos.

Percebe-se que as etapas descritas acima foram negligenciadas pelos organismos responsáveis, em quase sua totalidade, no que se refere ao Proecotur, na área de estudo.

5.3. AS COMUNIDADES DE CARUARU E DO PORTO PELÉ: suas perspectivas em relação ao Proecotur:

O Programa de Desenvolvimento de Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR despertou grandes expectativas em parte da população mosqueirense. É importante enfatizar, contudo, que, em relação a Caruaru e Porto Pelé, um número muito pequeno de moradores tinha conhecimento do Programa.

Figura 16. Arquipélago de Mosqueiro e parte da região metropolitana de Belém.

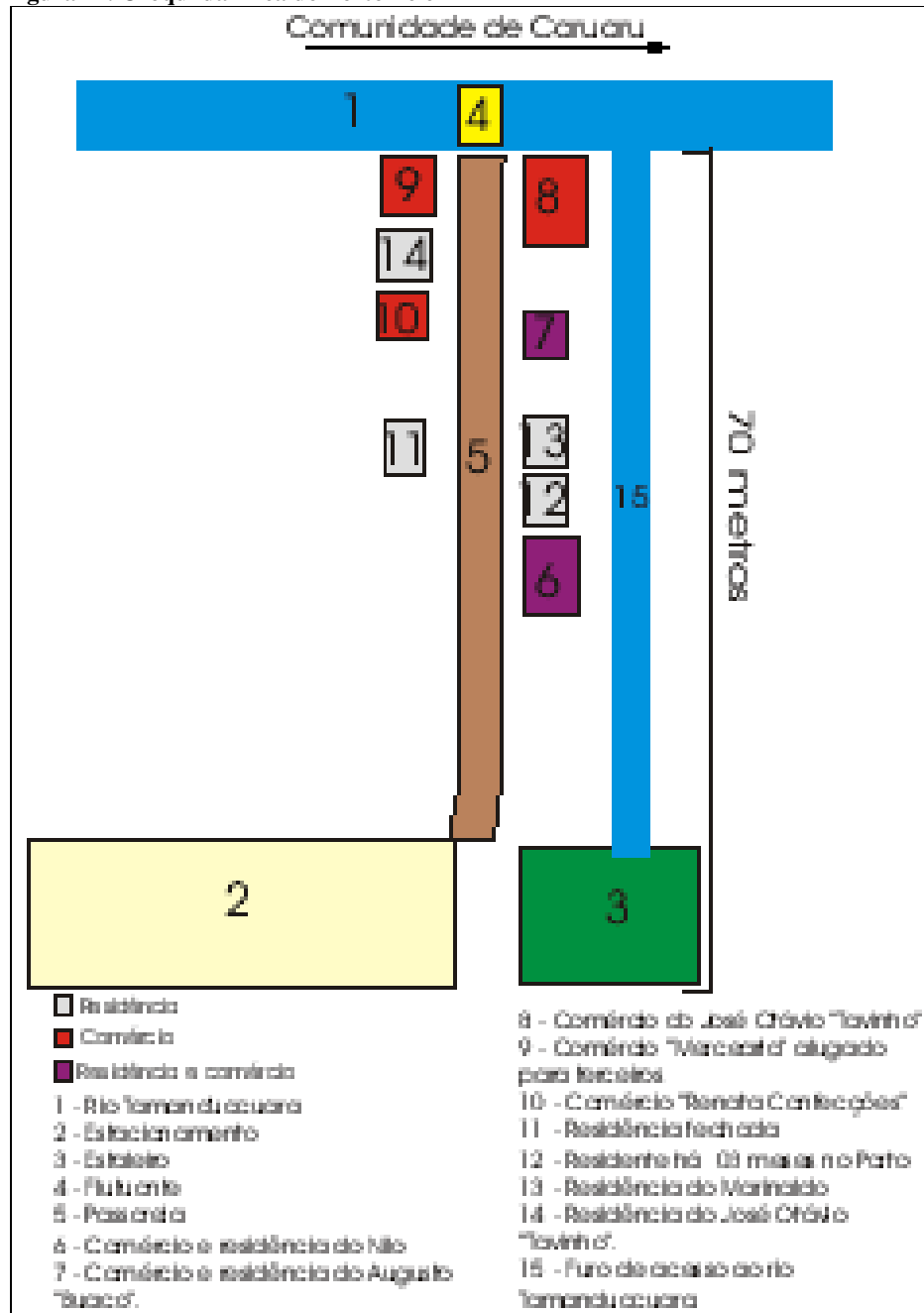


Fonte: Imagem do Satélite Sino-brasileiro CBERS 2. Adaptado por NÓBREGA, W. R. M. (2006). <http://www.cbbers.inpe.br>

LEGENDA	
▲	Área continental e insular
▲	Rede hidrográfica

A vasta dimensão territorial do arquipélago de Mosqueiro, somada a extensões com grande diversidade faunística e vegetal, foram atributos importantes para que aquela área fosse incluída na delimitação dos pólos de desenvolvimento na região Amazônica brasileira. Das comunidades que habitam o entorno do parque ecológico de Mosqueiro, Caruaru é a mais representativa, não só pelo número de (cerca de 200), mas também pelo festejo de Santa Rosa de Lima, padroeira daquela localidade, evento muito importante para o local. Outro ponto que merece destaque é a facilidade de acesso ao arquipélago através da ponte que o liga a Belém.

Figura 17. Croqui da Área do Porto Pelé



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. 2006.

Segundo a ex-diretora de áreas verdes da SEMMA, antes da implementação do Programa, a Prefeitura Municipal de Belém, através da Coordenadoria Municipal de turismo – Belemtur, idealizou, em meados da década de 1990, um roteiro ecoturístico denominado de “Trilha Olhos D’ Água”, não operacionalizado pelo *trade* turístico.

No ano de 2000, a Coordenadoria retomou o projeto, encerrando suas atividades em julho de 2003. O acesso à trilha era realizado por meio fluvial, saindo do trapiche localizado na vila de Mosqueiro até a comunidade de Mari-Mari, perfazendo um trajeto em torno de 45 minutos. Quanto à parte terrestre, 3.688 metros de extensão em solo de terra firme dividem e interligam as comunidades de Castanhal do Mari-Mari e Caruaru. Durante o percurso, é possível observar diversos corpos d'água cristalinos, furos, igarapés e uma composição paisagística característica de mata de várzea, com presença de diversas palmeiras. Por fim, utilizam-se novamente as embarcações típicas da Região Amazônica, saindo do rio Caruaru até o rio Tamanduacuara, no bairro do Maracajá (vila de Mosqueiro).

Figura 18: Roteiro da Trilha Olhos D' água.



Fonte: <http://www.belem.pa.gov.br/belemtur/portugues/turismo/img/olhos/mapa.jpg>

O município de Belém conta com recursos de base de indubitável valor e de grande potencial: recursos naturais (rios, ilhas, lagos, praias, floresta amazônica, flora e fauna); recursos culturais (patrimônio histórico, artístico e monumental, numerosas etnias indígenas e quilombos, artesanato, folclore) e manifestações culturais (por exemplo,

carimbó, brega) além do Círio de Nazaré, este com grande repercussão nacional. A gastronomia típica é outro destaque de Belém, baseada na rica diversidade de pratos, como pato no tucupi, maniçoba, tacacá, entre outros, além de diversos frutos naturais da região.

Figura 19: Placa informativa sobre a trilha Olhos D'água



Fonte: NÓBREGA, W.R.M. (2005).

Parte dos componentes do patrimônio material e imaterial foi “explorada” pela Belemtur, durante o período de 2001 a 2003. Atualmente, o poder público pretende reestruturar as atividades antes desenvolvidas.

Figura 20: População local de Caruaru



Fonte: NÓBREGA, W. R.M. (2006).

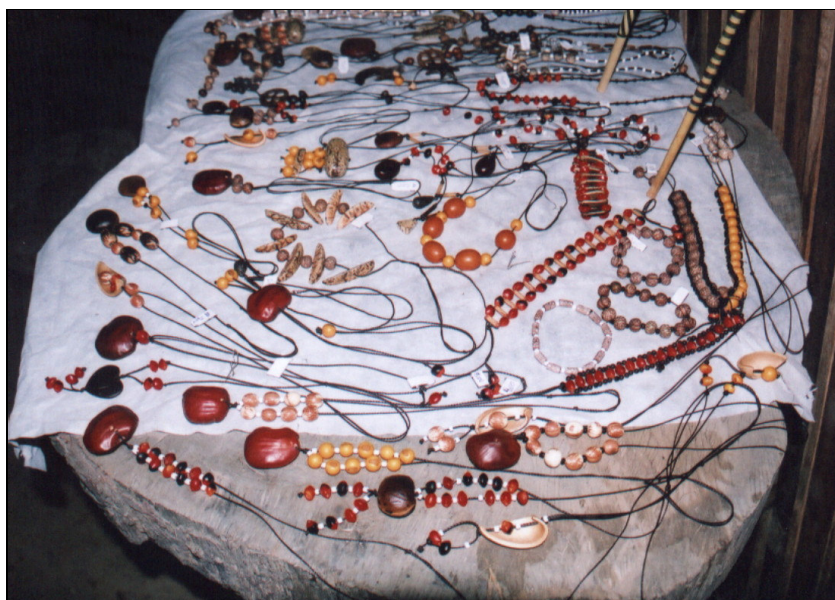
A hospitalidade do povo de Caruaru é outro elemento que fazia parte do componente do projeto “Trilha Olhos D’água”. Segundo moradores locais, poucas pessoas participavam diretamente do projeto, ao contrário do que previa inicialmente a Prefeitura. Os atores que não se sentiam envolvidos começaram a boicotar a iniciativa, por não visualizarem um retorno econômico em curto prazo. Dessa forma, o Projeto não conseguiu atingir seus objetivos.

5.3.1. O artesanato como elemento diversificador da economia Caruaruense

Entre o leque de possibilidades que convergem para a diversificação econômica de um determinado local com potencial turístico está o artesanato. Segundo TAVARES (1999), é um atrativo muito procurado por turistas, tornando-se suscetível de um processo de comercialização e massificação pela atividade turística, dada a facilidade de distribuição em diferentes regiões do País e mundiais. “Os impactos econômicos do turismo na comunidade do distrito de Icoaraci são positivos, visto que todos os artesãos entrevistados afirmaram que a

atividade turística contribui diretamente para o escoamento da produção” (op. Cit, 1999, p. 212).

Figura 21: Mostra da produção local de artesanato na comunidade de Caruaru



Fonte: NÓBREGA, W. R. M. (2005).

Apesar do turismo ainda ser uma atividade muito incipiente na comunidade de Caruaru, a produção de artefatos com sementes de jupati, tento, “olho-de-boi”, entre outros, está cada vez mais alcançando novos mercados. Na comunidade há três artesãs, que produziam para os turistas que faziam a trilha Olhos D’ Água. Atualmente, a produção é comercializada no “Mosqueiro Praia Bar”, uma feira de artesanato localizada na vila de Mosqueiro.

Muitos dos estudos realizados acerca dos artefatos produzidos por comunidades giravam em torno dos aspectos econômicos, contabilizando as possíveis divisas que podem ser captadas pelo fluxo de visitantes em um determinado local. Em relação a Caruaru, a questão econômica também é uma condicionante, havendo uma lacuna na gênese da utilização das peças geradas pelos moradores. Percebe-se que na maioria dos locais onde se produz artefatos há uma reprodução de certa forma homogênea, diversificada pelos materiais referentes a cada região do Brasil, criando uma identidade local para os produtos fabricados. Cita-se, como exemplo, a cerâmica marajoara, no Estado do Pará.

Não se pode pensar no desenvolvimento local apenas dinamizando, a qualquer custo, o mercado de um determinado setor. Ao contrário, deve-se evitar o consumo desenfreado, porque pode causar conseqüências irreversíveis para diversos destinos turísticos. Para Canclini (2001 p. 44), “é com demasiada freqüência que os problemas de consumo e do mercado se colocam apenas como questões de eficiência comercial, e a globalização como a maneira de aumentar rapidamente as vendas”.

Recentemente, o poder público tem demonstrado interesse em desenvolver pequenas localidades a partir da inserção da atividade turística. Programas como o de Municipalização do Turismo PNMT, PROECOTUR são exemplos claros de estratégias utilizadas para a difusão da economia e sua diversificação. Nesse sentido, vários são os elementos que devem ser pontuados para a construção de um “produto” turístico. Aqui vale ressaltar o papel fundamental que a confecção de artesanato tem para o alcance dos objetivos pautados no turismo.

A busca do conforto das comunidades tradicionais da Amazônia se dá com o advento da pós-modernidade, com a aproximação dos continentes - “exclusão de barreiras territoriais” -, com a junção do tradicional com o moderno. Observou-se em Caruaru, apesar da localidade não contar com sistema de energia elétrica, uma proliferação de aparelhos eletrodomésticos. Tal fato talvez esteja relacionado aos novos signos de prestígio que antes não faziam parte do dia-a-dia daquela comunidade. Sobre essas transformações, Canclini (2001, p. 39) afirma que “vamos nos afastando da época em que as identidades se definiam por essências a-históricas: atualmente configuram-se no consumo, dependem daquilo que se possui, ou daquilo que se pode chegar a possuir”.

Como forma de viabilizar melhorias sócio-econômicas em diferentes localidades da região Amazônica é que foi concebido o PROECOTUR. Conseqüentemente, as decisões políticas podem ampliar o leque de interesse imediato ao consumo, ao livre comércio motivado através do turismo. Não se quer julgar o que deve ou não ser implementado nas comunidades, mas sim, refletir sobre as possíveis dependências econômicas que elas têm, sobretudo vinculadas ao cultivo da terra.

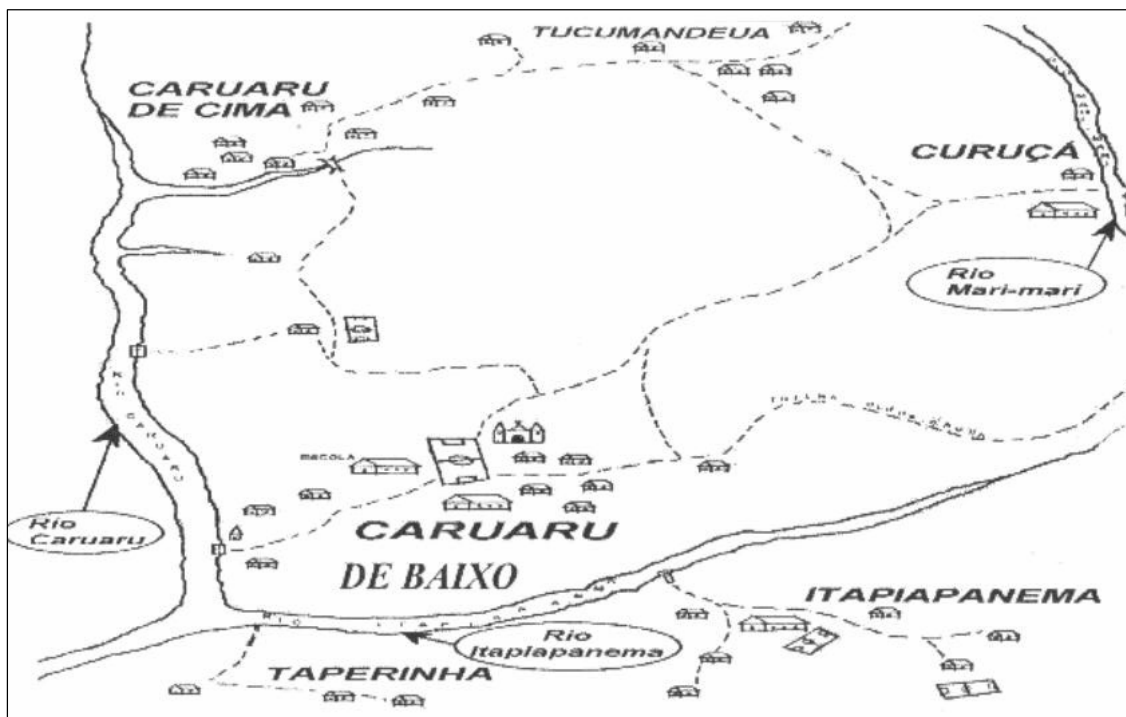
Quadro 7 – Ocupação dos moradores da comunidade de Caruaru

OCUPAÇÃO	%
Lavrador	62,18
Serviços gerais	1,68
Serviços urbanos	0,84
Barqueiros	0,84
Doméstica	0,84
Pescador	2,52
Aposentado	9,24
Agente comunitário de saúde	0,84
Professor	1,68
Operador de máquina	4,20
Carpinteiro	1,68
Carvoeiro	9,24
Extrator de tucupi	4,20
TOTAL	100

Fonte: Programa Família Saudável, 2003.

Apesar do alto grau de parentesco entre os moradores locais, o sentido de coletividade é pequeno, ocorrendo de forma mais acentuada durante a festividade de Santa Rosa de Lima. Para se entender a relação existente entre os moradores locais, é preciso remeter às relações sociais entre eles. A aproximação dos moradores é evidenciada durante o festejo citado, quando há uma mobilização da diretoria da festa na sua organização, conforme discutido no segundo capítulo. Segundo Passos (2004, p. 88), “A participação entre os moradores foi construída tradicionalmente, onde se delegava o poder de representação a um determinado líder, garantindo maior legitimidade ao organizador da festividade religiosa”.

Figura 22: Croqui da comunidade de Caruaru.



Fonte: Desenho Humberto Araújo / Arte gráfica: Túlio Souza. Extraído da dissertação de mestrado de PASSOS, E. (2004).

A dificuldade de legitimação das decisões coletivas está ligada intimamente à geografia peculiar da Região Amazônica, caracterizada por uma área entrecortada por muitos corpos d' água, baixa densidade demográfica, grandes distâncias entre as residências, o que é um obstáculo para a comunicação interna.

Outro ponto que merece destaque são ações não consolidadas, sobretudo pela desunião entre os residentes daquela localidade. Por outro lado, a estruturação em associações e/ou cooperativas comunitárias é um grande “sonho” de alguns que residem ali, conforme exposto por parte dos moradores, em reunião informal realizada durante a pesquisa de campo.

É importante dizer que o processo de consumo de bens globalizados em Caruaru e em Porto Pelé ainda é algo incipiente e distante dos grandes centros urbanos, isso porque a população não detém o poder aquisitivo capaz de permitir a compra de utensílios básicos, face aos modos de produção primitivos ligados ao cultivo da terra. Dessa forma, caso haja uma intensificação da atividade turística planejada, de base local, naquela região, podem ocorrer mudanças intrínsecas aos costumes universais.

FATORES ASSOCIADOS AO TURISMO	IMPACTOS POSITIVOS	IMPACTOS NEGATIVOS
O uso da cultura como atração turística	Revitalização das artes tradicionais, festivais e línguas.	Mudança nas atividades tradicionais. Invasão da privacidade.
Contatos diretos entre turistas e moradores	Ruptura dos estereótipos negativos. Aumento das oportunidades sociais.	Aumento da comercialização. Introdução de doenças. Efeito demonstração.
Mudanças na estrutura econômica e papéis sociais	Maiores oportunidades econômico-sociais. Diminuição das desigualdades sociais.	Conflitos e tensão na comunidade. Transformação da linguagem.
Desenvolvimento de infra-estruturas	Aumento das oportunidades de lazer.	Limitação do acesso a algumas atividades de lazer.
Aumento da população de turistas	Melhoria das condições sanitárias, educação e melhora da qualidade de vida.	Congestionamento, multidão, aumento da criminalidade.

Fonte: OMT, (1999), adaptado por NÓBREGA, W.R. M. (2006).

Apesar da intenção do poder público em dinamizar economias locais no município de Belém, é visível a desarticulação política entre os atores envolvidos. Alguns fatores podem estar envolvidos, uns diretamente, outros de forma indireta, no entanto os meios de comunicação têm desenvolvido um papel fundamental para a socialização das informações de interesse local, ainda que em caráter incipiente. Sobre esse aspecto, Canclini (2001, p. 50) afirma que “desiludidos com as burocracias estatais, partidárias e sindicais o público recorre à rádio e à televisão para conseguir o que as instituições cidadãs não proporcionam: serviço, justiça, reparações ou simples atenção”.

Entende-se que para a consolidação da gestão local, em qualquer atividade de base econômica -, e aqui se ressalta a atividade turística -, é necessária uma sinergia entre diferentes aspectos:

- tecnologias apropriadas;
- assistência técnica;
- créditos financeiros;
- parcerias;
- cooperação;
- definição de estratégias de escoamento;
- implantação do sistema de redes estruturais;
- implantação do sistema de redes organizacionais.

É grande a dificuldade para suprir todas as lacunas citadas, porém cabe à sociedade civil organizada, em conjunto com as esferas do poder público e terceiro setor, definirem estratégias de planejamento e operacionalização, a fim de buscar melhorias socio-econômicas. Em geral, os moradores das comunidades do entorno do parque ecológico de Mosqueiro não se sentiam envolvidos no processo de concepção do Proecotur, como aponta o senhor Raimundo Nonato de Souza Fróes⁵⁶, 42: “nunca ouvi falar desse tal Proecotur, não sei se é bom ou ruim, só sei que precisamos que alguém olhe por nós”. A fala do Sr. Raimundo reflete a grande dificuldade em colocar em prática planos, programas e projetos, sob a perspectiva da participação popular, ainda que o povo deva ser o grande beneficiado. Alguns entraves foram apontados por moradores locais para a informação da maioria deles acerca do Proecotur.

1. grandes distâncias entre as casas da comunidade;

⁵⁶ Entrevista concedida no dia 23/01/2006.

2. horários e dias impróprios para os encontros⁵⁷.

O exercício da gestão democrática é recente no território nacional, data de cerca de duas décadas, no entanto há registros de várias experiências em algumas cidades nacionais, conforme apontado no capítulo 1, como resultado de mudanças político-culturais numa perspectiva cultural. Segundo Canclini (2001), as mudanças culturais podem ocorrer através de cinco processos:

1. redimensionamento das instituições e dos circuitos de exercício do público: perda de peso dos órgãos locais e nacionais em benefício dos conglomerados empresariais;
2. reformulação dos padrões de assentamento e convivência urbanos: do bairro aos condomínios, principalmente nas grandes cidades;
3. reelaboração do “próprio” dado à intersecção de uma economia e cultura globalizada gerada na cidade;
4. redefinição do senso de pertencimento e identidade, organizado cada vez menos por lealdades locais ou nacionais;
5. transição do cidadão como representante de uma opinião pública ao cidadão interessado em desfrutar de uma certa qualidade de vida.

Uma mostra de mudança cultural é a ocorrida com povos indígenas no México, e retratada pelo autor, a partir de pesquisas realizadas. Essa mudança ocorre a partir da introdução de objetos externos modernos, aceitos desde que possam ser assimilados pela lógica comunitária. Após a interação de diferentes modos de vida, seja ela expressada por hábitos

⁵⁷ A maioria dos residentes em Caruaru desenvolve atividades agrícolas, sendo que o horário de trabalho gira em torno de 06:00 h às 15:00 h, no entanto as poucas reuniões que houve acerca das discussões de possíveis melhorias (aqui se enquadra o Proecotur) aconteceram no turno da manhã, inviabilizando, dessa forma, a participação mais significativa dos atores locais.

“primitivos” ou “pós-modernos”, a informação pode corresponder a um divisor de águas no processo de desenvolvimento de metodologias participativas mais adequadas.

Alguns países desenvolvidos que adotaram lógicas de descentralização, aliadas ao processo de informação, atingiram índices de melhorias de qualidade de vida tais como: redução da taxa de natalidade, intensificação de cidades planejadas com participação de governos mais democráticos (Canclini, 2001). A atual dinâmica mundial, relacionada à internacionalização e à globalização, permite-nos refletir acerca dos aspectos econômico, social, cultural e ambiental, no afã de uma gestão compartilhada, participativa no que tange ao planejamento e operacionalização de planos, programas e projetos para diferentes povos.

Quadro 8. Sistematização de dados das principais localidades sob a área de influência do Proecotur.

Localidade	Sexo	Idade	Grau de escolaridade	Ocupação atual	Principais demandas de Caruaru	Nível de renda familiar mensal	Grau de conhecimento referente ao PROECOTUR
1. Caruaru	M	62	EFI	Carvoeiro / cultivo da mandioca	Energia elétrica / estrada	½ salário	Ouviu Falar
2. Caruaru	M*	63	EFC	Carpinteiro / servidor público	Assistência técnica	01 a 02 salários	Não conhece
3. Caruaru	F	46	EFI	Cultivo da mandioca / extração do tucupi	Energia elétrica	½ salário	Ouviu falar
4. Caruaru	M*	67	Analfabeto	Pescador / cultivo da mandioca / extração do tucupi	Estrada / energia / posto de saúde	02 a 04 salários	Não conhece
5. Caruaru	M	39	EMC	Cultivo da mandioca	Posto de saúde / melhoria do porto de Caruaru / ampliação da escola	01 salário	Conhece
6. Caruaru	F*	76	EFI	Cultivo da mandioca	Energia elétrica / posto de saúde	01 a 02 salários	Não conhece
7. Caruaru	F	19	EFC	Cultivo da mandioca / extração do tucupi	Posto médico	½ salário	Não conhece

8. Caruaru	F	34	EMC	Comércio	Brinquedos p/ crianças / ampliação do sistema de educação	01 a 02 salários	Ouviu falar
9. Caruaru	F	48	EFC	Comércio / cultivo da mandioca	Posto de saúde / luz elétrica	01 a 02 salários	Ouviu falar
10. Caruaru	F	32	EMC	Comércio	Estrada / posto médico	01 a 02 salários	Não conhece
11. Caruaru	F	60	Analfabeta	Produção da maniva / cultivo da mandioca / carvão	Barco regular / posto de saúde	01 a 02 salários	Ouviu falar
12. Caruaru	F	24	EMI	Carvão / cultivo da mandioca	Estrada / energia elétrica	01 a 02 salários	Ouviu falar
13. Caruaru	M	55	Alfabetizado	Carpinteiro	Estrada / linha regular de barco	02 a 04 salários	Não conhece
14. Caruaru	F	29	EMC	Artesã	Posto de saúde / energia elétrica	02 a 04 salários	Conhece
Localidade	Sexo	Idade	Grau de escolaridade	Ocupação atual	Principais demandas de Caruaru	Nível de renda familiar mensal	Grau de conhecimento referente ao PROECOTUR
15. Caruaru	F	33	EMC	Artesã	Posto de saúde / melhoria do porto de Caruaru / ampliação da escola	02 a 04 salários	Conhece
16. Caruaru	M	72	Alfabetizado	Cultiva frutas	Estrada / energia elétrica	01 a 02 salários	Ouviu falar

						ios	
17. Caruaru	F	75	Analfabeta	Aposentada	Energia elétrica	01 a 02 salários	Não conhece
18. Caruaru	M	45	Analfabeto	Produção de carvão / criação de patos	Energia elétrica	½ salário	Ouviu falar
19. Caruaru	F	24	EFC	Do lar	Posto médico	½ salário	Não conhece
20. Caruaru	M	70	Analfabeto	Produção de carvão / cultivo da mandioca	Trapiche de concreto e reforma do barracão do festejo de Santa Rosa	01 a 02 salários	Não conhece
21. Caruaru	F	67	Alfabetizada	Do lar / cultivo da mandioca	Energia elétrica	01 a 02 salários	Não conhece
22. Caruaru	M	24	EFC	Pescador / produção de farinha / cultivo da mandioca	Energia elétrica / estrada	½ salário	Não conhece
23. Itaperinha	F	34	EMC	Do lar	Energia elétrica / posto médico	01 a 02 salários	Não conhece
24. Itapiapane ma	F	31	EMI	Produção do tucupi / produção da farinha / carvoaria	Posto médico / escola e energia elétrica	01 a 02 salários	Não conhece
25. Itapiapane ma	M	73	Analfabeto	Carvoaria / cultivo de milho, arroz, feijão	Estrada / energia elétrica	01 a 02 salários	Não conhece
26. Porto	M	72	EFI	Carpinte	Navio - linha	01 a 02	Não conhece

Pelé				iro	Belém - Mosqueiro	salários	
27. Porto Pelé	M	56	EFI	Comerciante	Aumento do fluxo de turistas	01 a 02 salários	Ouviu falar
28. Porto Pelé	M	64	EFI	Pescador e comerciante	Implantação de uma feira	02 a 04 salários	Conhece
29. Belém (trade)	M	41	SC	Empresário	X	20 salários	Ouviu Falar

LEGENDA

EMI – Ensino médio fundamental incompleto

EFI – Ensino fundamental incompleto

SC – Superior completo

EMC – Ensino médio completo

EFC – Ensino fundamental completo

nica, cultural, social e ambiental. A síntese dos

dados apresentada visa à melhor compreensão da realidade local na área de estudo.

As demandas se diferenciam de acordo com a localidade em que o entrevistado reside. A grande maioria mora em Caruaru (dividida em Caruaru de Cima e Caruaru de Baixo). É importante enfatizar que 100 % dos moradores que utilizam o Porto Pelé aprovaram a reforma e ampliação do porto fluvial. Assim, fica claro que a obra realizada pelo Proecotur contemplou os interesses dos atores que transitam naquelas comunidades. O ponto que nos inquietou é que nenhum dos moradores entrevistados afirmou que sabia da procedência do recurso para realização da obra, apesar da exposição da placa no início da rua Siqueira Mendes.

A respeito da participação popular na implementação do Proecotur, o quadro 9 abaixo deixa claro que muitos dos entrevistados não conhecem o Programa; outro número significativo apenas ouviu falar, porém não sabe exatamente do que se trata, inclusive desconhece a política setorial de atuação; finalmente, 34,48 % afirmaram conhecer o Programa. Foi perceptível que a visão dos entrevistados é bastante geral, focada somente nos aspectos acerca do que é a atividade turística. Cerca de 66 % têm um conhecimento muito distante e superficial do papel das políticas públicas de turismo como ferramenta de viabilização de desenvolvimento local.

Quadro 9. Grau de conhecimento do Proecotur

	%
Não conhecem	31,03
Ouviram Falar	34,48
Conhecem	34,48
TOTAL	100

Fonte. NÓBREGA, W.R.M. (2006).

No que tange as principais demandas das populações (expostas no quadro 10) de Caruaru e Porto Pelé, por ordem de prioridade, foram apontados: a instalação de energia elétrica (principal necessidade); a construção de um posto de saúde; a construção da estrada; a implantação da feira; a ativação da linha regular fluvial Belém-Mosqueiro; a construção do trapiche de concreto no porto de Caruaru; a aquisição de equipamentos de lazer para crianças; a implantação da linha de barco regular para o aumento do fluxo de turistas.

Como foi apontado no capítulo anterior, a obra realizada com recursos do Programa foi a reforma e ampliação do Porto Pelé o qual atende toda a população que transita entre a vila de Mosqueiro e áreas do entorno do Parque Ecológico.

Quadro 10. Principais demandas das localidades de Caruaru e Porto Pelé

Demandas da população	%
Instalação de energia elétrica	28,57
Construção do posto de saúde	25
Construção da estrada	21,42
Implantação da feira no Porto Pelé	3,57
Trapiche de concreto no Porto Pelé	3,57
Aumento da demanda de turistas	3,57
Equipamentos de lazer para crianças	3,57
Assistência técnica	3,57
Implantação de linha fluvial regular Porto Pelé / Caruaru	3,57
Ativação da linha regular fluvial Belém - Mosqueiro	3,57
TOTAL	100

Fonte. NÓBREGA, W.R. M (2006).

A respeito da principal ocupação dos moradores do Porto Pelé e de Caruaru, (expostas no quadro 11) identificou-se por ordem de importância para a economia das localidades

estudadas: a extração ilegal de madeira para a produção de carvão; a profissão de carpinteiro; o cultivo da mandioca para a fabricação de farinha. Os que se autodenomiram pescadores vêm em seguida (com um percentual representativo), seguidos daqueles que se dedicam à atividade de artesanato. Dos 14,28% que detêm o comércio como principal fonte de renda, 10,71 % são mulheres que desenvolvem atividades em casa, ou seja, do lar. Outras atividades foram identificadas, porém com percentuais menos expressivos, por isso não mencionadas.

Quadro 11. Principal ocupação dos moradores no entorno do Parque ecológico de Mosqueiro

Ocupação dos moradores locais	%
Carvoeiros	14,28
Carpinteiros	10,71
Agricultores que cultivam a mandioca	17,85
Pescadores	10,71
Artesãos	7,14
Comerciantes	14,28
Produtor de tucupi	3,57
Produtores de maniva	3,57
Aposentados (não exercem outra função)	3,57
Fruticultores	3,57
Do lar	10,71
TOTAL	100

Fonte. NÓBREGA, W.R. M (2006).

Outra variável pesquisada nas comunidades foi referente ao grau de escolaridade. Percebeu-se um índice elevado (exposto no quadro 12) de analfabetos e dos que se autodenominam alfabetizados, ou seja, sabem escrever o nome. Um percentual significativo foi identificado entre os que não concluíram o ensino fundamental e os que finalizaram o ensino médio. Em seguida, com dados mais expressivos, os que concluíram o ensino

fundamental. Finalmente, os que não concluíram o ensino médio estão na ordem de 7,14 %. Percebe-se um alto índice de analfabetismo, inclusive se considerarmos os analfabetos e os que se autodenominaram alfabetizados (escrevem o nome com dificuldade), totalizando cerca de 32 %. O dado reflete algumas demandas da população local em ampliar o serviço do ensino público no período noturno, o que possibilitaria aos adultos, às crianças e aos adolescentes, que trabalham na roça, acesso ao estudo. Mas, isso só será possível com a implantação da energia elétrica.

Quadro 12. Grau de escolaridade dos moradores de Caruaru e do Porto Pelé

Escolaridade	%
Analfabetos	21,42
Alfabetizados	10,71
Ensino fundamental completo	17,85
Ensino fundamental incompleto	21,42
Ensino médio completo	21,42
Ensino médio incompleto	7,14
TOTAL	100

Fonte. NÓBREGA, W.R. M (2006).

Acerca da renda familiar, o percentual mais expressivo (exposto no quadro 13) está entre os que vivem com uma renda que varia entre 1 e 2 salários mínimos. Em seguida, um pouco mais de um quarto da população sobrevive, em Caruaru e em Porto Pelé, com meio salário mínimo mensal. Em terceiro lugar, os moradores que vivem com uma renda mensal familiar entre 2 e 4 salários. Finalmente, com 3, 44 %, o *trade* turístico que atua naquela localidade ganha cerca de 20 salários⁵⁸. Percebe-se um poder de compra muito baixo junto aos moradores entrevistados, tendo na conseqüência problemas de ordens social e ambiental, já que muitos desses moradores são levados à práticas ilícitas, como roubo/furto, principalmente

⁵⁸ Vale ressaltar que esta renda não está ligada somente à operacionalização de produtos em Mosqueiro, visto que o turismo na área do entorno do parque ecológico de Mosqueiro ainda é bastante incipiente.

na área urbana de Mosqueiro, e ao desmatamento de áreas dotadas de espécies, como a castanheira, proibido por legislação ambiental nacional.

Observa-se que a parcela da população com melhor renda familiar (os que ganham entre 2 a 4 salários) está ligada ao comércio de alimentos, bebidas e ao artesanato. É importante dizer que uma parte significativa no fluxo de vendas se dá pelo aumento dos visitantes, seja em eventos específicos, feriados, veraneio, seja nos finais de semana.

Quadro 13. Renda mensal familiar dos moradores de Caruaru e do Porto Pelé

	%
½ Salário	20,68
1 a 2 salários	58,62
2 a 4 salários	17,24
20 salários	3,44
TOTAL	100

Fonte. NÓBREGA, W.R. M (2006).

Com todos os dados levantados e analisados durante a elaboração desta pesquisa, verificou-se o distanciamento da participação popular na concepção do Proecotur. Detectou-se, também, que uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento turístico de base local naquela região está, intrinsecamente, ligada à questão educacional, bem como à falta de informação sobre o Proecotur, que excluiu um número significativo de atores locais do processo. Fica, então, evidente que uma situação como essa não poderia nunca ter ocorrido na implementação de um Programa que defende a participação popular como um dos principais pilares de desenvolvimento local.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSIÇÕES

Neste trabalho analisaram-se os instrumentos de participação popular no processo de concepção das políticas públicas na Amazônia, tendo como recorte o Proecotur, no município de Belém, Estado do Pará, mais precisamente no distrito de DAMOS - Ilha de Mosqueiro, com estudo de caso em Caruaru e Porto Pelé.

O Proecotur tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável por meio do ecoturismo, estabelecendo, para isso, diretrizes e meios em toda a Amazônia Legal. Assim, foi necessária a contextualização do cenário onde as intervenções se deram, envolvendo toda uma familiaridade e peculiaridade do território amazônico.

A condução das políticas públicas de turismo na Amazônia, na década de 1970, nasceu no cenário do regime militar, sob um aspecto tecnocrático e caminha, de forma gradativa, para um processo de decisão democrática. Várias foram as intervenções do poder público para o planejamento turístico. Documentos como os Planos de Desenvolvimento da Amazônia – PDA's e Planos de Turismo na Amazônia – PTA's, por exemplo, configuraram um novo espaço amazônico para o uso turístico.

Atualmente, há uma preocupação em se adotarem práticas que envolvem o Planejamento Participativo, no que concerne aos programas do Poder Público Federal. Por ser esse, no entanto, um processo conturbado, a sociedade civil vem garantindo, só parcialmente, a sua participação efetiva na condução política do Estado. Nesse contexto, é importante ressaltar o papel que a Sudam desenvolveu frente ao desenvolvimento regional, inclusive no âmbito turístico, embora muitos dos projetos instalados na Região Amazônica não tenham alcançado os resultados esperados.

No presente trabalho, foi destacada a relação da cultura com a atividade ecoturística, e também questões ligadas ao desenvolvimento do turismo com fatos históricos, tais como: processo de industrialização regional, evolução técnico-científica e, finalmente, a problemática ambiental, evidenciando a relação homem-natureza. Os saberes dos povos locais caracterizam um dos pilares do desenvolvimento sustentável defendido pelos estudiosos do turismo.

De maneira geral, a Amazônia apresenta-se como uma região riquíssima e apropriada para o desenvolvimento do ecoturismo, levando em conta sua fauna, sua flora, seus aspectos fisiográficos, sua cultura. As inúmeras ilhas do município de Belém configuram-se como áreas significativas para o turismo, sendo Mosqueiro a de maior destaque e mais freqüentada. Nos últimos 30 anos, a Ilha passou por significativas transformações espaciais, principalmente a partir da construção da ponte de ligação com o continente. Mais recentemente, Mosqueiro foi palco de intervenções de políticas públicas de ecoturismo através do Proecotur.

A Ilha oferece inúmeros atrativos naturais e culturais que foram, parcialmente, formatados em produtos destinados ao consumo turístico. Tal processo configurou uma nova forma de apropriação do espaço, que vem ocorrendo até os dias atuais, observando-se um processo de turistificação com a valorização de determinadas áreas, a partir da modernização desencadeada através de um processo de planejamento (Benevides, 2000).

Sobre os aspectos referentes às comunidades do Porto Pelé e de Caruaru, percebe-se transformações nos modos e costumes locais, que Canclini (1997) denomina de hibridismo. É um processo no qual a mescla de diferentes culturas, ao longo da história, contribui para uma nova configuração, de acordo com as necessidades e desejos da população.

Os festejos e credences populares dos povos da floresta amazônica também foram abordados. Percebe-se que o imaginário popular é muito forte junto aos moradores de Caruaru, “As relações sociais e simbólicas são legitimadas pelas trocas comerciais, pelo parentesco que unem famílias tanto da capital quanto das áreas interioranas, pela presença de festas religiosas, cívicas e populares tais como procissões, paradas militares e o carnaval” (MEGAM, 2005). Na localidade de Caruaru é realizada a festividade de Santa Rosa de Lima, evento de grande repercussão católica no arquipélago de Mosqueiro, atraindo um número significativo de turistas.

O Proecotur encontra-se em andamento desde 1999, no Estado do Pará, buscando promover o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica por meio do ecoturismo, estabelecendo diretrizes e meios através de infra-estrutura turística básica em toda Amazônia Legal. Algumas metas foram delineadas para a efetivação e sucesso desse Programa, identificando-se resultados positivos, como a realização de oficinas de sensibilização turística para organismos como: Secretarias Municipais de Turismo dos municípios de Belterra, Augusto Corrêa / Soure; Conselhos Municipais de Turismo, Ong's e Associações ligadas ao turismo; realização de atividades ligadas ao Plano de Gestão de resíduos sólidos; e, finalmente, realização de oficinas de “Qualidade no atendimento aos visitantes”, “Condução de visitantes em áreas naturais” e “Planejamento e gestão de negócios em turismo”.

Por outro lado, identificaram-se obstáculos para a implementação do Proecotur, tais como certas dificuldades enfrentadas pelos gestores públicos nas esferas governamentais, além de algumas ligadas à geração de empregos. Demasiadamente otimistas, não obtiveram os resultados esperados. Atualmente, a coordenação do Programa aguarda a finalização do processo administrativo interno da Paratur para avaliação e definição de ações futuras.

No que concerne à participação popular, foi identificado um baixo grau de envolvimento da população local na concepção e na gestão do Proecotur. De maneira geral, não é equívoco dizer que no Brasil não são muitas as experiências bem sucedidas e contínuas no que se refere à participação das comunidades nas decisões de políticas públicas. Notadamente no município de Belém, alguns avanços foram observados, entretanto, no que se refere ao ecoturismo, a atuação popular foi tímida.

A principal dificuldade para a inserção das populações tradicionais está relacionada ao baixo nível educacional e à falta de informações referentes aos direitos e deveres prementes

de qualquer cidadão. O acesso à educação é, portanto, uma premissa para a constituição do elemento participativo. Outro ponto que merece destaque é a geografia peculiar da Região Amazônica, entrecortada por muitos corpos d'água, baixa densidade demográfica, e ausência de transportes públicos, dificultando a comunicação interna entre moradores locais.

Percebe-se uma maior aproximação entre os moradores durante o festejo de Santa Rosa de Lima, realizado anualmente no mês de agosto, conforme apontado por Passos (2004, p. 88): “A participação entre os moradores foi construída tradicionalmente, onde se delegava o poder de representação a um determinado líder, garantindo maior legitimidade ao organizador da festividade religiosa”. Acredita-se que um maior nível de participação popular, aliada ao planejamento integrado dos municípios, é necessário para o crescimento, desenvolvimento e satisfação das necessidades básicas de todos os atores envolvidos na atividade turística. Para a concretização de um planejamento integrado de base comunitária, se faz necessária a sinergia de diferentes aspectos como: tecnologias apropriadas; assistência técnica; créditos financeiros; parcerias; cooperação; definição de estratégias de escoamento; implantação do sistema de redes estruturais; e implantação do sistema de redes organizacionais.

Há um leque diversificado de demandas das comunidades de Caruaru e Porto Pelé, sobretudo questões de ordem infra-estrutural e de apoio técnico, entretanto, observou-se a necessidade premente de intervenções pelo poder público, em questões de ordem socioeconômica, para a minimização de alguns problemas enfrentados pela população daqueles locais. Com todos os dados levantados e analisados, durante a elaboração desta pesquisa, constatou-se o distanciamento da participação popular na concepção do Proecotur. Detectou-se, também, uma das grandes dificuldades para o desenvolvimento turístico de base local está, intrinsecamente, ligada à questão educacional, bem como, à falta de informação sobre o Proecotur, o que excluiu um número significativo de atores locais do processo. Fica, então, evidente que uma situação como essa não poderia nunca ter ocorrido na implementação de um Programa que defende a participação popular com um dos principais pilares de desenvolvimento local.

Outro ponto que se considera importante para a solução e/ou minimização dos problemas encontrados pelos gestores públicos está relacionado à captação de recursos financeiros para contratação de corpo técnico especializado, modernização de equipamentos físicos e tecnológicos. Para que ocorra o desenvolvimento equilibrado, Furtado (1994) afirma

que “se envolvessemos de fato as comunidades tradicionais teríamos enormes chances de elaborar modelos e programas de desenvolvimento eficazes para a região, pois considerando a sabedoria popular do caboclo saberíamos o que busca a população local”.

Há duas formas de participação política: a democracia representativa e a participação individual / coletiva. No município de Belém, houve edições do Congresso da Cidade como forma de aproximar o poder público municipal dos cidadãos. Muitas críticas foram direcionadas aos gestores municipais, nesse processo, por aqueles que acreditam não passarem as deliberações internas de uma participação “enrustida”, ou seja, manipuladas pela máquina pública. Mas o Congresso foi uma das conquistas no município de Belém, inclusive no distrito DAMOS, no que tange às ações ligadas ao desenvolvimento urbanístico, ambiental, desenvolvimento humano, inclusão social, entre outros.

Quanto à participação de base comunitária, ela foi motivada em larga escala pelos organismos não-governamentais. Esse movimento foi acentuado na década de 1980 e vem crescendo a cada ano em escala mundial.

Segundo Diaz Bordenave (1994), são 07 os níveis de participação, que perpassam desde a informação até o nível da autogestão. Nas comunidades do Porto Pelé e de Caruaru, os níveis do Proecotur não ultrapassaram o nível 2, restringindo-se a consulta facultativa que compreende pedir, ou não, sugestões para a solução de problemas. Nesse sentido, observa-se um processo de envolvimento participativo muito pequeno, quando se abordam questões relacionadas ao gerenciamento de tais ações.

O artesanato é um dos elementos que se destaca nas atividades econômicas de Caruaru, visto o seu potencial para agregar valor à composição dos produtos em destinos turísticos, não obstante a produção é comercializada, atualmente, na vila de Mosqueiro, atendendo um público diversificado, não somente os visitantes ecoturistas que adquiriam as peças quando percorram o trajeto da “Trilha Olhos D’água”.

No decorrer deste trabalho, abordaram-se as políticas públicas realizadas nas diferentes esferas governamentais, no entanto, centralizamos nossos esforços no Proecotur. Alguns entraves acerca da implementação do Programa foram identificados ao longo da pesquisa. O quadro a seguir retrata algumas sugestões que possam dinamizar o processo de condução do Programa:

SITUAÇÃO ATUAÇÃO DO PROECOTUR	SUGESTÕES PARA UMA MELHOR GESTÃO DO PROECOTUR
Extensas áreas territoriais na delimitação dos pólos.	Pontuar ações em um único pólo dividindo-os em “microzonas piloto”.
Fluxo de visitantes entre pólos, prejudicado devido às dificuldades de circulação pelo território amazônico, por suas características com densa rede de drenagem.	Concentrar esforços na construção de infra-estrutura hidroviária, inclusive na articulação de novas linhas regulares fluviais.
“Imposição” dos organismos financiadores para a criação de unidades de conservação para o desenvolvimento da prática ecoturística.	Dinamizar as áreas potenciais e reais para atividade ecoturística, trabalhando em paralelo na criação de unidades de conservação com fins de agilizar a tramitação legal.
Estrutura interinstitucional não adequada para a busca dos resultados propostos.	Readequar o sistema de gerenciamento de diferentes políticas públicas que atuam diretamente e/ou indiretamente no setor turístico, com fins de evitar a sobreposição das políticas.
Sucessivas mudanças na coordenação do Programa.	Criar um conselho gestor entre a Paratur, Sectam e Sociedade Civil organizada, para o gerenciamento de programas turísticos em áreas naturais (estendendo a outros segmentos, não somente ao ecoturismo).
A troca da coordenação do Programa da SECTAM para a PARATUR dificultou, de certa forma, o andamento do Proecotur, haja vista que não há uma comunicação transparente entre os dois órgãos.	Criar um mecanismo de ligação interna entre a Paratur e a Sectam, havendo uma rotatividade na coordenação entre os órgãos por períodos de seis meses. A proposta se faz necessária pelo acúmulo de tarefas dos técnicos, que, geralmente, têm com outras atividades acumuladas.
Limitação de créditos para investimentos infra-estruturais e de recursos humanos para o Proecotur.	Criar uma linha de micro-créditos em âmbito estadual, para atender empreendedores (população local) potenciais e reais ligados à atividade ecoturística.

Fonte: NÓBREGA, W. R. M. (2006).

Acredita-se que possíveis intervenções por parte do público podem sanar elementos impeditivos para uma melhor gestão do Proecotur. Para tanto, se faz necessário definir estratégias para implementar a participação popular local. A seguir, algumas possibilidades que podem ser efetivadas:

- fortalecer a cooperação interinstitucional (principalmente entre os diferentes organismos municipais, evitando assim a sobreposição de políticas públicas, ou seja, uniformizar as diretrizes de forma integral);
- promover, incentivar e estimular a criação e melhoria de infra-estrutura para melhorias sociais que, de alguma forma, estejam vinculadas à atividade ecoturística;
- criar e atualizar, permanentemente um banco de dados acerca dos locais pré-determinados como potenciais para a prática do ecoturismo.

Considera-se que em Caruaru e em Porto Pelé cada parcela do território está passando por transformações espaciais drásticas, encontrando-se em meio a um processo que ora a valoriza, ora a desvaloriza. O turismo local só será uma alternativa viável se for inserido em

uma perspectiva sustentável, encarado como foco central do planejamento do uso e da ocupação desse espaço, adotado como uma estratégia alternativa de desenvolvimento.

Compreender o turismo pelo viés dos critérios de sustentabilidade é dar-lhe uma dimensão adequada, direcionando-o através de um planejamento que envolva não só o presente, mas também o futuro. A atividade turística assim encarada (como todas as outras atividades humanas) pode desenvolver-se como um fenômeno endógeno, gestado no âmago da própria natureza.

As dimensões da sustentabilidade sugeridas por Sachs (1994) podem ser transpostas para o planejamento de desenvolvimento de núcleos receptores de turismo, como aqueles da área de estudos:

- *a sustentabilidade social*, cujo objetivo é promover atividades que tenham possibilidade de contribuir para uma distribuição mais igualitária da renda, reduzindo-se as desigualdades entre os padrões de vida dos ricos e dos pobres e a segregação sócio-espacial, promovendo-se o exercício de uma verdadeira cidadania;
- *a sustentabilidade econômica*, com uma apropriação e gestão mais eficientes dos recursos naturais, incentivando-se um fluxo contínuo de investimentos públicos e da iniciativa privada, garantindo a participação da comunidade e o nível de emprego local;
- *a sustentabilidade ecológica*, em que as atividades turísticas seriam desenvolvidas respeitando os limites (a capacidade de carga) dos ambientes envolvidos, com um mínimo de danos aos ecossistemas;
- *a sustentabilidade cultural*, com preservação da identidade cultural das comunidades locais, ao mesmo tempo inserindo-as no desenvolvimento da área;
- *a sustentabilidade espacial*, que investiria numa organização mais harmônica das áreas turísticas, preservando os ambientes.

O desenvolvimento do turismo assim encaminhado pode representar uma saída para a situação atual do Porto Pelé e de Caruaru, minimizando o choque de interesses entre os

diversos atores que atuam ali, diminuindo a distância entre aqueles que implementam o Proecotur e a comunidade local. Assim, poderá desencadear uma organização espacial que vai considerar as necessidades humanas, incorporando as populações locais aos benefícios gerados pelo turismo, transformando-as em sujeitos do desenvolvimento.

Dessa forma, o espaço turistificado da área de estudo poderá alcançar um desenvolvimento autocentrado, partindo de suas bases, protagonizado pelas decisões comunitárias sobre seu próprio destino.

Sugerem-se algumas diretrizes específicas para o desenvolvimento turístico local:

- formação de uma associação de atores sociais locais - governo municipal, moradores fixos e temporários, área do governo estadual - para, em primeiro lugar, pensar sobre o “destino” que será dado ao espaço geográfico em questão, determinando objetivos e estratégias de ação comuns a serem alcançados a curto, médio e longo prazos, estabelecendo, enfim, uma verdadeira política turística local;
- determinação de tendências do desenvolvimento turístico a serem incentivadas, verificando se haverá estímulo à expansão dos loteamentos de veraneio ou se outras alternativas deverão ser procuradas, como a instalação de equipamentos básicos (sanitários, estacionamentos, entre outras) e/ou construção de meios de hospedagem como hotéis, pousadas, campings. Realizar um inventário da área para definir a infra-estrutura básica, equipamentos e serviços existentes que servem à população em geral e aqueles de apoio turístico.
- normatização da implantação de qualquer empreendimento turístico no local, determinando condições mínimas de instalações físicas e prestação de serviços, visando distribuir de maneira equilibrada a oferta de equipamentos e residências, respeitando a capacidade de carga do meio;
- sensibilização da população local, tanto a residente fixa como a residente sazonal, no sentido de se criar um “Conselho Popular”, que poderá decidir as tendências dos arranjos sócio-espaciais da área.

Lembrando as especificidades de cada lugar, as conclusões deste estudo de caso podem ser extrapoladas para outros locais, principalmente para aqueles que tiveram seus espaços turistificados através de implementação de políticas públicas, como o Proecotur.

Espera-se que a elaboração desta dissertação de mestrado possa oferecer informações e reflexões importantes para a gestão pública, bem como para a comunidade acadêmica, dada a necessidade de se discutir o fomento de estratégias de participação popular na elaboração de políticas que implementem o desenvolvimento dentro de uma perspectiva da sustentabilidade, principalmente na área do turismo, setor que, se bem conduzido, pode oferecer possibilidades de melhoria da qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R. et. al. **Capitalismo:** da gênese à crise atual. Montes Claros: Unimontes, 1999.

ALMEIDA, J. R. MALHEIROS, T. M. MORAES, F. E. SOUZA J. B. M. **Planejamento ambiental:** caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio. 2 ed. Rio de Janeiro: Thex, 2002.

ALVES, L. I. O.; CARVALHO, R. M.; LASMAR, I. E. **Espaço em Construção.** Vol.2. Belo Horizonte: Lê, 1990.

BARRETO, M. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo.** Campinas: Papirus, 1995.

_____. **Turismo e legado cultural:** as possibilidades do planejamento. 4 ed. Campinas: Papirus, 2003.

BECKER, B. **Amazônia.** 3 ed. São Paulo: Ática, 1994.

BENCHIMOL, S. Eco-92: Borealismo ecológico e tropical ambiental. In. COSTA, J. M. (Coord.). **Amazônia: desenvolvimento ou retrocesso**. Belém: Cejup, pp. 17-39, 1992.

BENEVIDES, I. P. **Planejamento governamental, produtos e territorialidades turísticas no Ceará**. In: VI Encontro Nacional de Turismo com Base Local. Campo Grande, 2002.

_____. O Prodetur-CE: o planejamento territorial do turismo como caso de planejamento governamental no Ceará. In RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996, pp.163-176.

BENI, M. C. Conceituando turismo rural, agroturismo, turismo ecológico e ecoturismo. In. BARRETO, M. TAMANINI, E. **Redescobrimo a Ecologia no Turismo**. Caxias do Sul: EDUCS, 2002.

BOO, E. O planejamento ecoturístico para áreas protegidas. In. LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, pp. 31-57, 2001.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento do espaço turístico**. Bauru: EDUSC, 2002.

BRANDÃO, E. J. C.; DANTAS, A. B. **Encantos e encantamentos em uma ilha do rio-mar**. Belém, 2004.

BRANDÃO, E. J.; CONCEIÇÃO, M. F.C.; LÍRIO A.; MANESCHY. Perspectivas para o desenvolvimento sustentável no arquipélago de Belém-PA: o caso das comunidades rurais do entorno do parque municipal da Ilha do Mosqueiro. In: ARAGÓN, L. (Org) **Conservação e desenvolvimento no estuário e litoral amazônicos**. Belém: UFPA/NAEA, 2003, pp.215-248, 2004.

BRITO, D. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: COELHO, M.C. et al. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: UFPA/NAEA, pp.147-173, 2001.

CANCLINI, N. G. **Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização**. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 1997.

CARDOSO, M. P. **Ilha do Mosqueiro: cenário de lutas amazônidas na trilha de sua sobrevivência**. Belém: UFPA/CSE, 2000.

CASTRO, E. PINTON, F. (org.). **Faces do trópico úmido: conceitos e questões sobre o desenvolvimento e meio ambiente**. Belém: Cejup: UFPA/NAEA, 1997.

CASTRO, E. Estado e Políticas Públicas na Amazônia em face da Globalização e da Integração de Mercados. In: COELHO, M.C. et al. (org.). **Estado e políticas públicas na Amazônia: gestão do desenvolvimento regional**. Belém: UFPA/NAEA, 2001, p.7-32.

CEBALLOS-LASCURÁIN, H. O ecoturismo como um fenômeno mundial. In. LINDBERG, K. HAWKINS, D. **Ecoturismo: um guia para o planejamento e gestão**. 3 ed. São Paulo: SENAC, pp. 23-29, 2001.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS - CMB. **Usina Hidrelétrica de Tucuruí (Brasil): relatório final**. Rio de Janeiro: LIMA/COPPE/UFRJ, 2000.

COMPANHIA PARAENSE DE TURISMO - PARATUR. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará**. Belém, 2001.

CRUZ, E. **História de Belém**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1973.

CRUZ, R. C. **Política de turismo e território**. 2 ed, São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à geografia do turismo**. 2 ed. São Paulo: Roca, 2003.

CROSBY, A. MONEDA, A. **Desarrollo y gestión Del turismo em áreas rurales y naturales**. Madri: Cefat/Natour, 1996.

DALLARI, D. A. **O que é participação política**. São Paulo: Abril cultural - Brasiliense, 1984.

DENCKER, A. de F. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2001.

DIAZ BORDENAVE, J. E. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DIEGUES, A C. ARRUDA, R. S. (org.). **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. São Paulo, USP, 2001.

DOWBOR, L. **Introdução ao planejamento municipal**. São Paulo, Brasiliense: 1987.

_____. **A reprodução social: propostas para uma gestão descentralizada**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1999.

FIGUEIREDO, S. J. L. **Planejamento do turismo na Amazônia: notas sobre a participação popular**. R. Cent. Sócio-Econ., Belém, V.2, n.2. 1995.

_____. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: NAEA/UFGA, 1999.

FRANÇA, C. F.; SOUZA FILHO, P. W. M. **Análise das mudanças morfológicas costeiras de médio período na margem leste da ilha de Marajó (PA) em imagem landsat**. In. Revista Brasileira de Geociências v. 33(2-Suplemento) pp. 127-136, junho de 2003. Disponível em: http://www.sbgeo.org.br/rgb/vol33_down/2003_vol33_down.html. Acesso em 30.04.06.

FURTADO, L. G. Comunidades tradicionais: sobrevivência e preservação ambiental. In: D'INCAO, M. A & SILVEIRA, I. M. (org). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. pp.67-74.

_____. **Currulistas e redeiros de Marudá**: pescadores do litoral do Pará. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1987.

GEERTZ, C. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis: Vozes, 1998.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 8 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

HILLEL, E. O. **As boas possibilidades do turismo ambiental**. In Estudos de turismo e hotelaria, edição especial. São Paulo: SENAC/CEATEL, 1994.

IANNI, O. **A sociedade global**. 8 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO SUL DA BAHIA - IESB.
Ecoparque de Una-BA. Disponível em:
<http://www.iesb.org.br/areas/ecoturismo/ecoparque.htm> Acessado em 16/04/2004.

IRVING, M. A.; AZEVEDO, J. **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

LAFER, B. M. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1987.

KRIPPENDORF, J. **Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. 3 ed. São Paulo: Aleph, 2001.

LUCHIARI, M. T. D. P. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. Capinas: UNICAMP, 1999. (tese de doutoramento).

MARTINS, M. L. R. **Os desafios da gestão municipal democrática, Belém 1997-2000: desenhando a cidade do terceiro milênio**. São Paulo: Pólis, 2000.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro: ilhas e vilas**. Belém: Grafisa, 1978.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO – MICT / MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília, 1994.

_____. **Política nacional de turismo: diretrizes e programas 1996-1999**. Brasília, 1996.

MMA/SCA/PROECOTUR. **Ecoturismo: visitar para conservar e desenvolver a Amazônia**. Brasília, 2002.

_____. **Manual operacional: disposições gerais, convênios**. Brasília, 2000.

MEIRA FILHO, A. **Mosqueiro: ilhas e vilas**. Belém: Grafisa, 1978.

MOESCH, M. **A produção do saber turístico**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2002.

MOLINA, S. RODRIGUÉZ, S. **Planejamento integral do Turismo: um enfoque para a América Latina**. São Paulo: Bauru, 2001.

NÓBREGA, W. R. M.; CISNE, R. N.; GOMES, I. D. **Ecoturismo no litoral amazônico brasileiro: uma opção sustentável para o município de São João de Pirabas, Estado do Pará ?**. In. III Conferência da AMFORHT para a América Latina. São Paulo – SP. CD-ROM.

NÓBREGA, W. R. M. **Políticas Públicas de Turismo no Município de Tucuruí-PA: diretrizes para um planejamento municipal**. Belém: UFPA/CSE, 2003. (monografia de curso de graduação em turismo).

_____. **Turismo em Áreas Naturais e sua Relação com a Comunidade Local:** uma reflexão sobre o ecoparque de Una-BA. In. Revista eletrônica Caminhos de Geografia. Uberlândia. Junho 2005, ano 5, v.15, pp.13-19. Disponível em: http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html. Acesso em 10.06.05.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO - OMT. **Introducción al turismo.** Madrid: Egraf, 1998.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E A CULTURA – UNESCO. **Políticas culturais para desenvolvimento:** uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

PARATUR. **Plano de Desenvolvimento Turístico do Estado do Pará.** Belém, 2001.

PASSOS, E. A. **Tradição e participação:** um estudo da comunidade de Caruaru, Ilha do Mosqueiro, PA. Belém: UFPA/CFCH, 2004. (dissertação de mestrado).

PETROCCHI, M. **Gestão de pólos turísticos.** São Paulo: Futura, 2001.

PINTO, L. F. **Amazônia:** no rastro do saque. São Paulo: Hucitec, 1980.

PIRES, P. S. **Dimensões do ecoturismo.** São Paulo: Senac, 2002.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM - PMB. **I Congresso geral da cidade de Belém:** plano para Belém. Belém: PMB/SEGEP, 2001.

_____. **Formas de apropriação e uso do território.** Belém: PMB/SEGEP/FUNPAPA, 2000.

_____. **Congresso da cidade 2001:** balanço da participação popular em Belém do Pará. Belém: PMB/SEGEP, 2001.

_____. **Congresso da cidade 2002:** balanço da participação popular em Belém do Pará. Belém: PMB/SEGEP, 2002.

_____. **Formas de apropriação e uso do território.** Belém: PMB/SEGEP/FUNPAPA, 2000.

_____. **Plano diretor urbano do município de Belém.** Belém, 1993.

_____. **Anuário estatístico do Município de Belém – 2000.** PMB/SEGEP. Belém, 2000.

_____. **Diagnóstico das famílias ribeirinhas do município de Belém.** .PMB/SECON. Belém 2001.

PROECOTUR. **Diagnóstico do potencial ecoturístico do pólo Belém Amazônia Atlântica.** Belém: relatório preliminar, 2003.

_____. **Estratégias de desenvolvimento do ecoturismo:** pólo Belém / Amazônia Atlântica. Belém: relatório preliminar, 2003.

RATTNER, H. **Planejamento e bem-estar social.** São Paulo: Perspectiva, 1977.

REDCLIFT, M. **Sustainable development:** exploring the contradictions. London: Roulledge Press, 2000.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro:** a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

RODRIGUES, E. B. **Os desafios da metrópole:** reflexões sobre o desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

RODRIGUES, A. B. Percalços do planejamento turístico: o Prodetur-NE. In RODRIGUES, A. B. (Org.) **Turismo e geografia:** reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996, pp. 147-162.

ROCHA, H. Refletindo os conceitos de folclore, cultura popular e tradição. In: MARTINS, C. **Antropologia das coisas do povo.** São Paulo: Roca, 2004 pp. 1-20.

RODRIGUES, E. B. **Os desafios da metrópole:** reflexões sobre o desenvolvimento para Belém. Belém: NAEA/UFPA, 2000.

RUSCHMANN, D. V. M. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 8. ed. São Paulo: Papirus, 2001.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI.** Desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Nobel, 1993.

SARGES, M. N. **Belém:** riquezas produzindo a Belle-Époque. Belém: Paka-Tatu, 2000.

SOARES, J. A. CACCIA-BAVA, S. (org.) **Os desafios da gestão municipal democrática.** 2 ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SUDAM/UFPA/FADESP. **Curso de planejamento e gestão do desenvolvimento regional - Planear:** V.1 Introdução à Teoria do Planejamento. Belém: SUDAM, 2001, 4v.

SUDAM/OEA/MMA. **Estratégia para o Desenvolvimento Integrado do Ecoturismo na Amazônia Legal.** s.l., 1997.

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA – SUDAM. **Plano de turismo da Amazônia.** Belém, 1977.

_____. **Plano de turismo da Amazônia.** Belém, 1992.

_____. **Plano de desenvolvimento da Amazônia:** 1994/97. Belém, 1993.

_____. **Plano de desenvolvimento da Amazônia:** 1992/95. Belém, 1992.

TAVARES, A. E. P. Turismo sustentável e qualidade de vida dos produtores de cerâmica em Icoaraci. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **O ecoturismo e a questão ambiental na Amazônia.** Belém: UFPA/NAEA, 1999. pp. 205-224.

THE WORLD COMMISSION ON ENVIRONMENT AND DEVELOPMENT. **Our common future.** London: Oxford, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ / NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS. **Relatório do projeto de estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico - MEGAM.** Belém: NAEA, 2005.

WARNIER, J. P. **A mundialização da cultura.** Lisboa: Notícias, 2000.

WORLD WILD FOUNDATION - WWF. **Manual de ecoturismo de base comunitária:** ferramentas para um planejamento responsável. Brasília, 2003.

APÊNDICE - A

FORMULÁRIO PARA OS GESTORES DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Prezado senhor e/ou senhora:

Solicitamos sua colaboração no sentido de identificar o grau de articulação e desenvolvimento do Proecotur em esfera regional / estadual / municipal.

1. Nome e sobrenome:
2. Função que exerce:
3. Sexo:
() Feminino () Masculino
4. Como está o andamento do Proecotur no Estado do Pará ? Quais obras já foram realizadas?
5. Quais investimentos em reais estão sendo realizados em capacitação ? Quais os atores capacitados? E quanto a implementação de obras, o que está sendo feito no Pólo Belém / Amazônia Atlântica?
6. Para você, os diagnósticos e estratégias apresentadas pelas consultorias vencedoras do processo licitatório foram satisfatórios na sua totalidade ? Justifique sua resposta.
7. Hoje, há uma tendência inerente na sociedade globalizada em aproximar o processo de tomada de decisão, entre o poder público, privado, terceiro setor e a comunidade local. Você acredita que a condução do processo do Proecotur em todas as esferas do poder público está se dando sob esta ótica ? Em que proporção ?
8. Você tem conhecimento que a Prefeitura Municipal de Belém alocou recursos provenientes do Proecotur, na ordem de R\$ 240.000,00 para construção de um complexo hidroviário no Porto Pelé, no Distrito de Mosqueiro, no município de Belém?
9. A partir do diagnóstico e das estratégias elencadas pelo IBRAD, na sua opinião qual seria o projeto fundamental a ser implantado no município de Belém com recursos do Proecotur ?

APÊNDICE – B

FORMULÁRIO PARA A POPULAÇÃO LOCAL

Prezado senhor e/ou senhora:

22. Tem envolvimento com alguma organização ou projeto ecológico/cultural ?
() sim – 1. Qual organização / projeto ? Que tipo de envolvimento ?
.....
() Não – 2
23. Você conhece, ou já ouviu falar do Proecotur ?
() Conhece – 1
() Não conhece – 2
() Ouviu falar - 3
24. Tem conhecimento do Pólo Belém ?
() Sim - 1
() Não - 2
25. Como você ficou sabendo do Programa ? Você concorda com ele?
() Mídia televisiva – 1 () Jornal impresso – 2 () Revista – 3 () Evento técnico científico – 4 ()
Amigos – 5 () Outros – 6
26. Qual a sua impressão em relação ao Programa ?
() Péssimo – 1 () Regular – 2 () Bom – 3 () Excelente – 4 () Sem opinião – 5
27. Para você, o Programa pode proporcionar algum benefício para a comunidade ou para você
diretamente ? Quais ?
() Sim – 1
() Não - 2
28. Você foi consultado sobre a possível implantação do Programa ?
() Sim - 1
() Não – 2
29. Como e de que forma você se sentiria envolvido no processo de implantação do Programa ?
30. Qual a atividade econômica predominante na comunidade de Caruaru ?
31. Quais festas tradicionais existem na comunidade ? Você as considera importantes para a
conservação da cultura local ?
32. Se você pudesse opinar de forma individualizada, o que você sugeriria para os formuladores
de políticas públicas inserirem como fundamental no seu planejamento ?
33. O que você acrescentaria na comunidade de Caruaru ?
34. O que retiraria da comunidade de Caruaru ?
35. O que você faz em seu tempo livre?
36. Para você, é importante a instalação de obras no Porto Pelé, para a comunidade de Caruaru ?
Sim () Não ()
37. Algumas sugestões e/ou observações.

APÊNDICE - C

FORMULÁRIO PARA O *TRADE* TURÍSTICO

Prezado senhor e/ou senhora:

Solicitamos sua colaboração no sentido de identificar seu grau de conhecimento acerca do Proecotur; fatores que interferiram e interferem na comercialização de produtos turísticos da localidade do Porto Pelé.

01. Nome e sobre nome:.....

02. Sexo:

Feminino - 1 Masculino - 2

03. Idade _____ Há quanto tempo você atua no Porto Pelé _____

04. Onde nasceu _____

05. Estado civil:

Solteiro (a) - 1 Casado (a) - 2 Viúvo (a) - 3 Desquitado (a) - 4 Outros - 5

06. Faixa Etária:

15 a 19 anos 20 a 29 anos 30 a 39 anos 40 a 49 anos 50 a 59 anos
 acima de 60 anos

07. Grau de escolaridade:

Ensino fundamental - 1 Ensino fundamental incompleto - 2 Ensino Médio - 3
 Ensino Médio incompleto - 4 Superior completo - 5 Superior incompleto - 6
 Pós-graduando - 7 Pós-graduado - 8

08. Ocupação atual:.....

09. Estado/Município de procedência:.....

10. Nível de renda familiar:

2 - 4 salários 04 - 06 salários 06 - 08 salários 08 - 10 salários 10 - 12
salários 12 - 14 salários 20 salários.

11. Tem envolvimento com alguma organização ou projeto ecológico ?

sim - 1. Qual organização / projeto ? Que tipo de envolvimento ?

.....
 Não - 2

12. Você conhece, ou já ouviu falar do Proecotur ?
 Conhece – 1
 Não conhece – 2
 Ouviu falar - 3
13. Tem conhecimento do Pólo Belém ?
 Sim - 1
 Não - 2
14. Como você ficou sabendo do Programa ?
 Mídia televisiva – 1 Jornal impresso – 2 Revista – 3 Evento técnico científico – 4 Amigos – 5 Outros - 6
15. Qual a sua impressão em relação ao Programa ? Você concorda com ele?
 Péssimo – 1 Regular – 2 Bom – 3 Excelente - 4
16. Para você o Programa pode proporcionar algum benefício para a comunidade ou para você diretamente ? Quais ?
 Sim - 1
 Não - 2
17. Se você pudesse opinar de forma individualizada, o que você sugeriria para os formuladores de políticas públicas inserirem como fundamental no seu planejamento para o Porto Pelé ?
18. O que você acrescentaria no Porto Pelé ?
19. O que retiraria do Porto Pelé ?
20. Para você, é importante a instalação de obras no Porto Pelé, no entorno do parque municipal de Mosqueiro?
Sim – 1 Não – 2
21. Algumas sugestões e/ ou observações.

APÊNDICE – D

RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DA POPULAÇÃO LOCAL E *TRADE* TURÍSTICO

ÁREA	NOME	CARGO	PERÍODO
PORTO PELÉ	Nilo Souza Bentes		07/2004
	Otávio Bentes Cabral Jr.		07/2004
	Pedro da Páscoa Cabral Bittencourt		12/2005
CARUARU E ÁREAS DE INFLUENCIA ⁵⁹	José Carlos de Araújo Fróes		12/2004
	Odilena de Araújo Ferreira		12/2004
	Irene Fróes da Conceição		01/2006
	Arlete Conceição Araújo		01/2006
	Doralice Barbosa de Araújo		12/2005
	Raquel Pinheiro Fróes		01/2006
	João Campos e Sousa		01/2006
	Iracema do Socorro Paixão Sousa		07/2005
	Manoel Maria Cordeiro Fróes		07/2005
	Roseane Araújo		12/2004
	Leila do Socorro Cunha		07/2005
	Humberto Carvalho de Araújo		12/2005
	Marcelina Cordeiro de Araújo Fróes		12/2005
	Marcilene de Araújo Fróes		12/2005
	Arlindo da Conceição Araújo		01/2006
	Cleide Lúcia Araújo Pinheiro		12/2005
	Fabiano Farias de Freitas		12/2005
	Osvaldina de Araújo Fróes		12/2005
	Dilma do Socorro Araújo		12/2005
	Paulo César de Araújo Fróes		01/2006
	Osvaldo de Araújo Fróes		01/2006
	Paula Araújo Fróes		02/2006
	Lucineide de Araújo Fróes		02/2006
	José Roberto Cordeiro Fróes		01/2006
	Mário de Souza Fróes		01/2006
	Jacirema Gomes do Vale		01/2006
Lúcio Cordeiro Fróes		02/2006	
Raimundo Nonato de Souza		02/2006	
<i>TRADE</i> TURÍSTICO	João Ribeiro	Sócio diretor da Amazon Income Service	10/2005

⁵⁹ Há algumas localidades que se limitam com a comunidade de Caruaru. 90 % dos entrevistados moram em Caruaru, no entanto, localidades como Itaperinha e Itapiapanema são influenciados diretamente com a rotina de Caruaru, fato este, relacionado à proximidade com o local.

APÊNDICE – E
RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS DO PODER PÚBLICO

NOME	CARGO / FUNÇÃO	PERÍODO
Rita Moreira	Gerente de ecoturismo da Paratur	03/2005
Rosana Fernandes	Assessora da Sec. Especial de Produção do Estado do Pará / Ex -coordenadora do Proecotur no Estado)	12/2005
Ana Diniz	Assessora do Governo do Estado do Pará	01/2005
Rosa Lavour	Ex – diretora do Depto. de áreas especiais / SEMMA (PMB)	07/2004
Francisco Fonseca	Ex-coordenador do Proecotur no Estado do Pará	02/2006
Permínio Pascoal Costa Filho	Ex-coordenador do Proecotur no Estado do Pará	01/2006
Crisomar Lobato	Técnico do Proecotur durante a 1ª gestão no Estado do Pará	02/2006
Aldenir Paraguassú	Ex-diretor da Secretaria de Coordenação da Amazônia	01/2006
Miriam Fernandes	Gerente de acompanhamento do Proecotur durante a 2º e 3º Coordenação Estadual	01/2006